



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia

LEONARDO RAIOL JUNIOR

**O mundo do trabalho colonial e a construção da fortaleza de São José de
Macapá (1760-1775)**

Belém - PA
2023

LEONARDO RAIOL JUNIOR

O mundo do trabalho colonial e a construção da fortaleza de São José de
Macapá (1760-1775)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Área de Concentração: História Social da Amazônia
Linha de Pesquisa: Etnicidade e Territorialidades: usos e representações

Orientador: Professor Dr. Karl Heinz Arenz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R149m Raiol Junior, Leonardo.
O mundo do trabalho colonial e a construção da fortaleza de São José de Macapá (1760-1775) / Leonardo Raiol Junior. — 2023.
157 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Karl Heinz Arenz
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2023.
1. Amazônia Colonial. 2. Cabo do Norte. 3. Fortaleza de São José de Macapá. 4. Mão de obra indígena. 5. Mão de obra africana. I. Título.

CDD 980.4115

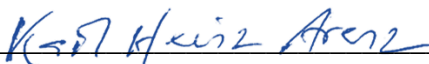
LEONARDO RAIOL JUNIOR

O mundo do trabalho colonial e a construção da fortaleza de São José de Macapá (1760-1775)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

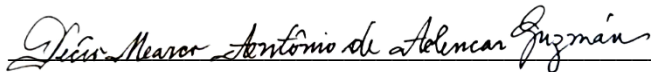
Data de aprovação: 30 / 06 / 2023

Banca Examinadora:



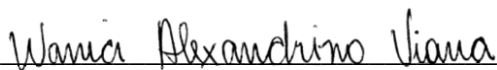
Prof. Dr. Karl Heinz Arenz - Orientador

Universidade Federal do Pará (UFPA | PPHIST)



Prof. Dr. Décio Guzmán – Examinador Interno

Universidade Federal do Pará (UFPA | PPHIST)



Prof.^a Dr.^a Wania Alexandrino – Examinadora Externa

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)



Prof.^a Dr.^a Cecília Maria Chaves Brito Bastos – Examinadora Externa

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Junior – Examinador Interno (Suplente)

Universidade Federal do Pará (UFPA | PPHIST)

*Para Nana, minha amada companheira.
Para os povos indígenas, sujeitos da sua própria história.
Para os cidadãos anônimos que custearam a minha formação na Universidade Pública.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível porque diversas pessoas, de alguma forma, ajudaram-me em diferentes etapas. Apoio, afeto e colaboração mútua foram fundamentais para driblar e minimizar os efeitos de uma pandemia e de um governo que, sucessivamente, sabotou a ciência até nos seus últimos dias. Logo, deixo registrado o meu reconhecimento a providência divina, a tantas pessoas e às instituições que me auxiliaram nessa caminhada. Agradeço...

À força divina que me guiou até aqui. Que me trouxe sensatez, destreza e estabilidade emocional para lhe dar com os desafios e dias difíceis de tensão e dúvidas. Por meio de singelas ações, sinais e fé, as engrenagens da vida iam se ajustando e fluindo. Sou grato a essa providência diária, que me sustenta e me dar discernimento para compreender quais escolhas e os melhores caminhos a serem tomados e percorridos.

À minha companheira de vida, Izaneide Silva (carinhosamente, Nana), pelo incentivo, conversas e por fazer apontamentos minuciosos a respeito da minha carreira profissional. Os nossos diálogos me ajudam a enxergar um horizonte promissor. Meu agradecimento a família Silva, em nome de Stelo e Isabel Silva que me acolheram e deram as condições necessárias para continuar essa caminhada. Estendo esse sentimento a minha mãe, Sandra Maria, e a minha irmã, Alessa Raiol que, por sua vez, vem diariamente me ensinando mais sobre o seu universo.

Ao meu orientador, Prof. Karl Heinz Arenz, por fomentar diversas vezes conversas frutíferas, durante as orientações e em vários encontros que, vez ou outra, ocorriam nos corredores da UFPa. Sempre criterioso, solícito, atencioso e generoso, além de sugerir e estimular, instigava-me a pensar nas sutilezas das fontes pesquisadas e nos textos lidos, pois eles tinham muito a esclarecer sobre o assunto estudado.

Aos professores que participaram do exame de qualificação, Wania Alexandrino e Décio Guzmán, que fizeram sugestões precisas e críticas construtivas ao relatório apresentado na ocasião. Deixo sublinhado o meu carinho e reconhecimento ao Prof. Guzmán que, durante a pandemia, no momento em que houve a flexibilização, foi generoso em me ajudar com empréstimos de livros e, em algumas conversas posteriormente, fez recomendações pertinentes acerca das minhas análises.

Às amigas e amigos: Lívia Maia, Rayane Freitas e Sara Suliman, que em inúmeras conversas que tivemos afloraram dicas de fontes, sugestões de livros e não faltava aquele toque de ânimo para dar continuidade na pesquisa e na escrita. Ao Andrey Bastos e sua irmã Heidy que, gentilmente, não mediram esforços para trazer um livro que estava em terras lusitanas. À

Alice Teixeira, que sugeriu fontes e códices promissores à pesquisa. Ao Robson Rua e, aos compadres, Vânia Batista, Vander Alves e a minha afilhada Valentina, sem os quais, este percurso acadêmico seria, sem dúvida, mais difícil e fatigante.

À Professores, como Renata Araujo, Fabiano Vilaça, Nazaré Sarges e Rafael Chambouleyron que, ao longo desse percurso, ajudaram-me com livros, indicações de fontes e textos que poderiam ser úteis, sem dúvida, foram indispensáveis. Tais referências foram essenciais para pensar e repensar a escrita e a própria análise documental.

Ao Grupo de Pesquisa de História Indígena e do Indigenismo – HINDIA, coordenado pelos professores Márcio Henrique e Karl Arenz. Nos últimos anos, o GP HINDIA tem sido um dos principais espaços de debates, leituras e reflexões sobre a temática: história indígena e do indigenismo e que tem acimentado as bases da minha formação acadêmica. Assim como o GP HINDIA, estendo a minha gratidão ao Grupo de Estudos e Pesquisa da Amazônia Colonial - GEPAC, coordenado pelas professoras Livia Maia, Marina Nobre, Stephanie Vale e Vanice Melo, pelo contínuo aprendizado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, coordenado pelo Prof. Francivaldo Nunes e aos funcionários e bolsistas, Fernanda Ferreira, Cintia Moraes, Carla Botelho e Lucílio Barbalho, pela dedicação, encorajamento e organização. Agradeço aos professores José Maia, David Palácios e Agenor Sarraf, que ministraram e fizeram das disciplinas do mestrado uma experiência que envolveu debate e reflexão sobre o ofício do Historiador e seu papel na sociedade.

Aos servidores da biblioteca do Prédio Multiuso do IFCH/ILC da UFPA, na pessoa de Rejane Santos (chefa), Ana Pereira, Edward Almeida e Demóstenes Zahlouth, pelo café diário, conversas e por proporcionarem um espaço de acolhida para todos que usufruem aquele ambiente de estudo e pesquisa. Aos servidores do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP, por serem solícitos e proativos em auxiliar os pesquisadores desavisados.

Por fim, à agência governamental Capes - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, pelo incentivo financeiro que custeou parte deste trabalho. Estendo o meu agradecimento à Universidade Federal do Pará - UFPA, instituição pública e que busca proporcionar o ensino de qualidade, mas que nos últimos anos foi achincalhada por um governo contrário ao ensino público e averso à ciência.

O Brasil foi construído sob o cemitério de muitos povos indígenas, sob os corpos de muitos negros africanos escravizados que foram trazidos para cá, e então ele precisa olhar essa história, se reconciliar e prostrar com ela, valorizar o esforço que essas populações fizeram, para poder dar um impulso para, então, dar o salto para o futuro.

Daniel Munduruku

Resumo

Neste estudo, visamos analisar o mundo do trabalho na Amazônia colonial, com enfoque na mão de obra empregada na construção da fortificação de Macapá, entre 1760 e 1775. Este local, situado estrategicamente entre a região do Cabo do Norte e o delta do rio Amazonas, precisava ser guarnecido a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período, as reformas promulgadas pela Coroa portuguesa, por instigação do secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo, foram aplicadas no vale amazônico. Dentre os diversos sujeitos, envolvidos nas obras em Macapá, focamos na mão de obra indígena e africana, imprescindível para a execução dos trabalhos. Com o olhar voltado para a vida cotidiana e as condições de trabalho desses(as) empregados(as) nos canteiros, partimos, na nossa análise, da história vista de baixo associada à ideia de cotidianidade de Agnes Heller e a concepção de vida ativa de Hannah Arendt. Quanto às fontes, recorreremos a documentos disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará e do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate). Ambos os acervos fomentaram a compreensão do contexto do objeto de estudo, mediante o levantamento e cruzamento de dados, contidos nas linhas e entrelinhas dos papéis. Ao final, constatamos que a construção do Forte de Macapá abarcou uma ampla rede de vilas, cidades e lugares, de onde saiu grande parte da mão de obra utilizada nos redutos das obras. Neles engendrou-se, pelas múltiplas formas de convivência e interação desses sujeitos, uma complexa rede de relações sociais.

Palavras-chave: Amazônia Colonial, Cabo do Norte, Fortaleza de São José de Macapá, mão de obra indígena, mão de obra africana.

Abstract

In this study, we aim to analyze the world of labor in the colonial Amazon, focusing on the labor force employed in the construction of the fortification of Macapá, between 1760 and 1775. This place, strategically located between the Cabo do Norte region and the delta of the Amazon River, needed to be garrisoned from the second half of the 18th century onwards. During this period, the reforms enacted by the Portuguese Crown, at the instance of the royal secretary Sebastião José de Carvalho e Melo, were implemented in the Amazon valley. Among the various subjects involved in the works in Macapá, we focus on indigenous and African laborers, essential for the execution of the works. With a focus on everyday life and the working conditions of these men and women employed at the construction sites, our analysis starts with the History seen from below associated with Agnes Heller's ideas of everyday life and Hannah Arendt's conception of active life. As for the sources, we resorted to documents available at the Public Archive of the State of Pará and the Overseas Historical Archive (*Resgate* Project). Both collections fostered the understanding of the context of the object of study, through the survey and crossing of data, contained in the lines and between the lines of the papers. In the end, we find that the construction of the Fort of Macapá encompassed a wide network of villages, cities and hamlets, from where a large part of the workforce used in the construction sites came from. There, a complex network of social relationships was engendered through the multiple forms of coexistence and interaction of these subjects.

Keywords: Colonial Amazon, Cabo do Norte Region, Fortress of São José de Macapá, Indigenous Labor Force, African Labor Force.

Lista de Ilustração

Figura 1 – Planta da Vila de S. José de Macapá (adaptado)	33
Figura 2 – Carta topográfica (adaptado)	37
Figura 3 – Mappa geral do bispado do Pará (adaptado)	63
Figura 4 – Mappa geral do bispado do Pará - Mocambos (adaptado)	123

Lista de Quadro

Quadro 1: Relação do número de índios que eram remetidos para trabalhar na fortaleza de Macapá	64
Quadro 2: Mapa de 92 índios enviados para as obras da fortificação desta Praça de S. José de Macapá	74
Quadro 3: Relação dos oficiais e soldados que se acham nesta praça de São José de Macapá	81
Quadro 4: Relação dos oficiais e soldados que se acham nesta praça de São José de Macapá	83
Quadro 5: Relação dos gêneros necessários para o pagamento dos Índios que trabalham na obra da Fortificação da vila de S. José de Macapá	88
Quadro 6: Materiais e suprimentos que devem ser usados no hospital	115
Quadro 7: Cópia da folha de pagamento aos Índios Trabalhadores da Obra da Fortificação da vila de São José do Macapá de primeiro ao 30 de junho de 1766	137

Lista de Siglas

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
A Fortaleza:	
entre o delta e a fronteira do norte	22
1.1 – A POSIÇÃO ESTRATÉGICA.....	23
1.2 – A CONJUNTURA DIPLOMÁTICA	39
1.3 – AS MOBILIDADES POPULACIONAIS	51
CONCLUSÃO	54
CAPÍTULO II	
Canteiros, obras e oficinas:	
os trabalhadores nos canteiros e nas oficinas do forte	56
2.1 – ORIGENS E CONDIÇÕES.....	58
2.2 – TRABALHOS E OFICINAS.....	72
2.3 – REMUNERAÇÃO E GASTOS.....	84
CONCLUSÃO.....	90
CAPÍTULO III	
Do porto à botica:	
a vida cotidiana em torno do forte	92
3.1 – ROÇAS E CAMPOS.....	93
3.2 – HOSPITAL E BOTICA	106
3.3 – VILAS E MOCAMBOS	119
CONCLUSÃO	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
ANEXO.....	137
FONTES E REFERÊNCIAS.....	142
FONTES MANUSCRITAS	142
FONTES IMPRESSAS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

Introdução

Neste estudo, a nossa intenção se detém no mundo do trabalho na Amazônia colonial. Mas, por se tratar de um tema vasto, buscaremos delimitá-lo e priorizamos, por isso, a mão de obra que estava empregada na construção da fortificação de Macapá. Este local, estrategicamente situado na região do Cabo do Norte, correspondendo ao atual estado do Amapá, precisava ser assegurado militarmente a partir da segunda metade do século XVIII. Por sinal, a conjuntura política e social passou a se modificar com as obras de uma robusta fortaleza.

Na primeira metade do século XVII, o Cabo do Norte era um território pouco explorado pela monarquia portuguesa, mas precisava ser resguardado. Para tanto, o capitão Manuel Eça relata, em requerimento ao rei D. Felipe III, que a região carecia de um regimento para preservar a área dos estrangeiros¹. Em meio às mudanças sociopolíticas, é justamente nesse espaço que anos depois, entre 1760 e 1775, a coroa portuguesa iniciou a construção da sua principal fortificação no estado do Grão-Pará e Maranhão, situada na foz do rio Amazonas. Assim, o seu objetivo, semelhante ao de qualquer outro forte, servia para conservar o território.

Cabe pontuar que a preocupação da historiografia sobre o assunto ainda se pauta no papel que o forte exerceu, da sua finalidade enquanto barreira física. No entanto, a nossa intenção é compreender o reduto da construção, os percursos das pessoas que estavam ali, no dia a dia da construção, no ladrilhar do calçamento, na feitura da cal, dos tijolos e das telhas, na pesca, etc. Para sustentar a nossa investigação, conseguimos acessar textos e arquivos do período colonial que nos deram embasamento sobre o cotidiano desses sujeitos, as atividades que eles desenvolveram e de como funcionou parte das dinâmicas naquele espaço.

A nossa imersão no tema se deu por meio das pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado do Pará – sobretudo, no acervo digitalizado oficial –, onde encontramos nas fontes coloniais diversas menções de operários que foram encaminhados para servirem como força de trabalho nas obras do Forte de Macapá. Juntamente com esses dados, tivemos a oportunidade de ler dois trabalhos que, no entanto, não dissiparam totalmente as incertezas que pairavam sobre o assunto. Mas, como veremos mais adiante, eles foram fundamentais para nortear a pesquisa. Ao longo da reflexão, outras recomendações bibliográficas foram acrescentadas para ampliar a análise e nos ajudaram a equacionar o problema que envolvia a nossa proposição.

¹ AHU, Avulsos Pará, cx. 1, doc. 23 (13 jan. 1623), fl. 1-3.

O primeiro desses trabalhos se intitula “Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)”, publicado em 2009, fruto da dissertação de Janaína Camilo². De forma concisa, a autora chama a nossa atenção quanto à presença africana nos redutos das obras e de como esses sujeitos foram inseridos nessa dinâmica. O outro trabalho é “As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão”. Ele foi lançado em 1992, resultado final da dissertação de Renata Araújo³. Neste trabalho, a autora aborda o processo histórico da colonização lusitana na Amazônia. Segundo ela, isso se deu a partir da urbanização dos principais centros da região, sendo que essas cidades foram pensadas conforme os moldes da administração portuguesa.

Ambas as autoras elucidaram parte das questões que envolvem o assunto que nos interessa aqui. Elas relacionaram a maciça presença de uma mão de obra escrava e livre, constituída por africanos, indígenas, mestiços e portugueses, com o processo de formação da própria cidade de Macapá e das vilas que a cercava. Outros trabalhos, ao longo da pesquisa, foram compoendo a base de referências. Assim, a análise de Anaíza Vergolino e Arthur Figueiredo tangencia a dinâmica social da vila de Macapá e o cotidiano dos operários no período no qual a fortaleza estava sendo construída⁴. Já outras publicações acadêmicas que fazem referência à região do Cabo do Norte, dividem-se em diferentes perspectivas. Autoras como Rosa Marin e Nírvia Ravena dão enfoque à agricultura e ao abastecimento em Macapá e nas vilas próximas⁵. Outro estudo é o de Wania Alexandrino, que, em síntese, aborda tanto a conjuntura social e fronteiriça da região quanto as guerras e alianças entre povos indígenas e lusitanos nas primeiras décadas do século XVIII⁶. No campo da arqueologia, a partir de vestígios arqueológicos, Marcos Magalhães remonta, em seu trabalho, o passado do forte de São José, e afirma que o empreendimento representou os interesses geopolíticos dos portugueses, notadamente a consolidação da ocupação territorial⁷.

² CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2009.

³ ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998.

⁴ FIGUEIREDO, Arthur Napoleão; VERGOLINO-HENRY, Anaíza. A presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. *Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 1, 1990.

⁵ ACEVEDO, Rosa Elizabeth Marin. Agricultura no delta no rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: ACEVEDO, Rosa Elizabeth Marin (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFP, 1998, p. 53-91; RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO, *A escrita da história paraense*, 1998, p. 29-52.

⁶ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

⁷ MAGALHÃES, Marcos Pereira. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, set./dez. 2006.

De fato, de acordo com Mírcia Fortes, a construção de uma rede de fortes, entre os séculos XVII e XVIII, aponta o esforço lusitano de resguardar a região amazônica⁸. No entendimento de Arthur Reis, um tanto ufanista, que desde o início do século XVII, com as construções de fortins em locais estratégicos, a Coroa visava manter a sua soberania sob a região. Um dos exemplos nesse contexto, é o Forte do Presépio, que, fundado em 1616, deu-se início ao núcleo urbano da cidade de Belém⁹. Nesse sentido, a finalidade do forte na vila de Macapá, salvaguardando a conjuntura de cada época, assemelha-se ao contexto dos primórdios de Belém, sobretudo, no que tange a proteção espacial e a posição estratégica.

Assim, as fontes do período colonial e os trabalhos apresentados, além daqueles de outros autores que, de algum modo, abordaram em suas análises não apenas a região do Cabo do Norte ou Macapá, mas o contexto em si, foram fundamentais para que pudéssemos responder o problema que permeia o nosso trabalho, pois, buscando desvelar o mundo do trabalho no âmbito da construção da Fortaleza de São José de Macapá, levantamos a seguinte questão: quais eram os sujeitos que se fizeram presentes numa obra tão robusta, quais os ofícios mais comuns que eles exerciam e em que condições e relações eles viviam? A nossa intenção é responder essa questão no decorrer dos capítulos deste trabalho.

É importante ressaltar que, quando se trata do mundo do trabalho, elencamos autores que refletiram sobre o tema. Por exemplo, Eric Hobsbawm, no seu livro “Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária”, entende que as classes trabalhadoras do fim do século XVIII até meados do século XX, passaram por um intenso processo de formação e evolução. Nesse sentido, o autor dá ênfase às classes que surgiram, os movimentos, os modos de vida e uma dada “consciência”¹⁰. Compreendemos a importância da obra para entender o operariado europeu, porém, nossa visão se remete ao contexto da Amazônia colonial, cujo processo industrial e a vivência em sociedade se davam de outras maneiras.

Acerca disso, consideramos que os operários que foram encaminhados às obras do forte não se comportavam como indivíduos (pré)industriais do século XVIII¹¹, mas constituíam uma força de trabalho diversificada, cuja ocupação não se dava a partir do processo manufatureiro em si. Pontuamos que a dinâmica e o contexto da realidade amazônica era outro. Os operários da fortaleza, além de ocuparem diferentes cargos e estarem em diversos espaços,

⁸ FORTES, Mírcia Ribeiro. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). *Somanlu*, Manaus, v.1, n. 1, p. 159-168, 2000.

⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no período colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), Rio de Janeiro, n. 344, p. 217-227, jul/set. 1984.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹¹ HOBBSAWM, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

muitos desses homens ora eram livres e, portanto, recebiam ínfimos salários, ora estavam na condição de escravos. Percebemos também a presença de mulheres em ambientes adjacentes às obras e exercendo ofícios específicos. A respeito disso, mais adiante, voltaremos aos espaços que as trabalhadoras ocupavam.

Cabe sublinhar que quando utilizamos o termo “operário” é uma designação advinda das fontes coloniais. Compreendemos que tal termo pode ser aludido ao contexto industrial, todavia, não é essa relação que se propõe aqui. A denominação “operário” é termo que os inspetores das obras do forte empregavam, por exemplo, no preenchimento dos “mapa geral dos operários”¹² ou, para citar um caso específico, quando o comandante da praça de Macapá, Nuno Varona se refere aos trabalhadores do forte como “operários”¹³.

No que concerne a um outro olhar sobre o mundo do trabalho, a especialista em comunicação Roseli Paulino Figaro ressalta que

é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la¹⁴.

Em consonância com a ótica de Figaro, o mundo do trabalho no canteiro do forte de Macapá foi um ambiente onde houve negociações diárias, trocas de diferentes práticas culturais e conhecimentos técnicos, encontros de pessoas de origens diversas – indígena, africana e ibérica. Notamos também que a influência das obras ultrapassou os limites da vila de Macapá, ou seja, um empreendimento do porte de uma fortaleza fez com que se formasse uma sólida rede entre diferentes vilas do vasto sertão amazônico.

A respeito da ideia de trabalho, buscamos apreender uma concepção ancorada nas percepções de Hannah Arendt. Esta autora se volta à condição humana, cuja conexão está relacionada com os processos vitais do ser humano. A *vita activa* que pode ser entendida, segundo Arendt, através de *trabalho, obra e ação*. Ao examinar a história humana, ela conclui que essas três atividades estão intimamente ligadas a vida do indivíduo¹⁵.

¹² APEP, cód. 150, doc. 0005 (15 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

¹³ APEP, cód. 132, doc. 0003-0004 (16 jan. 1763) [Acervo Digitalizado].

¹⁴ FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. *Organicom*, São Paulo. v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008.

¹⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

Em linhas gerais, podemos exemplificar que o *trabalho*, podemos entender que o indivíduo tende a possuir a capacidade de mudar o que está ao seu redor, de criar um mundo artificial, por meio da elaboração de objetos práticos (ferramentas) ou de objetos simbólicos (pinturas ou monumentos). No tocante à *obra*, por ela, corresponde ao processo biológico do indivíduo. Esse executa uma ação para satisfazer as suas necessidades básicas no cotidiano. Por fim, em relação à *ação*, ela constitui a atividade pela qual o humano se relaciona ou convive com outros seres humanos. Logo, para Arendt, essas três atividades caracterizam, em certa medida, as condições mais gerais da existência humana, do início do seu nascimento até o fim da sua vida.

Todavia, a própria Hannah Arendt alerta que, apesar dessas três atividades terem uma relação profunda com o ser humano, elas não são essenciais, porque se elas o fossem, as ações de um indivíduo ficariam limitadas a essas atividades. Para a filósofa, pensar nas ações do homem é compreender que além de ele condicionar o ambiente em que está inserido, ele está sendo condicionado por este meio.

As percepções da *vita activa* de Hannah Arendt nos fazem apreender a dimensionar acerca da vida, das ações e do próprio comportamento dos sujeitos que estavam envolvidos na dinâmica da construção da fortaleza de Macapá. Se, por um lado, vemos uma massa de operários que foram forçados a viver em um cenário difícil, com doenças, trabalhos pesados, fome, constantes acidentes e, em muitos casos, longe do seu ambiente cultural e natural de origem. Por outro, vislumbramos a audácia e inventividade de certos sujeitos que, ao não se submeterem totalmente a essas condições, conseguiram, de diferentes formas, criar suas estratégias e modificar as circunstâncias até então “desfavoráveis” a seu favor.

Percorrendo ainda por esse escopo teórico-metodológico, Jim Sharpe nos recorda que “tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes”¹⁶. Com base nisso e nas fontes que dispomos, foi possível compreender o contexto, as relações sociais e as obras da fortificação baseados numa história vista por aqueles indivíduos que, até então, estavam esquecidos por uma historiografia tradicional. É nesta perspectiva que visamos responder a nossa questão norteadora a partir das experiências, das sensibilidades, das sociabilidades e da cotidianidade de sujeitos, como indígenas, africanos, mestiços e homens brancos pobres que estavam envolvidos naquela conjuntura peculiar.

Quanto ao cotidiano, podemos imaginar o quanto tenha sido dinâmico e, até frenético o dia a dia, pois havia um intenso fluxo de operários na praça, nos portos e nos redutos do forte.

¹⁶ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62.

Muitos desses sujeitos foram inseridos de forma compulsória numa estrutura social que, paulatinamente, passava por um processo de transformação. Nesse sentido, um dos debates levantados por Agnes Heller é a cotidianidade de indivíduos. De fato, segundo esta filósofa, ao executar tanto atividades cotidianas (objetivas) e não-cotidianas (subjetivas), o indivíduo desenvolve e aperfeiçoa suas habilidades físicas e capacidades intelectuais. É na vida cotidiana que o sujeito realiza, portanto, ações necessárias gerais e escolhas espontâneas pessoais¹⁷. Logo, as percepções de Heller nos ajudam a entender não só os trabalhos evidentes, mas também as experiências e os anseios dos indivíduos e grupos que dão forma a uma determinada realidade histórica.

No primeiro capítulo, buscamos familiarizar o nosso leitor com o quadro que se formava, a partir das políticas lusitanas, na região do Cabo do Norte. O objetivo proposto aqui é analisar o espaço geoestratégico em torno da vila de Macapá à proximidade da embocadura do rio Amazonas e das terras fronteiriças com a Caiena. Deste modo, dividimos o capítulo em três pontos: o primeiro compreende a posição estratégica do lugar, o segundo elucida o cenário político com atenção às atividades diplomáticas e, enfim, o terceiro aborda as mobilidades populacionais nesse ambiente peculiar.

Por esse ângulo, a partir desses três pontos, podemos compreender de que maneira se estabeleceram as políticas metropolitanas e a dinâmica social na região do Cabo do Norte. Ao discorrer sobre as fontes primárias, foi possível entender de que forma a monarquia lusa atuou no Vale Amazônico. Essa presença se deu por meio das autoridades coloniais, tanto na capital do estado quanto nas vilas, lugares e povoações. A comunicação se dava por meio de instruções, ofícios e requerimentos diretamente de Lisboa ou de Belém, a sede do governador. Além da documentação, nos atemos ao aporte teórico específico sobre o assunto socioespacial.

No segundo capítulo, buscamos entender as ações de sujeitos que estavam nos redutos das obras, sendo que nossa atenção foca os operários. Assim, nossa reflexão examina as questões essenciais que norteiam em grande medida a condução deste capítulo. Isto é, de que vilas vieram os sujeitos? Quais são as táticas e estratégias que os trabalhadores desenvolveram e acionaram no ambiente no qual foram instalados? De que forma se dava a sociabilidade e a mobilidade de índios¹⁸, africanos e homens livres, cuja força física braçal era imprescindível nas obras da praça e, especialmente, no forte, entre os anos de 1759 e 1768?

¹⁷ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

¹⁸ É importante ressaltar que, em diversos momentos, o leitor vai se deparar com o termo “índio” que, atualmente, está sendo considerada problemático, genérico e superficial. Geralmente, é utilizado de forma errônea para abarcar toda a diversidade cultural das populações indígenas. No entanto, o uso deste termo, no decorrer deste trabalho, está intimamente relacionado às fontes do período colonial, que costumam retratar os povos indígenas como

Para embasar a nossa análise nesse capítulo, utilizamos cartas, tabelas, requerimentos e ofícios que estão disponíveis em dois acervos, ou seja, os códices do APEP¹⁹ e diversos documentos do AHU. A partir dos desdobramentos das análises, foi possível identificar a circulação, a ação e o protagonismo de sujeitos das camadas inferiores da hierarquia social da época. De fato, é o viver e o agir dos trabalhadores que o estudo visa enfatizar.

Elucidar os rastros de diferentes agentes nem sempre é uma tarefa fácil, uma vez que as ações desses indivíduos foram, em muitos casos, silenciadas ou apropriadas por outros indivíduos. Isso fica evidente nas fontes pesquisadas. O objetivo é, portanto, tentar desvelar as ações e as práticas do dia a dia desses sujeitos, entre as quais estão, como já apontamos, grupos indígenas, que se encontravam em constante mobilidade; negros, que foram traficados e juntados ao contingente de operários; e, por fim, povoadores brancos pobres e degredados que estavam envolvidos direta ou indiretamente na construção do forte.

Portanto, a abordagem a respeito do tema, procura compreender três dimensões. A primeira diz respeito às origens e condições desses indivíduos. A segunda reporta-se às condições e tipos de trabalho. Por fim, a terceira disserta sobre a remuneração e os gastos efetivados para manter esses operários e as obras em andamento.

No último capítulo, vamos evidenciar ao nosso leitor que na região do Cabo do Norte, em especial, na praça e no porto de Macapá, havia uma intensa movimentação. Os fluxos de pessoas e de bens nestes lugares estão diretamente relacionados às obras no forte. Intentamos compreender de que maneira esta mobilidade impactou no cotidiano da vila, enfocando os entornos, como o porto, as roças e os mocambos. Dentro desse contexto, nos interessa também os hospitais e o tratamento de doenças, como o uso de remédios feitos a partir dos conhecimentos tradicionais indígenas. Além disso, buscamos entender a alimentação e o abastecimento de gêneros como arroz, farinha ou carne.

Desta maneira, dividimos esse capítulo em três partes. Na primeira revisitamos o porto e a praça de Macapá, além dos campos e oficinas em sua volta. Na segunda buscamos enfatizar as doenças e remédios que ali circulavam e concluímos, na terceira, examinando a alimentação e as formas de abastecimento, algo fundamental para o sustento dos operários.

“índios”. Só em alguns casos, denota-se nos documentos a denominação étnica de grupos específicos. Logo, o emprego do termo “índio” na narrativa histórica está associado a seu uso no contexto colonial. Para uma visão mais ampla sobre a diversidade cultural dos povos indígenas, ver TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. “Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRÜPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 445-479.

¹⁹ Destacamos os códices do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) que foram analisados: 95, 98, 103, 132, 150 e 164.

Capítulo I

A Fortaleza: entre o delta e a fronteira do norte

Em dezembro de 1751, o capitão-mor João Batista de Oliveira, nos portos de Belém, inicia a sua empreitada rumo à vila de Macapá. A serviço da Coroa, deveria seguir a instrução que lhe foi confiada. A intenção era estabelecer e “conservar em paz e união” a nova povoação e fortaleza de Macapá. O capitão deveria fazer com que os novos povoadores, vindos do arquipélago dos Açores, não se deixassem levar pelo “abominável vício da preguiça, nem no outro igualmente pernicioso que é o desprezo do trabalho manual”²⁰.

A instrução também alertava João de Oliveira com relação ao uso e abuso da mão de obra indígena feito pelos povoadores. Os índios deveriam cultivar as terras e torná-las produtivas para desenvolver a região e garantirem, ao final da colheita, o sustento para cada família de ilhéus. Mas, o uso dos indígenas ficaria restrito, a princípio, a pescadores e caçadores. Mas, certamente, os índios tinham outras funções, como na construção de tujupares ou tejupares, moradias que serviriam de abrigos momentâneos para os casais açorianos.

Para além de persuadir ou manter os novos povoadores em harmonia, as ordens revelavam outro ponto, algo que atravessava a primeira metade do século XVIII e que deixava as autoridades portuguesas em alerta quanto ao comércio com Caiena. O capitão-mor João de Oliveira deveria coibir e ser vigilante a respeito da presença de franceses e holandeses em terras lusitanas e, caso eles forçassem qualquer tipo de contato ou fossem além, o capitão-mor deveria alertar sobre os tratados que mantinham as coroas portuguesa e francesa numa relativa paz²¹.

Em carta direcionada ao secretário de Estado e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte-Real, constavam os tramites iniciais da fundação da nova povoação que, por ora, se denominava de São José de Macapá. Ainda pairava a dúvida se seria cidade ou vila, mas ao que tudo indica,

²⁰ “Instrução que levou o capitão-mor João Batista de Oliveira quando foi estabelecer a nova vila de São José de Macapá” (18 dez. 1751). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 1. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 171-174.

²¹ O tratado principal é o de Utrecht, de 1713, que, entre outras medidas, reconheceu a soberania de Portugal e estabeleceu o rio Vicente Pinzón ou Oiapoque como fronteira entre as possessões portuguesas e francesas na América do Sul. Ver FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 66-83, jul./dez. 2011, p. 76-77.

o lugar precisava ser estruturado para acolher os novos moradores. Por isso, foi encaminhado, por ordem do governador do Estado ao local, uma guarnição com cirurgião, físico e boticário para cuidar dos doentes²².

Em outra carta – mas dessa vez encaminhada ao secretário de Estado de Negócios do Reino, Pedro da Mota e Silva –, Mendonça Furtado, então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, destaca que foi pessoalmente a Macapá para ver como estava sendo feito o estabelecimento dos casais de ilhéus que foram enviados para lá. Nessa viagem, o governador pôde perceber a situação precária em que se encontravam as fortalezas e fortins do rio Amazonas.

Desse modo, neste capítulo, a nossa atenção se volta para a posição estratégica na qual está situada a região do Cabo do Norte. Neste contexto, nos interessa também a questão diplomática que envolvia as monarquias europeias e as políticas metropolitanas de Portugal para se estabelecer de forma definitiva no vale amazônico. Por fim, tratamos a mobilidade das diversas populações que desenvolveram uma dinâmica frenética em razão da construção de uma imponente fortificação na desembocadura do rio Amazonas.

1.1 – A posição estratégica

Na passagem do século XVII para o XVIII, a região do Cabo do Norte, próximo ao delta do rio Amazonas²³, detinha uma posição estratégica extremamente favorável. Mas, paradoxalmente, a Coroa portuguesa fez pouco para manter o local duradouramente sob seu domínio²⁴. Isso mudou quando as monarquias ibéricas – e, sobretudo, Portugal – sentiram os efeitos da crise econômica, as circunstâncias fizeram com que o pequeno reino se voltasse para as suas possessões ultramarinas²⁵. Ainda que, no final do século XVII, a atenção da Coroa lusitana não estivesse diretamente voltada para o Cabo do Norte, isso não quer dizer que ela tenha desistido de uma posse mais definitiva desta região no litoral amazônico.

²² Carta do governador Mendonça Furtado ao secretário Corte-Real (25 jan. 1752). In: MENDONÇA, *A Amazônia na era pombalina*, t. 1. 2005, p. 280-283.

²³ Convém esclarecer que a desembocadura do rio Amazonas possui um carácter misto: estuário e delta. Por um lado, a foz se comporta como um estuário, pois a água doce desagua diretamente no oceano se misturando com a água salgada. Por outro lado, a foz do rio Amazonas possui vários afluentes, canais ou braços do leito do rio.

²⁴ No início do século XVII, a Coroa portuguesa buscava desfazer as feitorias estabelecidas por estrangeiros na região do Cabo do Norte. Tais entrepostos se sustentavam com os negócios mantidos com os grupos indígenas que ali estavam. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 1, doc. 23 (13 jan. 1623), fl. 1-3.

²⁵ ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. As pragmáticas portuguesas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 22, p. 117-135, jan./jun. 2010; FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 59-110.

Naquela virada de século, no ápice do reinado de D. Pedro II, a região amazônica começou a ser ativamente inserida nos circuitos de trocas do Atlântico Sul, não constituindo, portanto, uma região periférica. Rafael Chambouleyron nos alerta quanto ao termo “periferia”, comumente aplicado à Amazônia colonial nos debates historiográficos acerca do assunto centro-periferia. O autor ressalta que a ideia se configura inadequada para “entender a experiência maranhense”, pois havia uma margem de manobra local em termos econômicos, administrativos ou religiosos. Isso não quer dizer que a Amazônia colonial se desenvolveu de “costas” para o mar ou que estava isolada do comércio atlântico. Antes, Chambouleyron nos lembra que a região amazônica consolidou rotas no Atlântico equatorial e norte, tendo como entrepostos comerciais os arquipélagos de Açores, Madeira e Cabo Verde, além de Cacheu e Bissau na costa da Guiné²⁶.

Sobretudo, os arquipélagos mantiveram um fluxo gradual de pessoas na passagem do século XVII para o XVIII, em direção ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Esse movimento continuaria na segunda metade do Setecentos. Rosa Acevedo Marin destaca a vinda de casais açorianos, em meados do século XVIII, para trabalharem na agricultura, mas, principalmente, para povoarem a região do Cabo do Norte, especificamente a vila de Macapá²⁷.

A política por detrás desse processo de povoamento está relacionada aos esforços da Coroa portuguesa em manter a região sob seu controle. De fato, o empenho para ocupar o Cabo do Norte, delimitar as fronteiras, construir vilas e fortificações se intensificaram na segunda metade do século XVIII. A região ao norte do delta que, no século XVII, não foi ocupada de modo efetivo pela Coroa portuguesa, em 1750 e nos anos seguintes, passou a tornar-se estrategicamente relevante, com pessoas de diversas origens sendo enviadas para povoá-la e/ou trabalhar nela.

Na interpretação de André Pompeu, na segunda metade do século XVII, no que tange às fronteiras do Cabo do Norte, a metrópole demonstrou uma certa preocupação quanto ao trânsito constante de barcos ao longo do litoral dessa região. Diante dos esclarecimentos do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Gomes Freire de Andrade, ao Conselho Ultramarino sobre o assunto, a Coroa tentou conceber estratégias para dificultar essa circulação de embarcações estrangeiras. Uma das decisões, conforme Pompeu ressalta, diz respeito ao

²⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-228, 2008.

²⁷ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas: açorianos no Cabo Norte, século XVII. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 42-66.

envio de índios para servirem na infantaria e na construção de um tipo de instalação (fortim) para impedir a entrada de concorrentes europeus²⁸.

É oportuno pontuar que no fim do século XVII e no início do XVIII, os reis portugueses, isto é, D. Pedro II e seu sucessor D. João V, apoiaram os planos de defesa do Cabo do Norte, sendo regularmente informados pelo Conselho Ultramarino. As autoridades coloniais, como o próprio Gomes Andrade e militares locais avisaram a metrópole sobre diversos assuntos, como o comércio que os índios mantinham com nações estrangeiras na região e da necessidade de ter um reduto com infantaria para inibir qualquer tipo de invasão²⁹. Porém, as medidas preventivas foram, em curto prazo, pouco efetivas, como veremos mais a frente. Pedidos de mais investimento militar na região foram comuns, mas as embarcações forasteiras continuavam a transitar nas áreas litorâneas, locais onde aconteciam as trocas comerciais.

De fato, uma das preocupações que abalava os ânimos das autoridades militares da Capitania do Pará eram os barcos estrangeiros, em especial, os franceses que incorriam na área litorânea. As embarcações francesas vinham da Guiana e atracavam nos improvisados trapiches que existiam nos rios Araguari e Irijó, a uma distância de aproximadamente 37 léguas da vila de Macapá. O intuito dos franceses era embarcar drogas do sertão obtidas através dos índios que mantinham negócios, e também, resgatar escravos que haviam fugido de Caiena³⁰. A fronteira³¹ entre a Guiana Francesa e o Cabo do Norte foi uma zona de intensas trocas, fugas e negócios, um espaço onde havia um trânsito frequente de escravizados, índios e europeus.

Convém lembrar que no século XVII, grupos dos troncos linguísticos caribe e aruaque ocuparam grande parte nas áreas litorâneas e da ilha do Marajó³². Nações como os Aruã, Mapuazes, Mamaianazes, Bocas, Joannes e Sacacas, além de outros grupos indígenas, foram denominados genericamente pelo padre Bettendorff, de Ingaybas (Nheengaíbas), isto é, “os de fala ruim [não tupi]”. Tais povos passaram a manter intensas relações de comércio e trocas de

²⁸ POMPEU, André José Santos. *Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 93 e 106-123. Quanto à fonte, indicada pelo autor, referente a Macapá, ver AHU, Avulsos Pará, cx. 4, doc. 358 (22 nov. 1699), fl. 1-8.

²⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 4, doc. 358 (22 nov. 1699), fl. 1-8.

³⁰ Para uma visão ampla de um contexto anterior, sobretudo, nas primeiras décadas do século XVII, convém apontar o trabalho de Bruno Nascimento. Nele, o autor analisa a presença indígena e do quanto ela foi fundamental no comércio e no conflito com portugueses, holandeses, ingleses, irlandeses. Ver NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. As participações indígenas nas guerras no Cabo do Norte. *Revista Tempos Históricos*, Marchal Cândido Rondon, v. 25, n. 1, p. 286–322, 2021.

³¹ Na próxima parte do capítulo, vamos nos deter mais afundo sobre a ideia que permeia o conceito de fronteira na região amazônica.

³² Embora o final do século XVII não faça parte do recorte de sua análise, Pablo Ibáñez aponta a presença de vários troncos linguísticos. Ver IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. Aruás en los primeros tiempos del Directorio: frontera, trabajo y poder en la desembocadura del Amazonas (1757-1767). *Revista História* (USP), São Paulo, n. 178, 2019.

utensílios com europeus de diversas proveniências, principalmente franceses e holandeses, que circulavam por aquela região, além de estarem envolvidos em múltiplos conflitos interétnicos³³.

No tocante às redes de comércio na região, ora elas se mantinham estáveis, ora se desfaziam. Quanto a isso, Gabriel Barbosa nos recorda que, antes da chegada dos europeus na região, os grupos indígenas sempre mantiveram circuitos de trocas e cultivaram variadas formas de relacionamento entre si. Mas, quando passaram a se relacionar com os europeus, novos objetos foram inseridos nos sistemas intercambiais. Especiarias como urucum, cacau, algodão e outros produtos da floresta eram trocados por produtos europeus, que, por sua vez, passaram a circular nos circuitos preexistentes entre os próprios indígenas³⁴.

Contudo, Wania Alexandrino pontua que por vezes esses circuitos se rompiam ou se ajustavam. Grupos indígenas, colonos e estrangeiros se mantiveram como sujeitos ativos nessas redes de intercâmbios e, ocasionalmente, cada grupo tirava proveito da relação, quando um dos grupos estava prestes a se beneficiar mais que o outro, o combinado era desfeito. Em outros casos, a rede se rompia pelo fato de haver divergências na hora de fechar o acordo ou em situações mais extremas a negociação terminava em conflito³⁵.

Entre os séculos XVII e XVIII, de acordo com Mírcia Fortes, uma rede de fortificações foi se constituindo pelos rios amazônicos. Essas construções, segunda a autora, foram um reflexo da organização do espaço amazônico feita pela Coroa portuguesa³⁶. A definição dessa rede ao longo dos rios foi uma demanda da própria administração colonial, uma vez que agentes coloniais viam, desde os anos 1670, com preocupação as incursões estrangeiras, como holandeses e franceses na região do Cabo do Norte³⁷. Essa presença gerou sérios incômodos aos funcionários da Coroa. O reflexo disso, foi o envio regular de cartas ao rei para que tomasse conhecimento das investidas de outras potências europeias em terras lusitanas³⁸.

³³ BETTENDORFF, João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXXII, parte I, 1910, p. 90-94.

³⁴ BARBOSA, Gabriel Coutinho. Das trocas de bens. In: GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associações Editorial Humanitas/Fapesp, 2005, p. 59-111.

³⁵ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 265-331; BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitânicas do Cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva; FERAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (orgs.). *História Militar: Novos caminhos e novas abordagens*. Jundiá, Paco Editorial: 2015, p. 19-42.

³⁶ FORTES, Mírcia Ribeiro. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). *Somanlu*, Manaus, v.1, n. 1, p. 159-168, 2000.

³⁷ CARDOZO, Alírio, Notícias do norte: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII). *Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, Paris, v. 8, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/43703>. Acesso em: 24 fev. 2023.

³⁸ O Cabo do Norte, desde o início do século XVII, foi uma região que gerou preocupação aos agentes coloniais. O capitão do presidio da Capitania do Grão-Pará, Manuel de Sousa de Eça envia ao rei D. Filipe III, um requerimento, solicitando algumas providências na região do Cabo do Norte, cujos pontos relevantes se referem ao estabelecimento de feitorias, à expulsão de possíveis invasores e à mudança do local da fortificação de pau a

No que diz respeito a essa dimensão, em carta de 5 de outubro de 1738, o então Governador e Capitão-General do Pará, João de Abreu Castello Branco, solicita à Coroa uma atitude em relação aos cuidados com a fortificação de Macapá. Os pontos estratégicos que ali serviam como barreiras estavam em péssimas condições. Um exemplo disso é a própria fortificação de Santo Antônio – o antigo forte de Cumaú – que, além de estar em ruínas, estava exposta a qualquer surpresa por parte dos franceses que ali, eventualmente, circulavam³⁹.

Em outra missiva ao rei D. João V, João Branco enfatiza a iminência de um conflito com os franceses. Segundo o governador, canoas francesas saíam sucessivamente de Caiena e atracavam em pontes-cais improvisados nas beiras do rio Araguari e, ali, embarcavam cacau, uma especiaria valorizada no comércio europeu. A sugestão feita por João Branco ao monarca é que fossem montadas guarnições, com duas ou três canoas, e que fossem feitas expedições para combater os franceses naquela área⁴⁰.

Em razão da aproximação fronteiriça entre a Guiana Francesa e o Cabo do Norte e os constantes desembarques de navios estrangeiros no litoral, a preocupação passou a se intensificar. O governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará destaca, em uma carta anterior, a importância da construção de uma fortaleza em São José de Macapá, na “boca” do rio Amazonas, com o objetivo de conservar os domínios da sua Majestade. Nesta mesma ocasião, João Branco, sublinha o recado de um tenente que lhe tinha dito que a região estava ociosa, pois além de não ter forte algum, ali só existiam um casebre de madeira, terra batida e coberto com palha, e o presídio. No local havia apenas um soldado e sua mulher, porém, sem nenhum índio agregado⁴¹.

Quanto a esse soldado que fazia a guarnição do presídio, ele reportou ao capitão João Rodrigues da Cruz as dificuldades em que se achava aquela região. A solução que esse oficial encontrou foi mandar outros soldados, um tenente e um sargento com mais vinte índios e mantimentos. Ao chegarem na região, os índios deveriam cuidar do preparo das roças e do

pique. Quanto aos motivos dessa alteração de local, Manuel Eça não deixa tão claro os reais motivos. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 1, doc. 23 (13 jan. 1623), fl. 1-3.

³⁹ VIANNA, Arthur. As fortificações da Amazônia. *Anais da Biblioteca & Arquivo Público*, Belém, tomo IV, p. 227-302, 1905. Sobre o forte de Cumaú, é válido destacar um trabalho que retrata a atuação de engenheiros portugueses na Amazônia, em especial, o Pedro de Azevedo Carneiro, responsável pelo desenho das casas fortes do Araguari e do Cumaú. Ver o trabalho de Wania Alexandrino e Rafael Chambouleyron. Ver: VIANA, Wania Alexandrino; CHAMBOULEYRON, Rafael. “Engenheiros militares portugueses na Amazônia colonial”. In: SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de.; AMORIN, Maria Adelina. (orgs.). *O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos*. Belém: UFPA, Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019. p. 43-63.

⁴⁰ AHU, Avulsos Pará, cx. 22, doc. 2077 (16 set. 1739), fl. 1-3.

⁴¹ AHU, Avulsos Pará, cx. 22, doc. 2065 (3 jul. 1739), fl. 2.

plântio, enquanto os soldados, com o tenente, deveriam descer mais índios para o local com a finalidade de ter mão de obra para preparar o terreno para a construção da fortaleza⁴².

Sobre esse ponto de vista, as análises de Wania Viana enfatizam as fragilidades defensivas, realçando a necessidade de um aparato eficiente o suficiente para defender o estado. A autora destaca que tal problemática teria sido apontada por diversos governadores ao rei D. João V, entre os mais exaltados está Francisco Pedro Mendonça Gorjão que, ao assumir o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1747, teria qualificado de “lastimável” a defesa do estado, pois com os poucos recursos seria inviável assegurar todo o território⁴³.

A princípio, um fortim foi erguido na região do Cabo do Norte, feito com materiais rústicos. Entretanto, a partir de 1750, a conjuntura política se mostrava mais instável entre as coroas ibéricas, pois em razão das disputas por seus domínios americanos, elas ficaram mais acirradas. Por questões estratégicas e pela sua localização às margens do rio Amazonas foi decidido construir uma fortaleza mais resistente, próxima aos quartéis das tropas. Logo, deu-se início aos planos de construir uma fortificação no delta, capaz de assegurar o domínio lusitano.

Mas, a consolidação da presença lusitana do Cabo do Norte veio através da política de povoamento. Para tanto, vilas foram fundadas na região. A primeira foi a vila de São José de Macapá e o povoado de Santana, posteriormente, nos anos de 1760, seguiram as vilas de Vistosa Madre de Deus e a da Nova Mazagão⁴⁴. Essa política de estímulo à ocupação foi uma das formas de assegurar os vínculos com a metrópole, e já estava sendo desenvolvida desde o século XVII⁴⁵. Porém, é na segunda metade do século XVIII, com a vinda de migrantes açorianos, que o processo de povoamento se torna mais evidente. Mas, o intuito de trazer esses ilhéus não se

⁴² AHU, Avulsos Pará, cx. 22, doc. 2065 (3 jul. 1739), fl. 1-5.

⁴³ VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 21-34.

⁴⁴ Os colonos da Nova Mazagão, tiveram suas particularidades e seus conflitos internos antes de deixar sua terra de proveniência, o presidio de Mazagão, situado no Norte da África, atualmente, cidade de El Jadida. O conflito e as diversas investidas dos líderes mulçumanos que aconteciam desde a primeira metade do século XVI, fez com que o lugar entrasse em crise, levando a Coroa Portuguesa a abandoná-lo e que seus moradores fossem transferidos para a América Portuguesa, no intuito de colocar em prática o plano de povoar, proteger e desenvolver a região do Cabo do Norte. Ver ASSUNÇÃO, Paulo de. Mazagão: cidades em dois continentes. *Revista arq.urb.*, São Paulo, n. 2, p. 22-55, jan./abr. 2010; FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e Administração colonial: a vila de Mazagão. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 93-114.

⁴⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. Degredados, açorianos e migrantes: o povoamento português na região amazônica (século XVII). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 27-46; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração Açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, 2017.

limitou a isso, pois, por detrás dessa estratégia, havia o desenvolvimento econômico da região e a supressão da carência de mão de obra⁴⁶.

Em carta, de início de 1752, Mendonça Furtado relata ao Conde de Atouguia a vinda de oitenta e seis casais das ilhas para povoar e fundar uma nova povoação em Macapá. Conforme a intenção reformadora daquele momento, a capitania precisava ser reestruturada, mas, para isto, faltou ainda a mão de obra necessária para desenvolver a agricultura na região. De fato, o plano era assentar os novos povoadores em áreas próximas de Macapá para ali cultivarem suas próprias roças⁴⁷.

Esta conjuntura impulsionou o cotidiano daquele lugar. Além do deslocamento gradual de casais das ilhas e gente da terra, a mudança era também verificada no aspecto físico, com prédios administrativos e militares sendo erguidos, alterando o cenário⁴⁸. É nesse panorama que vamos compreender a ação lusitana no vale amazônico e o quanto a região passou a ser estrategicamente essencial para manter o domínio colonial sobre o território. Entretanto, é importante destacar que essa lógica não resultou em um movimento de sentido único, ou seja, a partir de ordens das administrações metropolitana e colonial. Ao contrário, embora a façanha se apoiasse em agentes designados pela Coroa, os respectivos funcionários atuavam tanto em nome do rei quanto conforme seus próprios interesses e benefícios.

Quando nos referimos à ação metropolitana, acentuamos o papel que Sebastião José de Carvalho e Melo passou a ter após a morte de D. João V em 1750. Nomeado posteriormente Marquês de Pombal, ele conseguiu ascender a uma posição de destaque na corte lusitana sob o novo rei D. José I, sucessor de D. João V, ocupando os cargos-chave de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1755) e de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (1755-1777). Sobretudo, nesta última função, equivalente à de um primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo passou a empreender uma série de políticas que visava promover e estimular a economia lusitana de tal maneira que as mudanças envolvessem também as possessões ultramarinas.

Em resumo, Portugal passava por um processo de transformação, ainda que relativamente tardio, gerado pelos ideais iluministas⁴⁹. Nos campos político, social e

⁴⁶ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Dona Maria Gil e família: possibilidades e imigração entre Açores e o Grão-Pará do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 87-104, jan./jun. 2017.

⁴⁷ Carta de Mendonça Furtado ao Conde de Atouguia (9 fev. 1752). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 1. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 312-313.

⁴⁸ HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015

⁴⁹ NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 4, n. 7, p. 105-117, mar. 1994.

econômico, os desdobramentos implementados pelo ideal da ilustração lusa são perceptíveis. Quanto à situação econômica, Portugal tinha uma balança comercial desfavorável à Inglaterra e dependia dos navios ingleses⁵⁰. Em vista disso, medidas foram efetuadas para dirimir a influência dos ingleses na economia. Isso se refletiu na criação de companhias de comércio, no apoio aos comerciantes metropolitanos que possuíam relevância no mercado e no controle sobre os impostos⁵¹.

Com respeito à relação diplomática com os ingleses, Fernando Novais aponta que, por meio das alianças e das concessões no âmbito comercial, Portugal conseguiu manter a sua integridade territorial. Sobre o assunto, o autor ainda acentua que a aliança com a Inglaterra “tinha raízes antigas” e que, embora a situação de Portugal fosse delicada, foi por meio desta aproximação que os portugueses obtiveram apoio e sustento⁵². No ultramar, a Coroa buscava ampliar e fortalecer os seus domínios em razão das disputas territoriais e, na América portuguesa, ela intentava reorganizar a sua administração.

No vale amazônico, um dos principais interlocutores da Coroa foi o próprio irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. No exercício do cargo (1751-1759), Mendonça Furtado colocou em prática as recomendações que havia recebido. Estas abarcavam os pontos para a administração eficiente da região. Além disso, Pombal manteve seu irmão informado sobre as suas percepções e demandas a respeito da colônia. De modo sucinto, tais instruções norteavam o reordenamento e o fortalecimento da administração na Amazônia portuguesa⁵³. A política em voga buscava meios para incentivar a produção e o comércio na região. Por isso, foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), que tinha o encargo de fomentar economicamente a região⁵⁴.

⁵⁰ MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-156. A respeito do assunto, tanto Janaína Amado, quanto Luiz Figueiredo concordam que Portugal e Inglaterra assinaram, na primeira metade do Setecentos, acordos desvantajosos para o mercado lusitano, deixando os ingleses com uma fatia privilegiada do comércio ultramarino, o que tornou Portugal dependente da Inglaterra. Ver AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no Império português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁵¹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 31-58.

⁵² NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 31-72.

⁵³ “Instruções Régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão” (31 mai. 1751). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 1. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 67-80.

⁵⁴ GOMES, Robeilton de Souza. *Nem vadios, nem vassallos: uma análise da Lei de Liberdade dos Índios de 1755*. Manaus: Editora Valer, 2021.

Outro ponto diz respeito à emancipação dos índios da tutela dos missionários e, por conseguinte, a abolição do poder temporal das ordens religiosas, sobretudo, da Companhia de Jesus⁵⁵. Naquele mesmo ano de 1755, decretou-se a supressão do regime tutelar e da escravidão indígena, dando à administração dos nativos uma nova forma com o Diretório dos Índios, de junho de 1757. Este regimento, além de reafirmar o status dos indígenas como livres, visava integrá-los na sociedade como vassalos da Coroa⁵⁶. Além disso, as autoridades lusitanas estavam executando, naqueles anos, o Tratado de Madri, assinado em 1750, que enfocou a proteção da região, mediante a delimitação das fronteiras e a ocupação das áreas fronteiriças.

Diante desse quadro e, sem perder de vista o que propomos mais acima, intentamos compreender a posição estratégica do Cabo do Norte e a política lusitana na região. Em síntese, a ação colonizadora tinha como pressupostos: a ocupação e o fomento econômico daquele espaço, a construção do Forte de Macapá, assim como as demarcações das fronteiras e, simultaneamente, a proteção territorial. Nessa perspectiva, fez-se necessário construir ou reconstruir fortes em pontos estratégicos no rio Amazonas e em seus principais afluentes⁵⁷. Sobre isso, Graciete Costa nos propõe a pensar que a fortificação em um local distante não está relacionada apenas ao processo de militarização da região, mas envolve a fixação e a presença da Coroa portuguesa no referido lugar⁵⁸.

A respeito dessa presença lusa, tanto a vila de São José de Macapá quanto o povoado de Santana foram marcados por esse emaranhado jogo político. No caso desta última povoação, vislumbramos a figura de Francisco Portilho e Melo que esteve envolvido no descimento de índios no vale do Rio Negro, porém, usando a oportunidade para enriquecer ilicitamente com o contrabando de indígenas. A larga rede de Portilho envolvia comerciantes, principais e, especialmente, padres. Acerca disso, Mendonça Furtado teria relatado ao seu irmão, o conchavo

⁵⁵ A secularização, no contexto colonial, fazia parte de uma conjuntura que objetivava garantir as fronteiras portuguesas, civilizar terras e índios e estabelecer a autoridade do rei. Ver ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 115; KANTOR, Íris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 463-482.

⁵⁶ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

⁵⁷ SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial I*. Vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 477-518.

⁵⁸ COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. Trabalho final (Pós-doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

que havia entre o “celerado” e os padres jesuítas. Estes, por sua vez, além de acobertarem os descaminhos de índios que Portilho cometia, eram favorecidos por essa mão de obra⁵⁹.

Em outra carta endereçada ao monarca português D. José I, Mendonça Furtado descreve o quão perigosa era a presença de Francisco Portilho no Rio Negro, pois havia mais de 700 pessoas sob o comando do “celerado”. Além disso, a distância era um dos empecilhos que impedia a sua prisão⁶⁰. Tendo ciência das atividades ilícitas de Portilho no sertão amazônico, a Coroa proibiu o descimento de índios feito por ele, mas percebeu também que o contrabandista poderia ser útil para a administração lusa. Como a nova povoação de Santana precisava ser povoada e a região em seus entornos ocupada, Francisco Portilho foi convencido e instruído pelas autoridades portuguesa a governar os índios do novo local⁶¹.

Neste ensejo, a Coroa buscava também desestruturar um mocambo que se formara nas redondezas do lugar onde seria estabelecida a nova aldeia de Santana. Nesse sentido, a ida de Portilho para a vila poderia afastar o perigo de qualquer tipo de fuga e, com isso, seria uma ameaça para aquele novo povoado que estava sendo fundado⁶². De todo modo, apesar do caráter dúbio que recaía sobre a pessoa de Portilho para o governo, a sua influência e o seu conhecimento acerca da região poderia ser de grande ajuda para as comissões que iam demarcar as fronteiras na região do Rio Negro⁶³.

Em Macapá, no início de março de 1760, o tenente-engenheiro Manuel Fernandes Gotz, salienta, em ofício, a importância de fazer uma planta da vila, sugerindo que neste documento pudesse constar um projeto que visava à construção de uma fortaleza na praça central. O militar Gotz já tinha desenhado outros mapas que previam a construção da igreja, da câmara, da casa do pároco, do açougue e do “repartimento dos chãos” para as casas novas dos

⁵⁹ Carta de Mendonça Furtado ao secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo (26 jan. 1752). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 1. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 284-285.

⁶⁰ Carta de Mendonça Furtado ao rei D. José I (2 dez. 1751). In: MENDONÇA, *A Amazônia na era pombalina*, t. 1, 2005, p. 137-138. No que diz respeito ao contrabando de índios, à prática do “descaminho” e a outros contrabandistas na região amazônica, ver SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012; AIGNER, Augusto. Um traficante a serviço do Estado: a aliança entre Francisco Portilho e Mendonça Furtado no contexto das reformas pombalinas. In: SLEMIAN, Andréa; RODRIGUES, Jaime; VILARDAGA, José Carlos; TUFOLO, Marina Passos (orgs.). *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. Guarulhos: UNIFESP/Departamento de História, 2020, p. 18-32; MAIA, Livia Lariça Silva Forte. “De Costas Para o Mar”: o descaminho e a transgressão no comércio de cativos indígenas na Amazônia Colonial (1720-1750). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

⁶¹ “Instrução que levou Francisco Portilho Melo para administrar os índios da aldeia de Santana de Macapá” (2 dez. 1753). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). In: *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 2. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 62-63.

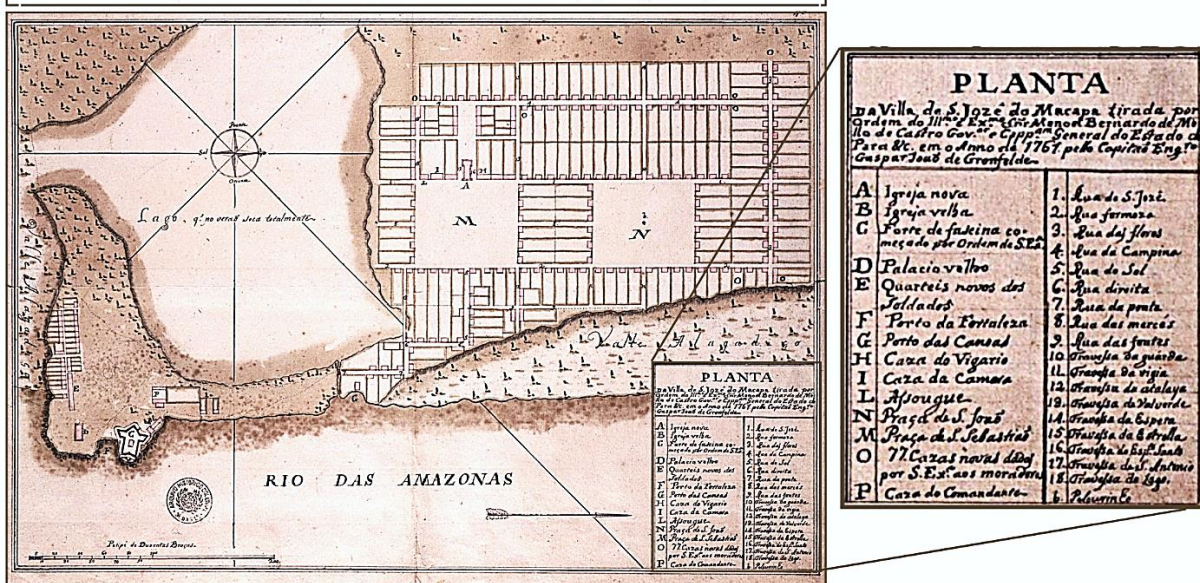
⁶² AHU, Avulsos Pará, cx. 35, doc. 3273 (3 nov. 1753), fl. 1-7.

⁶³ AIGNER, Um traficante a serviço do Estado, 2020, p. 25.

soldados. Portanto, além da planta e das obras, tanto o sargento-mor Thomas Rois quanto Gotz empreenderam a tarefa de demarcar a região em volta. No entanto, este serviço não perdurou até junho, porque Rois adoeceu e faleceu⁶⁴.

O Governador e Capitão-General do Pará, Manoel Bernardo de Mello e Castro tomou providências a respeito dessa situação incômoda, pois a administração da região do Cabo do Norte preocupava o representante da Coroa. Em 1761, Castro incumbiu o capitão-engenheiro Gaspar Gronfeld de fazer a planta de um fortim que não desse muitas despesas e que não demandasse muito tempo para ser feito. Gronfeld concebeu, em poucos meses, um forte sem grande refinamento, pronto para atender minimamente às expectativas⁶⁵.

Figura 1 - Planta da Vila de S. José de Macapá tirada por ordem do Ilmo e Exmo Sbr Manoel Bernardo de Mello e Castro Gov.or e Capp.am General do Estado do Para & em o Anno de 1761 pello Capitão Eng.ro Gaspar João de Gronsfeld. (AHU Cartografia manuscrita Pará 789) [Adaptado].



Fonte: AHU, CARTm, 013, doc. 798.

A planta cartográfica acima (Figura 1) foi desenhada pelo engenheiro Gaspar Gronfeld. Nessa planta, é possível ter uma breve noção de como poderia ter sido a vila de Macapá no início dos anos da década de 1760, isto é, antes da construção do forte. É possível localizar as igrejas (nova e velha), as casas recém-construídas dos moradores, do vigário, do comandante da praça, o quartel, o prédio da câmara, dois portos de canoas, um comum e outro da própria fortaleza, por onde desembarcavam os materiais.

Dentro das medidas de expansão e ocupação constava a construção de uma fortificação mais robusta e, conseqüentemente, a necessidade de equipá-la com uma artilharia que pudesse

⁶⁴ AHU, Avulsos Pará, cx. 45, doc. 4182 (10 mar. 1760), fl. 1-5.

⁶⁵ VIANNA, As fortificações da Amazônia, 1905, p. 283-394.

resguardar eficazmente a foz do rio Amazonas. Foi, assim, entre 1762 e 1763, que o engenheiro Henrique Antonio Gallucio deu início aos primeiros passos para a execução de uma duradoura e imponente fortaleza. A partir de então, o espaço que viria abrigar o forte, também acolheria outros prédios menores, ou seja, o complexo da fortaleza se dividia entre o quartel, ambulatório, paiol de pólvoras, arsenal de munições, celas, casa do comandante e, possivelmente, capela, além das outras estruturas que compõem um empreendimento de tal porte, como os baluartes e as guaritas⁶⁶. Convém lembrar que o presente trabalho não trata do forte já construída, mas em construção.

Nesse primeiro momento, para manter o controle de quem estava trabalhando naqueles espaços, podemos nos ater aos primeiros mapas dos operários. Tais mapas vinham com poucas informações e o próprio Henrique Gallucio assinava o documento junto com seu auxiliar, o também engenheiro Henrique João Wilckens. A denominação era “Mapas de toda a gente que tem trabalhado nas obras da fortificação da praça de S. José de Macapá”⁶⁷. As informações contidas se restringem à quantidade de operários e soldados, os locais, mas sem muitos detalhes. Mais adiante vamos compreender melhor tal fonte, a qual mudou e passou a se configurar como “mapa geral dos operários”⁶⁸, fomentando uma série de indagações.

Nos primeiros meses de 1764, deu-se início a uma construção maior e mais robusta, capaz de resistir a um possível ataque estrangeiro. Tal empreitada envolveu um empreendimento dispendioso e demorado, que modificou profundamente a região, ou seja, demandou uma considerável mão de obra livre e escrava, constituída basicamente por ameríndios e africanos. Com isso, houve também a necessidade de organizar ou garantir um fluxo constante de gêneros alimentícios e materiais para as obras.

Nas fontes, percebe-se, sobretudo, a participação de indígenas em diversas diligências das autoridades coloniais. De fato, os nativos exerciam diferentes atribuições no decorrer das viagens. Ou seja, havia muitos índios inseridos nas expedições demarcatórias, servindo como intérpretes, mediando a comunicação com outros indígenas, sendo guias ou pilotos de canoas (*jacumaúbas*), além de carregadores, pescadores e caçadores. Regularmente, pequenos contingentes indígenas foram deslocados das povoações para trabalharem nas obras em Macapá. Por sinal, essa mobilidade fez com que os índios, ao serem transferidos de um local para outro, formassem as suas próprias redes de relacionamento.

⁶⁶ APEP, cód. 132, doc. 0386-0387 (8 out. 1763) [Acervo Digitalizado].

⁶⁷ APEP, cód. 132, doc. 0282-0328 (ago. 1762- ago. 1763) [Acervo Digitalizado].

⁶⁸ APEP, cód. 150, doc. 0005 (19 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

Um ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas para o então secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, evidencia a importante relação que há entre a Vila Vistosa e as outras vilas que estão próximas, ou seja, Macapá e Mazagão. Pelos rios Matapi e Anaurapecu que passam, respectivamente, por estas últimas vilas, nota-se o constante fluxo de índios que nela trabalhavam. Quanto à Vila Vistosa, ela sentiu a falta de operários para a execução dos diversos trabalhos, seja no que concerne o abastecimento de mantimentos, seja o que diz respeito ao provimento de materiais, como madeiras para a construção⁶⁹.

Fica evidente que tanto Vila Vistosa quanto Mazagão fazem parte do projeto colonizador de intensificar a presença da Coroa portuguesa no Cabo do Norte, pois há um evidente incentivo de povoamento e estruturação dessas vilas. Não obstante, uma série de obstáculos dificultaram esse processo. Além disso, os investimentos necessários geraram custos para a Fazenda Real, fazendo com que, no início da década de 1760, a atenção se voltasse mais para Macapá. Assim, com o olhar tornado para esta vila, pelo fato de ela ser pensada a partir de uma dimensão militar para a proteção do território, os investimentos previstos para Vila Vistosa e Mazagão ficaram em segundo plano.

É nesta perspectiva que o capitão Inácio de Castro Moraes Sarmento, em meados de 1769, a pedido do governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive (1763-1772), deu início aos trabalhos de demarcação da área para onde seriam levados os mazaganistas. A nova Mazagão seria construída às margens do rio Mutuacá, no local onde já tinha sido instalada a antiga povoação de Santa Ana. Mas, com ordens do governador para inspecionar o terreno, o engenheiro Domingos Sambucetti, descartou a possibilidade de refundar uma nova vila. Mazagão deveria ter características urbanas e, para isto, Sambucetti traçou um plano para a nova cidade que possuíam formas regulares⁷⁰.

Delimitar e consolidar as fronteiras foi uma das formas para impedir eventuais avanços estrangeiros. A implementação do plano de reordenamento e instalação de vilas e fortificações deveriam frustrar qualquer progresso por parte de nações inimigas⁷¹. O forte de Macapá, foi planejado com um claro objetivo militar, mas, conectado a isso, sua construção e manutenção

⁶⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 69, doc. 5938 (5 jan. 1773), fl. 1-10.

⁷⁰ VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. São Paulo: Martins, 2008, p. 137-190.

⁷¹ No entendimento de Arthur Cezar Ferreira Reis, desde o início do século XVII, com as construções de pequenas fortificações, a Coroa portuguesa visava resguardar a sua soberania na região. Um dos exemplos dessa política é o Forte do Presépio, fundado em 1616, que deu início ao núcleo urbano da cidade de Belém. Ver REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no período colonial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Rio de Janeiro, n. 344, jul./set., 1984, p. 217-227.

propiciaram uma complexa sociabilidade e, sobretudo, uma intensa mobilidade da mão de obra (índios, negros, homens livres e portugueses), que passou a circular nos espaços dos entornos. A formação de uma ampla rede interligou vilas e microrregiões da região, engendrando um cenário destinado para suprir a demanda do forte e da vila adjacente.

É pertinente sinalizar que, embora a principal finalidade do forte fosse o impedimento do avanço de barcos inimigos que pudessem adentrar no rio Amazonas, a navegação de barcos estrangeiros mais ao norte não foi coibida. Decerto, nos anos seguintes fica perceptível o tráfego de embarcações francesas no litoral do Cabo do Norte. A partir das fontes arroladas, foi possível perceber que a construção de uma robusta fortificação não restringia integralmente a circulação de naus gálicas naquela zona de navegação. Contudo, apesar desta presença francesa na parte setentrional do Cabo do Norte, não havia indícios de um possível conflito iminente.

Acerca desse ponto de vista, em um ofício, Manuel Lobo de Almada, responsável pela praça de Macapá, põe em destaque o teor do interrogatório que ele fez com Sebastião Rigo. Este, de origem hispânica, desertor, estava há pouco tempo, segundo ele próprio, junto aos franceses. Na ocasião, o espanhol disse que esses pretendiam se estabelecer em uma nova paragem na beira de um rio que fica há dez dias de barco. Para provar seu enunciado, pois foi considerado improvável, Rigo tirou um embrulho de uma bolsinha de couro. Era um pedaço de papel no qual havia uma mensagem de Ângelo Custódio, um soldado desertor da praça de Macapá. A mensagem que Custódio passava confirmou o estabelecimento de uma “fortaleza na ilha de Jurury” ou na “boca do lago Amacarrí”⁷².

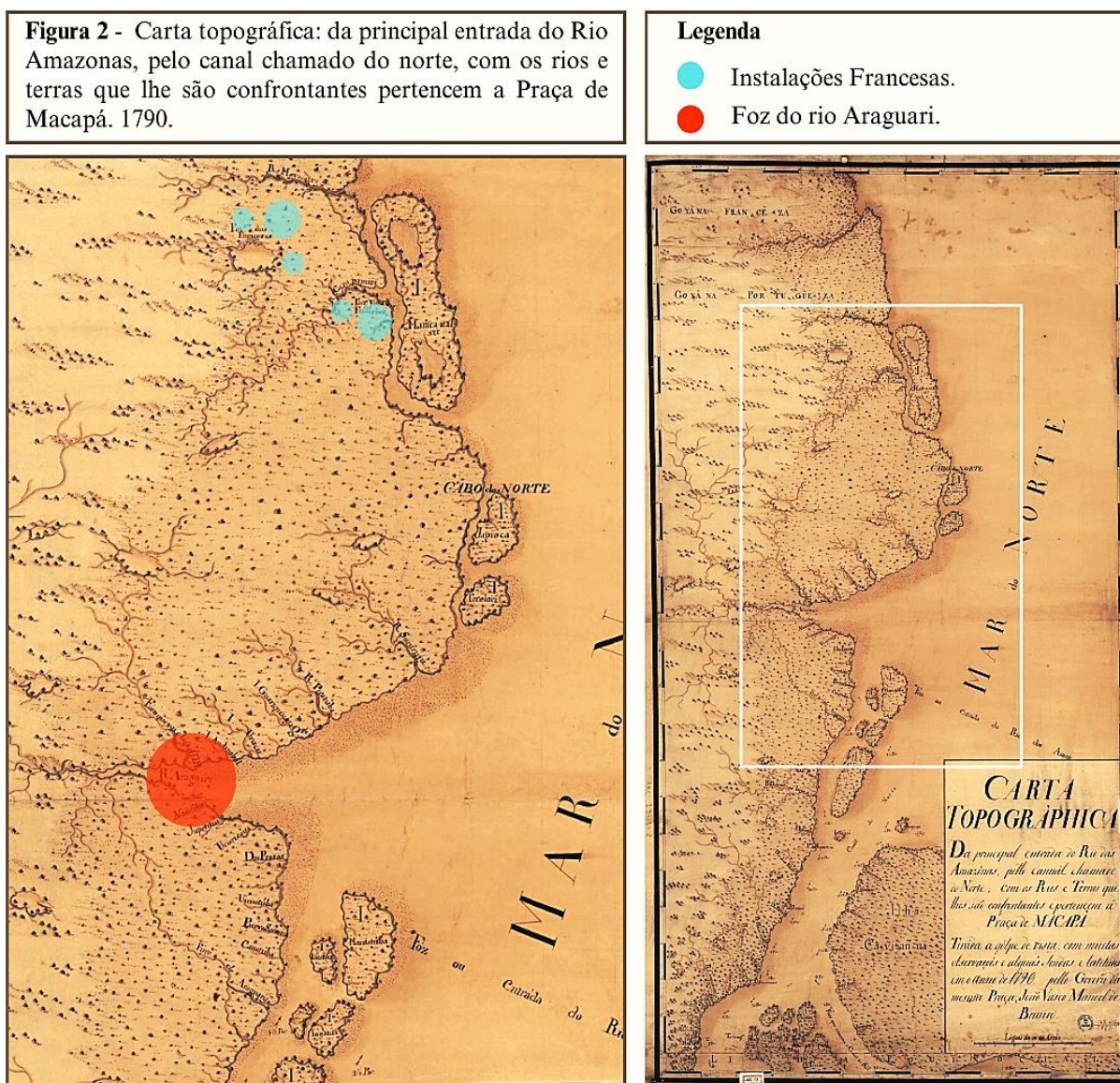
Quanto às informações acima, Rigo e Custódio “semearam” a dúvida na cabeça do governador⁷³ da praça de Macapá. Ainda que a mensagem fosse de certa forma imprecisa, Manuel de Almada tomou uma série de medidas. Uma delas era o reforço de diligências enviadas até a foz do rio Araguari. Lá, as diligências encontraram alguns índios e pescadores. Quanto à localização da entrada do rio Araguari e das antigas instalações francesas, o leitor pode conferir a carta cartográfica abaixo (Figura 2).

Já antes do ocorrido, embarcações portuguesas costumaram cruzar na área do rio em questão. Uma dessas estava sob o comando do porta-bandeira Leonardo José Pereira. Naquelas paragens, Pereira tinha a missão de vigiar a região e “resgatar” os índios que estavam em posse de outros gentios aliados. De sua viagem, o porta-bandeira trouxera uma comitiva de índios aprisionados, o referido desertor espanhol Sebastião Rigo e a índia Arcangela Rufina. Ao final

⁷² AHU, Avulsos Pará, cx. 90, doc. 7323 (6 ago. 1783), fl. 1-15.

⁷³ O termo “governador” possui a conotação de o portador ser membro da junta governativa da capitania do Cabo do Norte. Isso fica evidente nos diversos documentos do período colonial consultados. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 65, doc. 5588 (12 jan. 1770), fl. 1-3.

da diligência, Pereira desembarcou todos na praça de Macapá, mas ao que tudo indica, apenas Rigo e Rufina foram interrogados pelo sargento-mor e governador Manuel de Almada⁷⁴.



Fonte: BRAUN, João Vasco Manuel de. Carta topográfica: da principal entrada do Rio Amazonas, pelo canal chamado do norte, com os rios e terras que lhe são confrontantes pertencem a Praça de Macapá. 1790. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 90,5 x 38,5cm em f. 51 x 92,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168417/cart168417.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

No que concerne ao depoimento da índia Arcangela Rufina, ela descreveu seu percurso pelos rios e paragens da região litorânea do Cabo do Norte. Frente ao governador, Rufina relata que era aldeada, mas que fugiu, junto com treze pessoas, da vila de Salvaterra. Ela teria ficado por dois anos em uma povoação perto do rio Guani e de um lago intitulado Suana. Ao que parece, a povoação onde Rufina morava fazia fronteira com as instalações do posto e

⁷⁴ AHU, Avulsos Pará, cx. 90, doc. 7323 (6 ago. 1783), fl. 1-15.

embarcadouro francês, próximo da foz de Macari (Amacarri ou Huamacarri), que ficava não muito distante da ilha de Maracá⁷⁵.

Tendo como referência a declaração da índia Rufina, é possível situar o local no mapa (Figura 2). Diante disso, observamos que aquela área do rio Araguari, onde o porta-bandeira Leonardo Pereira se deparou com os indígenas, Rigo e Rufina, era uma região sobre a qual pairava a incerteza de que seria o real dono: o monarca francês ou do rei de Portugal. Isso fica evidente quando Manuel de Almada pronuncia que “não sei se aquelle Estabelecimento he nas nossas terras, ou em Dominios Franceses, por não aver neste Governo Instrução, Titulo ou Mappa algum que denote os limites portugueses por esta parte”⁷⁶.

Como podemos notar, na área mais ao norte de Macapá, havia uma circulação significativa de índios, africanos, portugueses e franceses. Em linhas gerais, foi uma região que, além de ter uma fronteira fluída, ainda não estava duradouramente ocupada pela Coroa portuguesa. Por isso, o sargento-mor da praça tinha dúvidas sobre o real dono daquele vasto espaço. Embora não houvesse uma ocupação efetiva com vilas fundadas ou missões estabelecidas, conjecturamos uma intensa mobilidade de indígenas e africanos fugitivos que, em algum momento, esquivaram-se do controle das autoridades coloniais no vale amazônico.

Nesse sentido, a índia Rufina, que se expressava com clareza, relatou em detalhes que havia encontrado alguns índios Ariquena. Nesse encontro, eles lhe diziam que teriam vindo da vila de Portel, junto com o principal Basílio, apelidado de Canellas. A chegada dos Ariquena naquela parte do Cabo do Norte é permeada de lacunas, mas existem indícios que denotam os motivos que os levaram a buscar refúgio em terras tão distantes. De fato, a fuga dos Ariquena teria sido causada por desentendimentos internos na vila de Portel, sendo que eles não queriam seguir os ensinamentos catequéticos do padre da vila, pois preferiram manter a sua “gentilidade”, ou seja, seus costumes, crenças e rituais⁷⁷.

Há outras evidências que essa querela foi muito além do que os Ariquena narravam em conversa com a índia Rufina. Em 1770, Basílio José de Carvalho tinha assumido o cargo de principal, o qual tinha herdado do seu pai. Em Portel, ao sul da ilha do Marajó, surgiu uma desavença entre o sargento-mor Cipriano Inácio de Mendonça e o novo líder indígena. O sargento utilizava mão de obra indígena (ilegal) para tratar dos seus negócios espúrios, o que,

⁷⁵ AHU, Avulsos Pará, cx. 90, doc. 7323 (6 ago. 1783), fl. 1-15.

⁷⁶ AHU, Avulsos Pará, cx. 90, doc. 7323 (6 ago. 1783), fl. 1-15. É possível encontrar o depoimento da índia Arcangela Rufina no seguinte documento: AHU, Avulsos Pará, cx. 89, doc. 7244 (20 set. 1782), fl. 1-6. Salientamos também o trabalho de Paulo da Costa que faz uma breve reflexão acerca da índia Rufina. Ver COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

⁷⁷ AHU, Avulsos Pará, cx. 90, doc. 7323 (6 ago. 1783), fl. 1-15.

provavelmente, desagradava o chefe indígena. Certa vez, Cipriano embriagou-se e foi provocar Basílio. No final da discussão, havia feridos e mortos. A briga foi o estopim para fazer com que Basílio reunisse os seus familiares e os demais membros do grupo e se evadisse da vila⁷⁸.

A fuga dos Ariquena para uma região que não era intensamente vigiada por portugueses, nos leva a crer que aquela área ao norte de Macapá ainda não possuía uma importância fundamental, em termos estratégicos, para a coroa portuguesa. Enquanto isso, a área onde o forte de Macapá estava sendo construído, na desembocadura do rio Amazonas, era um espaço determinante para impossibilitar qualquer avanço de barcos inimigos.

Por fim, o lugar onde está situado o forte, além de proporcionar uma visão panorâmica sobre foz do rio Amazonas era estrategicamente pensado para que os sentinelas de plantão registrassem a saída e entrada de embarcações. A sua construção envolveu disputas de poder acerca do território às margens do rio. Países, como França e Holanda, com ambições de explorar a região, como foi pontuado acima, firmaram vínculos comerciais com as populações nativas⁷⁹. A região do Cabo do Norte foi alvo constante de incursões estrangeiras que não tinham outras pretensões a não ser: conhecer o território, aproximar-se da população local e buscar commodities rentáveis para tirar proveito nos mercados europeus.

1.2 – A conjuntura diplomática

Em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, as políticas portuguesas se voltaram para delimitar as fronteiras e ocupar o território amazônico. Esta posse lusitana mais eficaz desencadeava uma série de medidas que visaram consolidar o domínio sobre as terras coloniais na América. Entre as providências, podemos destacar: o estabelecimento das comissões técnicas para delimitar o território, a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), a Lei de Liberdade dos Índios (1755) e a expulsão dos Jesuítas (1759)⁸⁰.

⁷⁸ SOMMER, Barbara A. *Negotiated settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese (Doutorado em História) – University of New Mexico, Albuquerque, 2000, p. 291-297.

⁷⁹ HULSMAN, Lodewijk. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves (orgs.) *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 39-59; GUZMÁN, Décio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.

⁸⁰ COELHO, Mauro Cezar. Índios, negócios e comércio no contexto do Diretório dos Índios – Vale Amazônico (1575-1798). In: FIGUEIREDO, Aldrin de Moura; ALVES, Moema de Barcelar (orgs.) *Tesouros da Memória: história e patrimônio*. Belém: Ministério da Fazenda – Gerência Regional de Administração no Pará/Museu de Arte de Belém, 2009, p. 45-58.

Essas políticas abarcavam um processo transformador, não apenas da região ou da economia, mas da própria população nativa, cujo destino era torna-los em vassalos do rei⁸¹.

Compreender a conjuntura diplomática é pertinente, pois nos faz ter uma noção da dimensão das negociações que estavam em curso e tinham como pauta as fronteiras. Notadamente, vamos perceber que, para as coroas ibéricas, delimitar seus domínios era fundamental naquele contexto de anseios reformadores (reformas pombalinas em Portugal e reformas borbônicas na Espanha)⁸². Para isso, alguns acordos de fixação das fronteiras já estavam num estágio avançado. Segundo Synesio Goes, nos anos de 1720, já havia, mesmo que parcas, discussões para tratar sobre os limites fronteiriços entre as possessões das coroas ibéricas. Entretanto, é só em 1747 que os negociadores oficiais começaram a conduzir, de fato, uma negociação efetiva⁸³.

Para que as linhas fronteiriças fossem reconhecidas sem maiores discussões, o Tratado de Madri (1750) se baseou na premissa romana do *uti possidetis*, ou seja, os territórios em litígio são atribuídos a quem os ocupa naquele momento. No entendimento de Simei Torres, na prática, o tratado foi um instrumento político inoperante. Pois, ainda que fosse feito um intenso esforço diplomático entre as coroas ibéricas, os limites continuaram “confusos e indomados”, principalmente nas regiões de difícil acesso e pouco conhecidas dos europeus. Isso também se relaciona com os inúmeros entraves que vieram à tona na execução do tratado, impasses que iam desde os conflitos de interesses internos entre administradores, índios e religiosos até o falecimento dos negociadores e troca de monarca⁸⁴.

Na ótica de Adler de Castro, o cumprimento do tratado se deu a partir do estabelecimento de postos lusitanos, sobretudo missões religiosas e fortificações ao longo dos limites. Em certa medida, as referências utilizadas para configurar as fronteiras eram naturais, como rios e morros, em outros casos, essa delimitação se dava por meio de construções de praças de armas. Sendo assim, Portugal erigiu dezenas de fortalezas para assegurar

⁸¹ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

⁸² LISS, Peggy Karr Korn. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution, 1713-1826*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.

⁸³ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2021, p. 132.

⁸⁴ TORRES, Simei Maria de Souza. *Onde os impérios se encontram: demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

minimamente qualquer iminente invasão de possíveis inimigos. Obviamente, nem todas essas praças eram de grande porte, na sua maioria consistiam em pequenos fortins⁸⁵.

Atréadas a essas discussões diplomáticas, as fronteiras sempre estavam no cerne das negociações. Neste contexto, o conceito de fronteira teve uma relação evidente com os movimentos e as experiências de diferentes sujeitos. No entanto, ela pode ser compreendida ou definida de forma mais específica. Na interpretação de Sebastián González, por exemplo, a definição de fronteira para o caso americano está intimamente ligada com os processos dinâmicos e socioculturais entre distintas populações⁸⁶.

Quanto a essa dinâmica, Patrícia Sampaio pontua duas trajetórias pessoais que implicam as regiões de fronteira. A autora nos mostra um panorama do que foi a experiência de dois sujeitos, João da Silva e Fernando de Rojas, que tinham fugido de Belém em companhia de outros africanos escravizados. Cansados de serem maltratados, percorreram toda a calha do rio Amazonas até chegarem ao rio Putumayo. Nesse ínterim, abrigaram-se nos aldeamentos das missões franciscanas ao pé dos Andes, onde mantinham uma vivência com índios daquele lugar. Conforme Sampaio explica, os fugitivos alegaram para os agentes daquela região, sob domínio castelhano, que eram libertos. Com isso, passaram a trabalhar para os religiosos nas aldeias e sítios. Como João e Fernando falavam a Língua Geral, constituíram um relacionamento profícuo, aproveitaram as oportunidades e entraram para o serviço da coroa espanhola⁸⁷.

Notadamente, Patrícia Sampaio nos revela o quão as regiões de fronteira podem engendrar e compor uma complexa rede de trajetórias de vida de diferentes indivíduos. Por meio do deslocamento de João e Fernando, é possível ter uma breve noção de como se desenvolvia a trajetória de africanos que foram escravizados e que se refugiaram nas áreas de fronteira, mesmo muito distantes. Logo, vemos também como estes personagens conseguiram obter informações, formular estratégias e manter alianças com indígenas e autoridades coloniais no sertão amazônico.

No que tange à ideia de sertão, uma das definições contemporâneas, fornecidas por Raphael Bluteau, é: “região, apartada do mar, e por todas as partes, metidas entre terras”⁸⁸. Em certas circunstâncias, esse mesmo sertão poderia ser visto como lugar incivilizado, hostil e sem

⁸⁵ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Uti possidetis, ita possideatis: as fortificações como marcos da formação territorial do Brasil*. *Revista DaCultura*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 34, p. 34-47, mai. 2020.

⁸⁶ GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. *Frontera selvática: españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, 2014, p. 27.

⁸⁷ SAMPAIO, Patrícia Melo. *Amazônia: fronteiras, identidades e história*. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 26-29, 2009.

⁸⁸ Referente ao verbete “sertão”, ver BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. 8. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 613.

fé, uma visão etnocêntrica e que se sobrepunha à diversidade étnico-cultural que existia no interior desse espaço. Anthony Russell-Wood acentua esse último aspecto do sertão. Para ele, a fronteira pode ser compreendida como metáfora para um espaço onde há intensas interações e intercâmbios⁸⁹.

Nesse sentido, Carlos Bastos chama a nossa atenção a respeito da delimitação de um determinado local. Geralmente, a área pode ser definida a partir de balizas administrativas, as quais prevalecem nos jogos geopolíticos. No entanto, Bastos se afasta ligeiramente dessa ideia, passando a compreender as fronteiras como zonas de interações sociais, culturais, econômicas e políticas⁹⁰. Quanto à percepção de zona, Jean Chesneaux distingue as áreas fronteiriças em “zona de fronteira”, na qual prevalecem as já referidas trocas comerciais e humanas, e em “linha de fronteira”, onde se faz uma delimitação mais exata com e sob o controle mais rígido dos agentes administrativos⁹¹.

Sem perder de vista esse raciocínio, Tamar Herzog questiona a visão tradicional sobre limites territoriais. Ela aponta que ainda há um entendimento dicotômico a respeito das fronteiras e dos atores que nelas atuam, seja interno (indígenas), seja externo (ibéricos). Na percepção da autora, as divisões territoriais tanto na península Ibérica, quanto nas Américas não se deram apenas por tratados, leis ou por meio das interações entre múltiplos sujeitos que, apresentavam interesses variados sobre o território. Para Herzog, a instituição dos espaços fronteiriços se deu através da reivindicação dos atores que ocupavam tais espaços e, também, mediante aquilo que estas áreas representavam para estes indivíduos. Ou seja, na visão dos seus habitantes, a fronteira poderia ser linear ou zonal, compartilhada ou exclusiva, ou ainda configurar-se como “ilhas de ocupação”, possibilitando uma transição fluida entre elas⁹².

Quanto a essa percepção, Herzog enfoca nos sujeitos, pois são eles que modelam e definem o território. Isso não quer dizer que a formação das fronteiras não se tenha dado também a partir de processos políticos, diplomáticos ou militares. Mas, segundo a autora, as disputas territoriais abrangiam uma grande diversidade de atores, entre os quais estavam grupos indígenas, religiosos, africanos, agentes coloniais portugueses e castelhanos. Por fim, essas disputas eram eivadas de conflitos e negociações que, por sua vez, delineavam as fronteiras.

⁸⁹ RUSSELL-WOOD, Anthony John. Fronteiras do Brasil Colonial. In: RUSSELL-WOOD, Anthony John; DOMINGUES, Ângela; MOURA, Denise Soares de (orgs.) *Histórias do Atlântico Português*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2021, p. 279-302.

⁹⁰ BASTOS, Carlos Augusto. *No limiar dos impérios: a fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província de Maynas; projetos, circulações e experiências (c. 1780-c. 1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017, p.

⁹¹ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre história e os historiadores*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 169.

⁹² HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2015, p. 1-15.

Sobre essa visão de fronteira, Marina Machado destaca a importância de não restringir ou associar a ideia de fronteira a um espaço em litígio entre sujeitos de origem diversa, mas, antes, de buscar entender os processos que configuram as referidas áreas fronteiriças, pautados na convivência entre partes distintas. Isto é, na compreensão da autora, tais sujeitos convivem e coexistem, negociam, colaboram e travam conflitos, pois há múltiplos interesses envolvidos numa dinâmica de ocupação do território⁹³.

Os processos históricos que se fazem presentes nas fronteiras da Amazônia colonial podem ser variados, como foi assinalado acima. Almir Diniz de Carvalho Júnior nos recorda que nesses ambientes as práticas religiosas indígenas funcionavam como sistemas que ora centralizavam, ora dispersavam, ora aceleravam, mas, ao final, constituíam redes complexas que envolviam diferentes atores. Além disso, Carvalho Júnior destaca que nesses espaços, grupos étnicos de origem diversificada puderam, através de “práticas mágicas”, estabelecer campos simbólicos, os quais articularam e construíram novos significados e tradições⁹⁴.

Podemos conferir, na análise de André Pompeu a respeito de conflitos fronteiriços, o processo de alargamento da fronteira lusitana, em especial, das possessões da monarquia portuguesa e francesa. Nesse espaço fronteiriço, o autor concorda com a definição de Carlos Bastos, segundo a qual as regiões limítrofes constituem uma “fronteira-zona”. Seguindo essa linha de raciocínio, Pompeu ressalta que as áreas onde se situam os limites entre Cabo do Norte e Caiena, podem ser entendidos como um corredor onde há um intenso fluxo⁹⁵.

É nesse corredor e em outras áreas de fronteiras que podemos constatar o trânsito constante de diversos atores. Quanto a isto, Flávio Gomes e Jonas Queiroz apontam que, nos espaços entre o Cabo do Norte e a Guiana Francesa, diferentes indivíduos configuraram e reconfiguraram os cenários à sua lógica. Sendo assim, fizeram-se experiências históricas e constituíram-se identidades étnicas entre diferentes atores, como indígenas em mobilidade, africanos fugidos, militares desertores. Na concepção dos dois autores, tais sujeitos trilharam rotas e suas ações promoveram a “transposição das fronteiras econômicas, políticas e culturais”⁹⁶.

⁹³ MACHADO, Marina Monteiro. *Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2012, p. 40-42.

⁹⁴ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *A magia do novo: índios cristãos nas fronteiras da Amazônia colonial. Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, Paris, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/62258>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁹⁵ POMPEU, André José Santos. *Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 19-52.

⁹⁶ GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Entre fronteiras e limites: identidades e espaços transnacionais na Guiana Brasileira – séculos XVIII e XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 21-50, 2002.

No entender de Gomes e Queiroz, as fugas tiveram um papel preponderante na formação das “identidades étnicas” nessas áreas de fronteira. Em tais locais, diferentes indivíduos compartilharam códigos e valores sociais para sobreviver e formular meios próprios. Tendo como referência as percepções de Fredrik Barth e entendendo a “identidade étnica” como um conceito, Caroline Luvizotto ressalta que “a identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade”⁹⁷. Diante disso, ao se estabelecer nas áreas fronteiriças, longe da fiscalização das autoridades, aqueles indivíduos interagem e conflitam entre si, além de criar códigos compartilhados para se comunicar.

Em face do que foi exposto e com base nos documentos do período colonial, podemos constatar que as áreas de fronteiras entre o Cabo do Norte e Caiena, dividida pelo rio Vicente Pinzón, atualmente rio Oiapoque, foi em diferentes contextos um espaço fluído, onde houve intensa transitoriedade de inúmeros sujeitos. Ora pelos rios, ora pelas matas, grupos indígenas, africanos, mestiços e portugueses que desertaram do serviço militar se estabeleceram em sítios daquela zona, compartilhando saberes e experiências.

Não podemos perder de vista que nesse cenário, em meados do Setecentos, a monarquia lusitana decretou uma sequência de medidas que, de algum modo, estavam conectadas. Acerca das fronteiras, conforme o que foi debatido no Tratado de Madri, foram estabelecidas comissões para delimitar os territórios ibéricos. Somando-se a isso, outros movimentos políticos estavam sendo feitos, principalmente, no campo econômico, social e religioso. Entre essas mudanças podemos apontar aquelas que resultaram da implementação das já evocadas leis da emancipação dos índios (1755), da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e da expulsão dos jesuítas (1759).

Em meio à aplicação da nova legislação, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que assume o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, “inicia o processo de secularização das aldeias missionárias”, como sustenta Décio Guzmán. Muitos desses estabelecimentos, com as novas medidas administrativas, transformaram-se em Vilas e Lugares. Em virtude disso, Guzmán ressalta que a introdução das políticas pombalinas modificou a configuração da urbanização amazônica. Portanto, o aspecto mestiço e híbrido das vilas e cidades estão associadas a essa nova conjuntura que foi se formando⁹⁸.

⁹⁷ LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 29-36. A autora aborda os conceitos de etnicidade e identidade étnica.

⁹⁸ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII). In: GARCIA, Clara; MEDINA, Manuel R. (coords.). *Ciudades mestizas: Intercambios y continuidades en la expansión occidental, siglos XVI-XIX*. México: Centro de Estudios de Historia de México – CONDUMEX, 2001, p. 89-99.

Nesse contexto, a comissão demarcadora de limites se preparava para cumprir com os seus objetivos. Um dos pontos mais notáveis é o processo que antecedia a expedição. Quanto a isso, Fabiano Vilaça Santos ilustra bem os preparativos da comissão, sendo que técnicos de diferentes áreas navegaram pelos rios do sertão amazônico com a finalidade de definir o território lusitano nesses confins tropicais⁹⁹. Podemos supor o quanto essas viagens eram dispendiosas, sendo composta por engenheiros, cosmógrafos, astrônomos, cartógrafos, desenhistas, cirurgiões, remeiros e caçadores indígenas e funcionários da coroa. Com poucos recursos, era inviável seguir com as demarcações, como foi pontuado por Mendonça Furtado, em sua função de comissário da demarcação do Tratado de Madri¹⁰⁰.

Nesse sentido, o governador Mendonça Furtado sublinha as dificuldades com os contágios e a escassez de mantimentos para suprir as necessidades da comissão. Em setembro de 1750, o governador encaminha um ofício ao secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Silva, no qual relata essas contrariedades¹⁰¹. De fato, o contágio de sarampo no Pará causou, entre 1748 e 1750, a morte de mais de dezoito mil pessoas – ao menos segundo as listas oficiais –, sobretudo indígenas¹⁰². Por isso, era difícil garantir um abastecimento satisfatório em farinha, visto que a epidemia fez parar quase por completo a sua produção.

Em outra carta, endereçada ao seu irmão Sebastião José, Mendonça Furtado explana os embaraços que se evidenciavam. Assim, ele relata os esforços que estavam sendo feitos para minimizar os percalços da viagem, especificamente, quanto à falta dos provimentos. Nesse sentido, a solução parecia ser o despacho de canoas de índios, à frente da expedição principal, para avisar aos habitantes das aldeias da região do Rio Negro que adiantassem o plantio das roças de mandioca, feijão e milho¹⁰³.

Os dias que antecederam a viagem da comissão foram tensos, alguns ajustes e planejamento ainda estavam sendo finalizados. Isso era necessário para que não faltassem provimentos, mão de obra e materiais adequados para a coleta de dados nas fronteiras

⁹⁹ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 64-72.

¹⁰⁰ Em 1753, enquanto Mendonça Furtado deixava o seu posto de governador e assumia o cargo de 1º Comissário das Demarcações dos Limites territoriais, o bispo do Pará, Miguel de Bulhões, passava a desempenhar a função de governador interino. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 35, doc. 3279 (10 nov. 1753), fl. 1-4.

¹⁰¹ AHU, Avulsos Pará, cx. 32, doc. 2988 (2 de set. 1750), fl. 1-7.

¹⁰² VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Uma epidemia na Amazônia e o esforço de contagem dos mortos, Grão-Pará (1748-1750). *Revista de Demografia Histórica/Journal of Iberoamerican Population Studies*, Barcelona, v. 39, n. 3, 2021, p. 225-242.

¹⁰³ “Carta ao secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a expedição preparatória das demarcações; sobre as dificuldades que para isso enfrentava; sobre a situação penosa do Corpo Militar com que contava, e sobre as divisões destinadas aos diversos serviços das mesmas demarcações” (9 nov. 1752). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). In: *A Amazônia na era pombarina*. Tomo 1. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 359-363.

ocidentais. Conforme expõe Nelson Sanjad, os técnicos da comissão saíram, enfim, em 1754, com cerca de 796 pessoas, a bordo de 25 barcos e canoas, com equipamentos sofisticados para realizar estudos em diversos campos, como astronomia e geografia¹⁰⁴. A intenção era cumprir com os acordos concernente à delimitação das fronteiras coloniais e, sobretudo, verificar quais os rios que faziam efetivamente parte do território português. Alguns técnicos aproveitaram também a expedição para estudar o ambiente natural, a flora e a fauna da bacia amazônica¹⁰⁵.

Isso coaduna, em certa proporção, com a visão de Serge Gruzinski no tocante ao território amazônico e o que ele representava para os viajantes. Diante dos processos de mundialização ibérica¹⁰⁶ e das trajetórias coloniais, o autor enfoca sua reflexão nas conexões de aspectos comuns e incomuns entre distintas culturas, economias e formas de governo. De um modo particular, o rio Amazonas, foi, na concepção de Gruzinski, já desde os séculos XVI e XVII, palco de uma consciência mundo. O autor destaca que

[...]. Em várias partes da Monarquia Católica, geógrafos, missionários, funcionários da coroa, exploradores, elites locais, mestiças e aventureiros tomaram consciência de mover-se numa realidade inédita, fluida, extensível e que abrangia progressiva e inelutavelmente o globo inteiro¹⁰⁷.

Embora não seja o nosso objetivo aprofundar esse campo teórico, não podemos negligenciar os processos de mundialização ibérica, também no século XVIII. Com relação a isso, Gruzinski destaca os vínculos que a medicina indígena mantinha entre o Novo Mundo e o Velho. Por sinal, mais adiante, precisamente no terceiro capítulo, voltaremos aos usos de medicamentos. É salutar sublinhar que o rio Amazonas e, mais ainda, certas paragens no seu curso foi um espaço onde tanto a medicina indígena quanto novos saberes se completaram. Surgiram, assim, novos conhecimentos que, por sua vez, foram difundidos em outras regiões do mundo por causa das conexões entre sujeitos integrados em redes mundiais¹⁰⁸.

¹⁰⁴ SANJAD, Nelson. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (org.). *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras (Departamento de Ciências e Técnicas do Património), 2007, p. 431-437.

¹⁰⁵ KETTLE, Wesley Oliveira. Para o “adiantamento das ciências”: Antonio Landi e a História Natural na Amazônia colonial. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 189-208, jan./abr. 2018.

¹⁰⁶ GRUZINSKI, Serge. O historiador e a mundialização. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2021, p. 106-123.

¹⁰⁷ GRUZINSKI, Serge. Local, global e colonial nos mundos da Monarquia Católica: aportes sobre o caso amazônico. In: NUNES, Francivaldo Alves; BEZERRA NETO, José Maia (orgs.). *Estudos Amazônicos em Revista*. Vol. 1. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 15-35.

¹⁰⁸ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Edusp, 2014, p. 213-234.

Quanto ao papel que as populações indígenas tiveram no processo da expansão e consolidação das possessões fronteiriças, eles eram vistos ora como agentes servindo de “barreiras humanas”, ora como sujeitos inteiramente conscientes de sua importância nas esquipações da comissão demarcadora. Na ocasião, cerca de 118 indígenas teriam fugido pelos rios e matas. Os nativos viram nas expedições uma oportunidade de escapar durante a viagem pelos rios da região ou, quando chegavam a certas aldeias ou paragens que eram os destinos finais, de embrenhar-se nas matas vizinhas¹⁰⁹.

A presença indígena em locais estratégicos foi tão indispensável para a administração colonial, que eles foram agentes determinantes para que os portugueses pudessem implantar as suas políticas e estabelecer a sua soberania territorial sobre grande parte do vale amazônico. Segundo John Hemming, a liberdade concedida aos índios em 1755, foi uma política pensada na definição das fronteiras justamente por causa de sua imprescindibilidade nesta empresa¹¹⁰.

Em consonância com essa ideia, Ângela Domingues destaca que, ao se empenhar para alargar os seus domínios, uma das ações feitas pela Coroa, era declarar o índio igual ao vassalo europeu¹¹¹. Segundo a autora, isso justificaria também a posse do território através do direito romano do *uti possidetis*. Com efeito, a população indígena, disseminada pelo território, seria assimilada e integrada aos moldes da nova conjuntura política e institucional promovida por Pombal. Quanto a esse processo, conforme Nádia Farage, no século XVIII, os portugueses se aliaram justamente a povos indígenas na bacia do rio Branco para combater o comércio holandês na região, fazendo desses grupos suas “muralhas dos sertões”¹¹².

Quanto a esse raciocínio, a implantação de uma língua única se relaciona a esse processo, pois, na visão de Elisa Garcia, as políticas lusitanas visaram criar uma referência comum por meio do ensino ou uso obrigatório da língua portuguesa¹¹³. No entendimento da autora, “a língua, no entanto, não é um dos elementos fundamentais para a formação de comunidades, pois estas podem existir sem uma uniformidade linguísticas, ao mesmo tempo em que comunidades diferentes podem compartilhar um mesmo idioma”. Para tanto, por mais

¹⁰⁹ “Carta ao bispo D. Miguel, dando-lhe mais notícias da expedição demarcadora do Tratado de 1750” (14 nov. 1754). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 2. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 296-298.

¹¹⁰ HEMMING, John. *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 35.

¹¹¹ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 211.

¹¹² FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991, p. 121-129.

¹¹³ GARCIA, Elisa Frúhauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 23-38.

que os agentes coloniais exigissem o uso do português como língua do dia a dia, os indígenas continuavam a usar a Língua Geral, de matriz tupi, e suas línguas maternas.

Outro ponto a ser lembrado, diz respeito à escravidão indígena que foi proibida pela Lei de Liberdade dos índios, promulgada em junho de 1755. Até então, a escravização indígena só podia ser feita em dois casos excepcionais: o resgate e a guerra justa. O resgate consistia na aquisição – mediante troca – de prisioneiros de guerra capturados por indígenas aliados aos portugueses ou por estes mesmos. Já a guerra justa, como sublinha Perrone-Moises, só podia ser declarada quando havia “a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados”¹¹⁴. Mas, o trabalho compulsório dos indígenas aldeados, mesmo remunerado, se assemelhava da escravidão.

No mesmo ano de 1755, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, é outra medida-chave, sobretudo, no campo da economia. Esta instituição também fez parte do plano político de firmar e expandir os domínios. Na ótica de José Alves, além das circunstâncias que levaram a monarquia portuguesa a preservar e alargar os seus domínios em terras coloniais, ela vislumbrara aproveitar as riquezas naturais e estimular o comércio no espaço atlântico, uma vez que as rendas oriundas das feitorias situadas na Ásia haviam diminuído consideravelmente desde o fim do século XVII¹¹⁵.

Nos territórios asiáticos, o império português, no olhar de Charles Boxer, estava enfrentando vários desafios. As adversidades e a subsequente estagnação do império na Ásia se explicam pelos avanços de príncipes indianos e persas contra os domínios do Estado português e pela crescente pressão de holandeses e ingleses. Além disso, muitas feitorias ficam em lugares que eram insalubres e onde proliferavam doenças, foram certos erros econômicos e políticos cometidos pela Coroa¹¹⁶. Esses obstáculos influenciaram na dinâmica econômica do império luso, fazendo com que ele retraísse gradualmente no Oriente, para concentrar-se no Atlântico¹¹⁷.

¹¹⁴ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992, p. 115-132.

¹¹⁵ SOUZA JUNIOR, José Alves de. As reformas pombalinas e a lei de liberdade dos índios de 1755. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 116-129.

¹¹⁶ BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, p. 135-178. O historiador aborda a estagnação e contratação do comércio oriental entre 1663 e 1750.

¹¹⁷ Para obter uma compreensão mais ampla e aprofundada do Império Lusitano em terras asiáticas, ver SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. 2ª ed. Londres/New York: Longman, 2012.

No contexto amazônico, a Companhia Geral operou com o objetivo de fomentar a economia da região¹¹⁸. A instituição deveria, sobretudo, satisfazer uma demanda essencial da política portuguesa: a de alicerçar a presença lusa no vale amazônico estimulando a produção (drogas do sertão e produtos agrícolas) e a exportação. Notadamente, a coleta, o cultivo e o comércio do cacau e do cravo, dois produtos nativos, cuja lucratividade era conhecida desde o século XVII, foram promovidos¹¹⁹. Seja como for, com a Companhia de Comércio, a Coroa lusa introduziu uma empresa relevante que a “representava” no Grão-Pará e Maranhão.

Mas, a operação monopolista da Companhia Geral no vale amazônico gerou dúvidas e conflitos de interesses entre a metrópole e os comerciantes “da terra”, como também certos administradores e religiosos. Em relação a isso, em meio as fontes pesquisadas, encontramos uma conversa entre duas pessoas, Bernardo Felix e Honório Silvío, sujeitos que supostamente tinham certa intimidade, que revela as incertezas que pairavam sobre a criação da Companhia Geral. A referida documentação é intitulada “Conversação doméstica”, contudo, é uma fonte que não se sabe ao certo quem a redigiu e, tampouco, ela possui uma data definida, fora a indicação do ano (1755). O diálogo inicia com a exposição de Honório Silvío, que soube das objeções feitas acerca da criação da nova companhia de comércio por dois amigos, um religioso e um homem de negócio. Ao que tudo indica, todos estavam apreensivos de como iria operar a nova empresa¹²⁰.

Em dado momento do diálogo, Bernardo Felix ameniza os possíveis empecilhos que a Companhia poderia trazer. Ele se diz otimista quanto às eventuais vantagens para os lavradores, negociantes, atravessadores e todos os demais envolvidos no comércio do vale amazônico. A fala permite concluir que havia, após uma fase de rejeição e desconfiança, um processo de aceitação da Companhia, uma vez se tendo dado de quantos sujeitos estavam inseridos nos circuitos comerciais. Esses sujeitos eram homens de negócio da terra, da metrópole e de diversas ordens religiosas, interessados em participar da comercialização das ditas “drogas do sertão” e do fomento do tráfico transoceânico de mão de obra africana escrava.

Quanto aos circuitos comerciais vigentes, os religiosos, principalmente, a Companhia de Jesus, estavam engajados no comércio, pois mantinha o controle sobre mão de obra indígena aldeada. Isso gerou sérios conflitos com o secretário régio, Sebastião de Carvalho e Melo. No

¹¹⁸ MAXWELL, Kenneth Robert. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 16.

¹¹⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 53, p. 221-244, 2021.

¹²⁰ AHU, Avulsos Pará, cx. 40, doc. 3708 (1755), fl. 1-20.

tocante a esta questão, Frederik Matos ressalta que o “futuro Marquês de Pombal via essa nova Companhia como uma ferramenta fundamental de desarticulação do poderio das ordens religiosas no interior da colônia do norte da América portuguesa”¹²¹.

As ordens religiosas induziam os colonos a desconfiar das políticas que estavam sendo implementadas. Mas na realidade, criavam uma desordem, pois entendiam que essas políticas ameaçaram sua permanência na colônia. Os padres inacianos eram os mais fervorosos nos púlpitos das igrejas com suas homilias acaloradas e eram vistos como inimigos da Cora, pois eram contrários às três leis de junho de 1755: a emancipação dos índios, à abolição do poder temporal dos padres sobre as missões (fim da tutela) e a criação da Companhia de Comércio.

Com relação a isso, Mendonça Furtado evidencia o quanto seriam prejudiciais para o governo as atitudes de certos eclesiásticos. Em ofício, ele relata a seu irmão Sebastião Melo que padres, como Roque Hundertpfundt e Aleixo Antonio, em seus sermões teriam incitado a população a ser contrária aos novos negócios da Companhia Geral, além de proferir contra a lei de liberdade dos índios e o fim de seu governo temporal nas aldeias¹²². Outro ofício, do governador interino Miguel de Bulhões, expõe de forma veemente os “poderosos inimigos” que estão na Capitania do Pará, a saber os jesuítas. Na concepção do bispo Bulhões, esses inimigos causariam desordens por não aceitarem a proibição da escravidão indígena¹²³.

A consequência desse embate, entre os missionários e as políticas metropolitanas, culminou na expulsão da ordem dos jesuítas em 1759¹²⁴. Apesar dos atritos com as ordens, a Coroa portuguesa buscou, por meio das reformas pombalinas, alinhar as ações do Estado português com as práticas eclesiásticas. Isto é, o Estado administraria os assuntos temporais, enquanto a Igreja ficaria incumbida das tarefas estritamente espirituais. Esse arranjo entre Estado e Igreja tinha o apoio do bispo e do clero secular, ou seja, da hierarquia ordinária, o que influenciou na decretação da expulsão da Companhia de Jesus e, por conseguinte, na secularização das missões. De fato, última medida fez parte do plano reformador de garantir as fronteiras portuguesas, civilizar terras e índios e fortalecer a autoridade do monarca¹²⁵.

¹²¹ MATOS, Frederik Luiz Andrade de. Os conflitos internos da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: concessões, privilégios e exclusivos (1755-1777). In: LIMA, João; NEVES, Raimundo Moreira das (orgs.). *Colonização e ultramar a Amazônia colonial e o mundo atlântico português, séculos XVII e XVIII*. Belém: Cabana, 2021, p. 62-77.

¹²² AHU, Avulsos Pará, cx. 39, doc. 3674 (10 nov. 1755), fl. 1-16.

¹²³ AHU, Avulsos Pará, cx. 39, doc. 3633 (18 ago. 1755), fl. 2.

¹²⁴ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EdUFPA, 2012, p. 204-212.

¹²⁵ ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 115.

1.3 – As mobilidades populacionais

Quando se trata de mobilidade no vale amazônico, a população nativa era exímia em circular pelos rios, aldeias e suas proximidades. Dependendo das circunstâncias, fica evidente que existiam diferentes motivos que os levavam a se deslocarem. Podemos apontar a locomoção voluntária, quando certos grupos se deslocavam de um lugar a outro, ora para visitar parentes, ora para cuidar das suas roças, ora para buscar refúgio. Fora isso, havia os deslocamentos compulsórios, no caos dos quais predominava, para fins de transporte e trabalho, a ação coercitiva sobre um determinado grupo, seja indígena, africano ou até mesmo ilhéus.

A circulação pelos rios da Amazônia é um dos movimentos mais comuns que as populações nativas realizavam e, até hoje, as faz percorrer as inumeráveis estradas líquidas. Ou seja, é um hábito que já faz parte do cotidiano e está intrinsecamente relacionado ao campo cultural dessas pessoas. Por detrás desta ação, há múltiplas motivações, dependendo do contexto. As particularidades e singularidades das mobilidades pelos rios ou matas, são neste trabalho, objeto de nossa averiguação.

Quanto às expedições coloniais de coleta das “drogas do sertão”, por exemplo, Heather Roller destaca a participação de indígenas, tendo esta, em parte, um caráter voluntário. Em consonância com a autora, as expedições operavam nos principais rios e matas da Amazônia, sendo a respectiva tripulação composta majoritariamente por índios aldeados e oficiais. Produtos coletados como cacau, salsaparrilha, cravo¹²⁶, castanhas, resinas de árvores, óleos como copaíba e andiroba, banha de tartaruga e peixe-boi eram as especiarias mais procuradas em vista de sua exportação ou seu consumo interno¹²⁷.

A respeito da ação voluntária, segundo Heather Roller, os tripulantes indígenas encontravam nessas expedições uma oportunidade propícia para fortalecer e expandir as suas redes sociais e, de alguma maneira, tirar proveito material da situação. Por isso, os tripulantes mais argutos tinham preferência por determinadas expedições, as que fossem “vantajosas”¹²⁸. Tudo indica que parte dessa tripulação já tinham consolidado as suas próprias rotas e redes de negócios, por cujo intermédio eles conseguiram fornecer os produtos para os mandantes. De

¹²⁶ Quanto a essa especiaria, salientamos o trabalho de Rafael Chambouleyron referente ao processo de descoberta, exploração e comercialização do produto, conhecido como “cravo do Maranhão”, “cravo de casca” ou “pau cravo”, além de sua inserção em uma ampla rede comercial de conexões globais. Ver CHAMBOULEYRON, Rafael. O “cravo do Maranhão” e a Amazônia global (séculos XVII-XVIII). *Revista de Indias*, Madri, v. 82, n. 285, p. 329-361, 2022.

¹²⁷ ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2013.

¹²⁸ ROLLER, Expedições coloniais de coleta, 2013, p. 232-233.

fato, dependendo do produto, do comerciante ou até mesmo do contrabandista, o negócio poderia trazer bons rendimentos econômicos para os tripulantes.

Portanto, podemos constatar que havia as razões que levavam essa força de trabalho a se deslocarem nessas viagens de coleta das drogas do sertão. Embora os casos nos quais os indígenas foram forçados a se locomover tenham sido, provavelmente, mais numerosos, existia também, ao que tudo indica, uma margem para um agenciamento mais livre, uma vez que se podia montar estratégias para obter benefícios. Logo, podemos supor que, mesmo num contexto tão conturbado que era o das viagens, com doenças, acidentes e inúmeros contratemplos, havia o fomento de negócios rentáveis e um cenário propício para conseguir benesses.

No que se refere às singularidades das mobilidades, o caso dos índios Ariquena merece atenção. Este grupo não estava, aparentemente, relacionado com a construção do forte de Macapá, tampouco, com o processo de povoamento da região incentivado pelas autoridades. Mas, o que nos deixa em alerta é o fato que os Ariquena, em momentos específicos, deslocaram-se, ora de forma obrigatória, ora de maneira espontânea. Isso nos provoca a pensar que, certamente, outros grupos indígenas estiveram em situação semelhante. Além disso, é importante ressaltar que, apesar da ausência de dados concretos, é possível retrair, com certa cautela, os circuitos que os Ariquena percorreram até chegarem ao litoral do Cabo do Norte.

De fato, a partir das fontes, conseguimos estabelecer dois momentos distintos e as razões pelas quais os Ariquena se deslocaram pelos rios do sertão amazônico. No primeiro tópico deste capítulo já relatamos o depoimento da índia Arcangela Rufina referente à ocasião quando ela teve contato com os ditos índios. Estes lhe teriam dado a informação que vinham da vila de Portel, pois não se queriam sujeitar às doutrinas e ordens do padre da vila, uma vez que gostariam de manter a sua “gentilidade”¹²⁹. Neste caso, podemos supor que a ida dos Ariquena para os entornos da ilha de Maracá, na área litorânea do Cabo do Norte, foi motivada pelo choque que houve entre as insistências do pároco e a vontade de viver as tradições herdadas dos antepassados na vila de Portel, ao sul da ilha do Marajá.

Em um dado momento, anterior aquele aludido pela índia Rufina, constatamos que os Ariquena tinham sido capturados pelas tropas de resgate nos sertões do Rio Negro, sua terra de origem. Nos inúmeros resgates que havia naquela região, podemos exemplificar a situação das índias Massaricó e Supy e dos índios Cadavari, Cayuabi e Maye. Os cinco, sendo da nação Ariquena, foram aprisionados como escravos e encaminhados para outros aldeamentos que

¹²⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 90, doc. 7323 (6 ago. 1783), fl. 1-15.

existiam naquelas redondezas para servirem com mão de obra¹³⁰. Tratou-se, portanto, de um deslocamento forçado.

Outro exemplo diz respeito ao governador João de Abreu Castelo Branco, que, em uma carta de abril de 1747, teria coagitado a possibilidade de destinar a área próxima ao igarapé denominado Unam (Una), nos subúrbios de Belém, aos índios Ariquena, para que ali pudessem cultivar suas roças. Eles tinham deixado o “sertão do rio Negro”, sendo levado pela tropa de resgate e os missionários da Companhia de Jesus para se ocuparem com a “missionação”¹³¹. É possível que uma parte desses Ariquena tenha ficado na aldeia de Arucará (Portel).

Desavenças com os padres era um dos pretextos para fazer com que os indígenas estabelecidos nos aldeamentos se evadissem do local. Recordemos que o processo de mediação cultural no interior dessas aldeias se dava, como nos lembra Paula Montero, por meio da construção de “códigos compartilhados” (palavras, ritos, costumes), aproximando indígenas e missionários. Conforme a autora pontua, os missionários eram movidos pelo “código da salvação” da alma, código esse que muitos grupos indígenas traduziram para dentro de seu próprio universo sociossimbólico, desde que vissem algum sentido nisso (geralmente, imitando fórmulas e gestos dos sacramentos considerados eficazes)¹³². Mas, a aparente receptividade do sistema religioso indígena não evitou que houvesse também situações de conflito e rejeição. No caso dos Ariquena, ao que tudo indicia, havia determinadas questões – talvez o rigorismo do padre –, que os levaram a romper a relação com o missionário¹³³.

Compreendemos a região litorânea setentrional do Cabo do Norte como ponto de passagem e chegada de grupos indígenas, mas, sobretudo, ela pode ser vista como um lugar de referência numa extensa rota de fuga. Ainda que o lugar fosse vigiado por embarcações lusitanas, através da documentação colonial percebemos que diversos africanos tiveram a região como destino ou passagem ao fugirem de Caiena. A área em torno da região entre os domínios francês e português era mais flexível, fazendo com que africanos saíssem da Guiana e alcançassem a cidade de Belém. No mês de maio de 1754, cinco africanos foram capturados pela embarcação do capitão-mor Manoel de Azevedo Aragão Sarmento. Ele diz que trouxe

¹³⁰ MEIRA, Márcio (Org.). *O livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHI/USP/Fapesp, 1994, p. 46-47, 52, 55-56, 58, 63 e 70.

¹³¹ AHU, Avulsos Pará, cx. 29, doc. 2754 (17 abr. 1747), fl. 1-6.

¹³² MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-65.

¹³³ Uma década depois, entorno de 1756, os Muranos (Jurunas), aldeados na aldeia de Piraguiuri (hoje Pombal) no rio Xingu também romperam com o missionário, o jesuíta alemão Lourenço Kaulen, agredindo-o e forçando-o assim a deixar a missão. Ver ARENZ, Karl Heinz Arenz; PRUDENTE, Gabriel Pinheiro. A expulsão de um missionário “tapuítinga” da Amazônia pombalina. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 168, p. 1-32, 2019.

consigo os africanos João, Jeronimo, Matheus, Francisco e sua esposa Thereza, escravos que tinham fugido de Caiena para buscar refúgio na capital do estado¹³⁴.

O que nos chama a atenção é o longo e dificultoso percurso que aqueles africanos passaram durante as viagens, sobretudo nos momentos de fortes marés, chuvas e fome. Isso nos leva a supor que, para minimizar essas adversidades, eles paravam em pontos estratégicos no litoral do Cabo do Norte e do lado marítimo da ilha do Marajó até chegar nas proximidades da cidade de Belém, muitas vezes em canoas frágeis. É certo que muitos grupos de africanos têm logrado encontrar refúgio. Porém, se nos atermos à documentação colonial, os africanos foram geralmente capturados quando chegavam às margens da baía do Marajó ou do Guajará¹³⁵.

Conclusão

Neste capítulo inicial, nos esforçamos para entender o contexto histórico, a conjuntura diplomática e a mobilidade de grupos populacionais, principalmente dos indígenas, no Cabo de Norte e seus entornos. A intenção, nesse primeiro momento, foi demonstrar os diversos aspectos que cercam a construção da fortaleza de São José de Macapá. Assim, vimos o quanto as articulações sociopolíticas e econômicas estavam interligadas com os processos de povoamento da região, fazendo diversos sujeitos deslocarem-se ou serem deslocados por múltiplos motivos.

Sobretudo, pudemos perceber, que a região do Cabo do Norte foi um espaço que abrigava grupos indígenas e que era constantemente alvo de incursões de nações estrangeiras, como os holandeses e franceses. O principal objetivo desses estrangeiros era manter negócios com as populações nativas, buscando adquirir gêneros advindos das florestas e muito apreciados nos mercados europeus.

Para salvaguardar o vasto território na bacia amazônica, a Coroa portuguesa inicia, já no final do século XVII, uma política de manutenção e consolidação do espaço. Enviou para a região pequenas guarnições e construiu fortins rústicos para tentar esbarrar qualquer tipo de invasão e rechaçar barcos indesejados. Mas, a ocupação efetiva só aconteceria em meados do século XVIII, quando se decidiu delimitar as fronteiras, provisoriamente traçadas pelo Tratado de Madri, e implementar uma série de medidas modernizantes concebidas pelo então secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

Além disso, a nossa intenção foi demonstrar alguns aspectos da dimensão espacial da área onde foi construído a fortaleza de Macapá. Lembramos que, até o início da década de 1760,

¹³⁴ MEIRA, *O livro das canoas*, 1994, p. 234-235.

¹³⁵ MEIRA, *O livro das canoas*, 1994, p. 234-235.

a construção do forte de Macapá não passava de um imponente projeto que estava prestes a sair de fato do papel, aliás, da planta. Logo, buscamos apresentar, por meio da cartografia produzida por Gaspar Gronfeld, o espaço da praça de Macapá, onde viria a ser o local da fortaleza e das casas dos novos moradores. Além disso, era ali, naquela área, onde ocorreram a convivência, as sociabilidades, as trocas de experiências, os conflitos e acordos. No próximo capítulo, vamos nos deter a esses espaços – e de outros também.

Capítulo II

Canteiros, obras e oficinas: os trabalhadores nos canteiros e nas oficinas do Forte

Os canteiros das obras da fortificação e os entornos da praça constituíram, em dias comuns, espaços movimentados. Havia um vai e vem de indivíduos nos lugares de construção com trabalhadores conduzindo carroças com materiais e militares observando os transeuntes. Já nos trapiches, barcos de diferentes comprimentos, com cargas variadas atracavam. Ali também desembarcavam homens, provisões e materiais que seriam destinados aos canteiros de obras. Enfim, esse era o cenário no centro da vila de Macapá, por onde circulava múltiplos personagens, de origens e experiências diversas.

Neste capítulo, os nossos olhares se voltam para as ações dos sujeitos que estavam ali, nos redutos das obras e que transitavam pela praça, portos e trapiches, mas nossa atenção se concentra nos operários. Vamos analisar as condições de vida e de trabalho desses agentes com base no conceito de *vita activa*, aclarado por Hannah Arendt. A autora fundamenta-se, em sua reflexão, nas atividades que tais sujeitos executavam no seu dia a dia. Obviamente, o termo nos remete a uma discussão mais aprofundada, sobretudo, no campo filosófico, porém, não é a nossa intenção exaurir a reflexão, tampouco seguir por esses meandros. Afinal, nos interessa correlacionar a ideia com o nosso objeto de análise¹³⁶.

A *ação*, proposta por Arendt, reporta-se às redes de sociabilidade que tais sujeitos consolidaram ao interagir entre si. É importante lembrar que os indivíduos que aqui elencamos, abarcam os operários indígenas e africanos que estavam na lida diária da construção e aqueles que estavam inseridos nessa dinâmica, como militares desertores e mulheres que contribuíram de forma direta ou indiretamente ao empreendimento, atuando em espaços que estavam em volta das obras, como nos hospitais, oficinas, pedreiras ou à beira do rio na pescaria.

De tal modo que a nossa reflexão visa elucidar questões basilares, como: de onde vieram os sujeitos que serviram como mão de obra na construção? Quais foram as táticas e estratégias que tais indivíduos conceberam e colocaram em prática no quadro da construção da

¹³⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

grande fortaleza? De que forma se dava a sociabilidade e a mobilidade de índios¹³⁷, africanos e homens livres, cujas ações e envolvimento foram imprescindíveis naqueles espaços, e especialmente, no forte, entre os anos de 1759 e 1768?

A nossa análise se baseia em fontes do período colonial, notadamente, missivas e tabelas que estão disponíveis em diferentes acervos. O primeiro, são os códices do APEP¹³⁸. O segundo, consiste nas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Além desses dois arquivos, referenciamos o nosso argumento com base na correspondência oficial do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) coletada na obra *A Amazônia na era pombalina*, organizada por Marcos Mendonça¹³⁹. A partir das análises feitas, verificamos os meandros históricos que abrangiam a circulação, a ação e o protagonismo de sujeitos, ditos comuns. São justamente eles que o estudo busca enfatizar.

Refletir e tornar visíveis as relações entre diferentes agentes nem sempre é uma tarefa fácil para elucidar, uma vez que as ações desses indivíduos foram, em muitos casos, silenciadas ou apropriadas por outros indivíduos. Isso fica evidente nas fontes pesquisadas. Não obstante, nosso objetivo é tentar desvelar as ações e as práticas do dia a dia dessas pessoas, entre as quais estão: grupos indígenas, que se encontravam em constante mobilidade; negros, que foram traficados e se juntaram aos operários; por fim, colonos, povoadores e degredados que estavam envolvidos direta ou indiretamente na construção do forte¹⁴⁰.

¹³⁷ No que se refere a essa mobilidade indígena, Patrícia Sampaio destaca um ponto de vista pertinente. A autora ressalta a trajetória da povoação de Poiares na virada do século XVIII para o XIX. De acordo com Sampaio, Poiares era uma antiga missão carmelita que se denominava Cumaru, isso antes das reformas pombalinas. A aldeia ficava a sete léguas de Mariuá, no Rio Negro. No final do Setecentos, com as mudanças nas políticas indigenistas, houve uma evasão dos núcleos coloniais. No caso de Poiares, a povoação se evadiu para outra localidade, que passou a se chamar de Tauapessassu. Em relação à trajetória dessa povoação, a autora evidencia que ela foi marcada pela artificialidade e transitoriedade, povoações como Poiares “são artificiais porque foram implantadas sobre as estruturas locais pré-existentes e porque tinham sua vida orientada na contramão dos interesses da maioria de seus habitantes. São, por isso mesmo, transitórias, inclusive porque essas mesmas populações tinham suas próprias leituras e outros encaminhamentos para seus respectivos destinos”. Desta forma, Patrícia Sampaio nos faz compreender, por meio da experiência dos moradores de Poiares, que as populações indígenas tinham a sua própria leitura a respeito da conjuntura política e econômica nos espaços coloniais. Ver SAMPAIO, Patricia Melo. *Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: Poiares, séculos XVIII e XIX. História Social*, Campinas, n. 10, p. 73-100, 2003.

¹³⁸ Os seguintes códices do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) foram analisados: 95, 98, 103, 132, 144, 150, 153, 155, 164, 168, 174 e 176.

¹³⁹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 3 vols. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005.

¹⁴⁰ Em relação ao povoamento, uma das estratégias da Coroa portuguesa em ocupar a região do Cabo Norte está relacionada à vinda de açorianos para povoar a capitania, desde o século XVII. Como sublinha Rosa Marin, a presença dos açorianos nas capitanias do Maranhão e Pará se deu em vários momentos. Entre esses, se destaca o projeto de povoamento para a vila de Macapá, em 1751, no quadro das políticas pombalinas. Ver MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas: açorianos no Cabo Norte, século XVII. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 42-66.

A abordagem a respeito desta temática, procura compreender três dimensões. O primeiro deles diz respeito aos locais de origem e os modos de vida tradicionais dos homens que foram para Macapá. Além disso, tentamos averiguar as condições, ou seja, como viviam e em qual situação estavam esses trabalhadores. No segundo ponto, analisaremos os trabalhos e oficinas na e em torno do forte em construção. Nessa parte, ao ampliar os nossos olhares sobre as fontes, percebemos que certos ofícios demandavam inúmeros operários, alguns especializados. Além disso, o nosso olhar se volta para os espaços onde esses sujeitos trabalhavam, por sinal, lugares de grande interação entre índios, africanos e homens livres. Por fim, o nosso foco na terceira parte é entender como essa mão de obra recebia seus pagamentos.

2.1 – Origens e Condições

No início de 1760, a região de Macapá deixava de ser uma modesta vila, onde tinha basicamente a capela e alguns casebres adjacentes. A partir daquele ano, os traços arquitetônicos, movidos pela mudança política da década anterior, saem do papel e passam a transformar o cenário. Canteiros de obras, como o de uma igreja central, da escola, do quartel, da câmara e, principalmente, da fortaleza, começaram a surgir¹⁴¹. Com a modificação da paisagem, veio um intenso fluxo de sujeitos provenientes de diferentes regiões para ocupar cargos distintos na vila.

Em virtude da sua localização estratégica, em meados do século XVIII, a administração portuguesa voltou os seus olhares para a região do Cabo do Norte. A área, antes palco de disputas entre holandeses e portugueses, tinha passado a ser alvo frequente de outras nações, principalmente dos franceses. Assim, para evitar que navios estrangeiros continuassem a atracar na costa litorânea, foi necessário consolidar as fronteiras e erigir núcleos urbanos.

A vila de Macapá, passava pelo processo de estruturação aos moldes de uma cidade pombalina. Conforme sublinha Renata Araújo, os núcleos urbanos que foram pensados a partir de uma perspectiva pombalina tiveram por objetivo conciliar a lógica racional dos traços com os aspectos culturais da cidade. Desta forma, as linhas arquitetônicas ou a linguagem urbana se remete a uma dimensão racional¹⁴². Nesse sentido, vilas se transformaram em cidades e fortificações foram erguidas com e para fins estratégicos.

¹⁴¹ Uma síntese da administração portuguesa estava se formando nas colônias lusitanas. Na concepção de Russell-Wood, o governo local se constituía pela Câmara que se tornou uma instituição basilar nos contextos imperiais, pois tratava de assuntos estratégicos, comerciais, sociais ou demográficos. Ver RUSSELL-WOOD, Anthony John. A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime. In: GONÇALVES, Andréia Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 13-44.

¹⁴² ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998, p. 64-68.

Nesse ambiente, constituiu-se um cotidiano dinâmico, com uma mobilidade constante de pessoas. Os índios estavam em maior número, muitas vezes enviados das vilas no delta e no vale do Amazonas. A concessão desses indígenas era, geralmente, feita por meio de portarias, pelas quais foram direcionados para trabalhar nas roças, estaleiros, olarias, pedreiras ou obras públicas. Nas fontes primárias, notamos a presença de outros indivíduos, como africanos, comumente encaminhados às pedreiras e olarias. Ainda outros sujeitos, como militares, povoadores, degredados e colonos abastados, se faziam presentes em diversos ambientes.

Para reforçar o quantitativo da guarda real, a vila passou a ter um destacamento militar, de tamanho considerável, com soldados, cabos, oficiais e engenheiros. Esta presença está relacionada ao mapeamento do terreno para a construção do forte e de outras casas, bem como da demarcação das fronteiras¹⁴³, conforme fora visto no capítulo anterior. Desse modo, a partir de 1760, a precaução com os limites territoriais foi elementar para resguardar a soberania lusitana no Cabo do Norte.

Em face dessa conjuntura, é no reinado de Dom José I que a região ao norte do delta amazônico terá uma importância maior e será incorporada às novas políticas administrativas da Coroa¹⁴⁴. As primeiras obras em Macapá começam em finais de 1759, quando mantimentos e materiais começaram a chegar de forma expressiva aos portos da vila. Logo, notamos as primeiras mudanças estruturais e urbanas, como nas ruas, na igreja, na escola, no quartel e em outros pontos importantes da vila.

Com materiais rústicos e bem trabalhados nos detalhes, a igreja central tinha uma estrutura feita em taipa, coberta com folhas secas de ubuçu (palmeira comum na região), os janelões em estilo romano, o altar feito em madeira de cedro e fachadas amplas. Para suprir a demanda de taboas, Tomás Rodrigues da Costa, sargento-mor e engenheiro, estabeleceu duas serrarias e solicitou alguns índios serradores da vila de Santa Anna. Mas, antes de eles comparecerem às serrarias, alguns morreram e outros fugiram. Dos que chegaram, nenhum tinha aptidão para o ofício. Para isso, foi preciso ensiná-los¹⁴⁵.

Em uma inspeção de abril de 1761, Manuel Bernardo de Melo e Castro, governador e capitão do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em ofício a Mendonça Furtado, então secretário

¹⁴³No que concerne às demarcações, Arthur Reis frisa que “os técnicos que haviam permanecido no Brasil, em particular, na bacia amazônica, foram aproveitados no prosseguimento dos encargos de inventário, de reconhecimento geográfico”. Ver REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris (orgs.). *História geral da civilização brasileira*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 396-412.

¹⁴⁴ VALE, Stephanie Lopes do. A ocupação urbana na capitania do Pará: planejamento dos territórios portugueses no período pombalino. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva, MACIEL, Elisângela (orgs.). *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021, p. 309-337.

¹⁴⁵ APEP, cód. 98, doc. 0097-0109 (12 jan. 1759) [Acervo Digitalizado].

de Estado da Marinha e do Ultramar, disse que tinha tomado algumas providências quando esteve em Macapá. Mandou abrir as escolas que se encontravam fechadas, percebeu que algumas casas estavam em ruínas e pediu, por isso, aos alferes que buscassem folhas de ubuçu e pindoba para cobrirem os seus tetos. Além disso, ordenou a construção do quartel do destacamento militar, porque se deu conta que a defesa territorial estava deficitária, o fortim não iria resistir a alguma invasão. Assim sendo, solicitou a Gaspar Gronfeld, sargento-mor e engenheiro, uma planta de poucas despesas e que fosse executável em um curto tempo¹⁴⁶.

Neste mesmo ofício, o governador tenta convencer aqueles moradores a comprarem escravos “com alguns tostões”. O governador pretendia trazer mais africanos escravizados, no intuito de direcionar esta mão de obra suplementar para as roças para, assim, fomentar a economia da região. A parte burocrática de trazer tais africanos ficaria a cargo dele e do ouvidor geral. Além disso, para valorizar os moradores brancos, foram encaminhadas à vila ferramentas, como facões e enxós para a plantação de algodão e a manufatura de tecidos. Também houve a criação da câmara e a construção de uma olaria para auxiliar os novos povoadores¹⁴⁷.

A presença indígena nesses espaços era fundamental para o propósito lusitano, uma vez que esses sujeitos estavam em uma relativa abundância e serviam como alicerce para a estrutura econômica¹⁴⁸. No que se refere à origem dessa mão de obra nativa, ela é diversa, pois provinha das demais vilas. Esses trabalhadores foram enviados a Macapá por meio de portarias, prática regulamentada pelo próprio Diretório dos Índios (1757). Afinal, a dita lei salienta a importância dessa mão de obra, porque sem ela poderia haver a “total ruína do Estado”¹⁴⁹.

Quanto a isso, o Diretório observa que a distribuição dos índios ficaria sob a incumbência dos diretores e dos principais das vilas, tratando com cuidado estas licenças¹⁵⁰. Para evitar prejuízos ao Estado, a repartição dos indígenas se divide entre as diligências reais e necessidades dos moradores. Portanto, no Real Serviço destacam-se os trabalhos nas canoas, na extração das drogas do sertão ou nas obras estabelecidas pela Coroa, já para os moradores, os nativos cultivavam tabaco, cana de açúcar e algodão ou trabalhavam na reforma de suas casas.

O Diretório evidencia o papel dos diretores e de como deveriam atuar na distribuição da mão de obra indígena. Souza Junior pontua que, esses funcionários tinham amplos poderes

¹⁴⁶ AHU, Avulsos Pará, cx. 48, doc. 4436 (28 abr. 1761), fl. 1-7.

¹⁴⁷ AHU, Avulsos Pará, cx. 48, doc. 4436 (28 abr. 1761), fl. 3.

¹⁴⁸ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EdUFPA, 2012, p. 233.

¹⁴⁹ “Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario” (3 mai. 1757). In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 65-115.

¹⁵⁰ “Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão”, p. 91-103 (§§ 61-73).

para intermediar, fiscalizar e arbitrar valores em relação a salários dos índios. Em algumas oportunidades se beneficiavam de seu cargo, minando a eficácia da lei¹⁵¹. Para John Hemming, os diretores estavam além das ordens reais, tendo “carta branca”. Ele ressalta algumas atrocidades cometidas por diretores contra os indígenas¹⁵². Em consonância, o bispo D. João de São José expõe a amplitude dos excessos que ocorreram na vila de Boim, acentuando que o diretor castigava e violentava as índias ao ponto de deixar a “vila em grande consternação”¹⁵³.

Partindo de um outro pressuposto, Vinícius Zúniga, ressalta a importância de compreender a conduta dos diretores, ampliando a visão sobre os efeitos de suas atuações nas vilas e povoações. Desta maneira, de acordo com o autor, a inaplicabilidade do Diretório dos Índios não está direta ou exclusivamente relacionada às transgressões, mas, sim, às estratégias administrativas adotadas por esses agentes¹⁵⁴.

Seja como for, a conduta dos diretores nas vilas e lugares onde exerciam seu cargo – por sinal, um cargo novo – foi permeada de tensões, abusos e transgressões, bem como pelas tentativas, um tanto frustradas, no cumprimento das leis. Em Macapá, uma das dificuldades encontradas pelos administradores diz respeito à inconsistência da mão de obra em se manter nos seus ofícios. Isso fica evidente nas narrativas do diretor Ignacio Sarmiento e dos outros diretores das vilas de Esposende, Arrayolos e Fragoso. Logo, Barbara Sommer sublinha que a fuga era algo regular nas cartas das autoridades. Ademais, a autora destaca que essas ausências estavam relacionadas à sobrecarga de trabalho, à má alimentação e às doenças¹⁵⁵.

Em carta de 1759, Ignacio de Castro Sarmiento, diretor da vila de Melgaço, ressalta que João Ignacio de Abreu, intendente geral, levou sete índios para trabalharem nas obras da vila de Macapá. Na ocasião, o intendente solicitou que além dos índios, que o diretor mandasse 400 alqueires de farinha de Portel e de Melgaço para manter os indígenas no trabalho. Em algumas semanas, outros indígenas foram enviados para a vila de Macapá como forma de castigo, por terem desertado do serviço do rei¹⁵⁶. Tudo indica que o envio forçado de índios por Ignacio Sarmiento foi uma prática paralela ao despacho por portaria. Além disso, percebe-se que era comum encaminhar também mantimentos, como farinha, mandioca e peixe seco, para – ao menos em princípio – o sustento da mão de obra mandada.

¹⁵¹ SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano*, 2012, p. 239.

¹⁵² HEMMING, John. *Árvore de rios: a história da Amazônia*. São Paulo: Editora Senac, 2011, p. 133-135.

¹⁵³ SILVEIRA, João de São José Queiroz da. Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 179-227, 1847.

¹⁵⁴ MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. 2016. Belo Horizonte: Caravana, 2022, p. 64-70.

¹⁵⁵ SOMMER, Barbara A. *Negotiated settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese (Doutorado em História) – University of New Mexico, Albuquerque, 2000, p. 167-168.

¹⁵⁶ APEP, cód. 95, doc. 0351-0352 (21 jun. 1759) [Acervo Digitalizado].

Em maio de 1760, Luís Fagundes Machado, sargento-mor, aponta o envio de algumas portarias aos principais das vilas que estavam nas proximidades de Macapá. Tais documentos solicitavam índios para trabalhar em diferentes atividades, por exemplo, nas roças, nos currais e em serviços que surgissem na praça de Macapá. No entanto, a quantidade de índios que fora, de fato, encaminhada para os trabalhos da Coroa era bastante inferior à que cada portaria estipulava¹⁵⁷. Em vista disso, o sargento-mor recebeu algumas justificativas dos diretores das vilas de Esposende, Arrayolos e Fragoso, sobre o fato de eles não o terem atendido com o devido número de indígenas.

Para a vila de Esposende, constavam na portaria 48 índios a serem remetidos a Macapá. O diretor encaminhou apenas 21 homens, mas desse total, 6 fugiram no percurso da viagem, e apenas 15 desembarcaram no porto da vila. Em sua defesa, o diretor disse que não podia atender conforme a portaria solicitava, pois os índios estavam “espalhados”. Sobre essa questão, ele destaca que havia 17 índios no açougue, 4 no curral dos moradores Domingos Martins e Vincente Ferraz, outros 6 estavam com Antônio José da Silva nas obras da igreja e 5 não se sabe ao certo onde se encontravam¹⁵⁸.

No que se refere à vila de Arrayolos, a portaria solicitava 38 índios. Porém, o diretor só mandou 12, dizendo que, em seguida, iria mandar mais 2 indígenas. O diretor alegou ainda que tinha dificuldades em mandar mais homens, uma vez que eles estavam ocupados com os negócios da própria vila. Na documentação analisada, o diretor não deixa explícito que tipo de “negócios” seria. Supõe-se que se tratava dos trabalhos nas roças, tendo em vista que a referida vila enviava habitualmente mandioca e farinha para Macapá¹⁵⁹.

Em relação à vila de Fragoso, na portaria constavam 14 índios. Entretanto, só 11 foram remetidos à vila de Macapá. A justificativa foi semelhante ao do diretor de Arrayolos, ou seja, os índios estavam ocupados com as atividades da própria vila e, por isso, não lhe era possível enviar a quantidade requerida. Resumindo, nas três portarias constava um total de 100 índios, mas apenas 38 foram encaminhados à praça de Macapá para serem, principalmente, distribuídos entre os moradores. No entanto, 20 desses indivíduos eram crianças. Em virtude disto, uma parcela dos moradores não quis esses “pequenos trabalhadores, por acharem que não dariam conta dos afazeres”. Para que eles não ficassem ociosos, os adolescentes foram encaminhados para Domingos de Avilla, para ajudá-lo no arrozal¹⁶⁰.

¹⁵⁷ APEP, cód. 98, doc. 0013-0016 (29 mai. 1760) [Acervo Digitalizado].

¹⁵⁸ APEP, cód. 98, doc. 0013-0016 (29 mai. 1760) [Acervo Digitalizado].

¹⁵⁹ APEP, cód. 98, doc. 0013-0016 (29 mai. 1760) [Acervo Digitalizado].

¹⁶⁰ APEP, cód. 98, doc. 0013-0016 (29 mai. 1760) [Acervo Digitalizado].

Além dessas vilas, outras localidades remetiam índios (Figura 3). A documentação fornece números expressivos de indígenas, de diferentes lugares da capitania, que foram conduzidos às obras de Macapá. As análises de Cecília Brito salientam o estabelecimento de “corporações de índios”, pois foi feito, respectivamente, o “registro sistemático para concretizar o controle da força de trabalho indígena proposta no Diretório”¹⁶¹. No olhar dessa autora, a organização das “corporações” se deu a partir do recrutamento indígena que, por sua vez, legitimava o regime do trabalho compulsório, implantado mediante descimentos e aldeação na época missionária.



Fonte: GALLUZZI, Henrique Antonio. Mappa geral do bispado do Pará: repartido nas suas freguezias que nele fundou, e erigiu o Exmo. e Revmo. Snr. D. Fr. Miguel de Bulhões III Bispo do Para. 1759. 1 mapa ms. em 4 seções, col., desenho a nanquim col., cada seção 59,5 x 45,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512337/cart512337.jpg> Acesso em: 21 fev. 2023.

Nesse empreendimento, o controle foi exercido pela administração local no intuito de saber quantos índios foram encaminhados e quantos se encontravam nos canteiros e oficinas da capitania do Cabo do Norte. Os mapas de operários continham os respectivos dados, ou seja, o número de trabalhadores, os locais de ofício e os lugares de origem dessa mão de obra¹⁶². Desta feita, as fontes nos mostram também um panorama amplo da organização dos redutos das obras, onde havia operários, mestres e aprendizes, dentre os quais profissionais especializados.

¹⁶¹ BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, p. 115-137.

¹⁶² APEP, cód. 150, doc. 0005 (19 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

Relação dos índios trabalhadores e oficiais que têm vindo para a obra da fortificação desta Praça de São José de Macapá de 24 de outubro de 1764 até 19 de janeiro de 1765 com o nº dos que faleceram, e se ausentaram da mesma obra até o referido dia 19.

Povoações	Trabalhadores	Calcetas	Ausentes	Falecidos	Pedreiros	Oleiros
Vila de Souzel	10		4			
Vila de Porto de Moz	6		1		1	
Vila de Portel	12			1		
Vila de Melgaço	3	2	7		1	
Vila de Oeiras	3		3			
Vila de Monte Alegre	9				1	
Vila de Santarém	5	1				
Vila de Franca	12					
Vila de Boim	9				1	
Vila de Pinhel	7		2			
Vila de Óbidos	3				2	
Vila de Faro	9					
Vila de Alter do Chão	4					
Vila de Alenquer	9					
Vila de Pombal	13	2	4			
Vila de Almeirim	3					
Vila de Veiros	7		10			
Lugar de Outeiro	4					
Lugar de Vilarinho do Monte	2				1	
Lugar de Carrazedo	3				1	
Vila de Chaves	8					
Vila de Esposende	8					
Vila de Arrayolos	15	1			1	
Lugar de Fragoso	2					
Lugar de Santa Anna	1					4
Vila de Conde					1	
Vila Nossa Senhora de El Rei		1				
Cidade do Pará		2				
Lugar de Benfica		2				
Soma Total	167	11	31	1	10	4

Quadro 1: Relação do número do número de índios que eram remetidos para trabalhar na fortaleza de Macapá.
Fonte: APEP, cód. 150, doc. 0021 (s/d) [Acervo Digitalizado].

Quanto à análise de Cecilia Brito, embora não seja o cerne de sua pesquisa associar os mapas de operários ao conceito de “corporações”, este termo evoca, de certa forma, à idade

média¹⁶³ e até ao contexto mais recuado do mundo greco-romano¹⁶⁴. Parar evitar um eventual equívoco, não empregamos o termo “corporações” aqui, pois na conjuntura das reformas pombalinas as características organizacionais da mão de obra eram outras¹⁶⁵. Certo, existiam operários especializados, mas não organizados autonomamente. Havia alfaiates, serradores, carpinteiros, calafates, ferreiros, cavouqueiros e calcetadores (pavimentando as vias), oleiros e pedreiros. Trata-se de ofícios que requeriam experiências e conhecimentos técnicos.

Diante da documentação pesquisada, identificamos aqueles mapas ou relações de operários (Quadro 1), feitos pelos inspetores de obras¹⁶⁶. Ao investigar tais fontes e correlacioná-las com as cartas de oficiais, percebemos outro enfoque, ou seja, o modo em que se dava a sociabilidade de diferentes sujeitos e a execução de seus ofícios. Portanto, os canteiros de obras era um espaço de grande circulação de indivíduos que vinham de diferentes localidades com múltiplas experiências. É inevitável imaginar o quanto de troca de saberes e técnicas ocorreram neste cenário.

Além dessas dinâmicas gerais, foi possível averiguar quais eram os sujeitos que desempenhavam tais ofícios. Entre eles estão índios, degredados e africanos, com a indicação de seus locais de origem¹⁶⁷. As vilas que remetiam índios à praça de Macapá são: Souzel, Almeirim, Porto de Moz, Portel, Melgaço, Oeiras, Boim, Monte Alegre, Santarém, Vila Franca, Pinhel, Óbidos, Faro, Alter do Chão, Alenquer, Pombal, Monforte, Monsarás, Soure,

¹⁶³ Na concepção de Otto Gerhard Oexle, as associações de artesãos, cuja denominação passou a ser “corporações”, surgem no final do século XI e se fortalecem no decorrer do século XII, algo que difere das características das famosas *guildas* da Alta Idade Média (século VIII). Ver OEXLE, Otto Gerhard. *Guildas*. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário analítico do ocidente medieval*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 546-560.

¹⁶⁴ Sobre as corporações de ofício no mundo greco-romano, Eurípedes Simões sublinha que um dos aspectos marcantes das corporações de comerciantes, armadores, donos de armazéns ou artífices é o interesse comum. Ver PAULA, Eurípedes Simões de. *As origens das corporações de ofício: as corporações em Roma*. *Revista de História*, São Paulo, v. 32, n. 65, p. 3-68, mar. 1966.

¹⁶⁵ As “corporações” aos moldes da idade moderna, conforme destaca Matta, constituíram uma complexa rede de regularização das suas funções, que vai desde a venda de produtos e até uma proximidade com entidades religiosas, como irmandades ou confrarias. Ver MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

¹⁶⁶ APEP, cód. 150, doc. 0121 (15 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

¹⁶⁷ No que se refere aos degredados, Simei Torres destaca que a Coroa portuguesa tinha o degredo como premissa penal, ou seja, utilizava o exílio como um subterfúgio para deportar indivíduos indesejados do reino. Mas a autora salienta que eles não iam para qualquer lugar, eram destinados às colônias. Outro ponto é que esse exílio servia como um meio que assegurava as possessões do além-mar. Nas palavras de Torres, “o degredo colonial apresentou-se como uma política de transplante populacional extremamente dinâmica, pautada em um conceito racional de aproveitamento de condenados colocados a serviço do Estado, sob as mais variadas formas”. Ver TORRES, Simei Maria de Souza. *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia Portuguesa (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 84. A respeito do tema, Janaina Amado ressalta que, além do degredo comum, direto de Lisboa, havia degredos entre as próprias colônias portuguesas, ou seja, degredados condenados em Angola ou Moçambique foram mandados para “os sertões da Amazônia”. Ver AMADO, Janaína. *Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VI (suplemento), p. 813-832, set. 2000.

Salvaterra, Condeixas, Esposende, Arrayolos, Beja, Santa Cruz, Lugar de Cintra, Lugar de Outeiro, Ponta de Pedras, Azevedo, Fragoso, Benfica, Chaves, Vilarinho do Monte¹⁶⁸.

Podemos constatar a formação de redes que influenciavam na mobilidade de diferentes agentes. Os índios eram os indivíduos que mais circulavam pelos rios e matas da região. É o que acentua Heather Flynn Roller, pois, na sua concepção, havia uma “cultura da mobilidade”. Os múltiplos deslocamentos dos índios e de doutros indivíduos foram fundamentais no “processo de transformação social como também à colonização do vale amazônico”¹⁶⁹. Em relação aos grupos indígenas, fica evidente nas fontes que a sua movimentação deu-se, dependendo das circunstâncias, de maneira ou voluntária ou compulsória.

No tocante a essa mobilidade indígena, nem sempre os índios tinham a seu favor condições propícias, embora procurassem meios para ludibriar as diferentes formas de coerção. Esses indivíduos circulavam por e entre aldeias e vilarejos, percorrendo espaços com os quais tinham familiaridade e com cujos moradores mantinham uma ampla rede de relações. De acordo com a documentação pesquisada, havia, com certa frequência, fugas. Em geral, elas aconteciam no decorrer do trajeto entre as vilas e Macapá. Trata-se de uma das maneiras encontrada pelos indígenas para aproveitar a ida aos locais de trabalhos para esquivar-se da coibição¹⁷⁰.

No que se refere aos operários africanos, notamos que eles também estiveram presentes nos redutos das obras da fortaleza. Também entre eles destacam-se as fugas que aconteciam com periodicidade. Conforme o comandante da praça de Macapá, havia um número considerado de africanos escravizados ausentes¹⁷¹. Sobre essa perspectiva, Flávio Gomes enfatiza a circulação e o estabelecimento de africanos nas fronteiras entre o Pará e Caiena:

Nas áreas de fronteiras aconteceriam aventuras originais. Desde os últimos anos do século XVII, no Grão-Pará, entre o atual estado do Amapá e a Guiana Francesa, há registros de comunidades de fugitivos, misturando africanos de procedências diversas e também grupos indígenas. Ali existiam homens e mulheres africanos escravizados oriundos da África Ocidental e da África Central, das regiões da Senegâmbia, Baía de Benin, Baía de Biafra, Serra Leoa, Angola, Benguela e dos portos de Bissau, Cacheu, Luanda, Loango, Uidá, Gabão, Calabar, Popó, Bonny, Goreé e Mpinda – que desembarcaram tanto em Caiena, na Guiana Francesa, como em Belém, no Grão-Pará.

¹⁶⁸ APEP, cód. 164, doc. 0118 (11 fev. 1766); cód. 176, doc. 0199 (26 set. 1767) [Acervo Digitalizado].

¹⁶⁹ ROLLER, Heather Flynn. Migrações indígenas na Amazônia do século XVIII. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010, p. 27-39.

¹⁷⁰ Convém mencionar os parágrafos 15 a 20 do Diretório dos Índios (1757), a respeito do trabalho compulsório dos índios. Ver COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751 -1798)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2005, p. 258-284; ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997; OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; MESQUITA, Ilka Miglio de. O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar decolonial. *Roteiro*, Joaçaba, v. 44, n. 1, p. 1-18, 19 fev. 2019.

¹⁷¹ APEP, cód. 153, doc. 0049 (21 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

Em áreas coloniais tanto portuguesas como francesas, eles foram trabalhar em feitorias, plantações de arroz, engenhocas de aguardente, roças de mandioca, pastoreio de gado e construção de fortalezas militares. Criaram comunidades nas unidades de trabalho e se misturaram com índios também¹⁷².

Nesta perspectiva, o autor aponta que “tais fronteiras eram uma coisa móvel, uma vez que eram alvos constantes de disputas, principalmente, na segunda metade do século XVIII”. Por sinal, houve fugas dos dois lados, de Macapá e de Caiena. Em certas ocasiões, a reciprocidade entre autoridades portuguesas e francesas prevalecia, fazendo-os trocar escravos fugidos. No entanto, eram frequentes as reclamações, tanto de uma parte quanto de outra, em relação à demora na devolução, um assunto que causou um estranhamento entre as autoridades. Expedições militares foram feitas na tentativa de capturar “seus” fugitivos em determinadas áreas da fronteira, consideradas lugares de refúgio que atraíam indivíduos dos dois lados¹⁷³.

A introdução de africanos no vale amazônico não foi tão incomum, como trata a historiografia tradicional¹⁷⁴. É verdade que o tráfico de escravos, na primeira metade do século XVIII, foi modesto e irregular, como sublinha Bezerra Neto. Nesse momento, a maioria dos cativos africanos ficou retida nos portos de São Luís e Belém e seus respectivos entornos. Isso só se modificaria na segunda metade do Setecentos, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)¹⁷⁵. De fato, Antônio Carreira acentua que já “desde o início do século XVIII (pelo menos), [moradores e autoridades coloniais] começaram a propugnar pela criação de uma empresa que se encarregasse do tráfico de escravos africanos”¹⁷⁶.

Na primeira metade do Setecentos, os incentivos da coroa portuguesa para fomentar a economia do vale amazônico foram mais sistemáticos, pois denota-se uma alta crescente no

¹⁷² GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

¹⁷³ GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999, p. 225-318.

¹⁷⁴ No ponto de vista de Manuel Nunes Pereira, alguns fatores impossibilitaram a introdução de africanos em grande escala na região amazônica, entre as quais está a “pobreza dos negociantes”. Outro ponto que Pereira destaca diz respeito às cifras, pois ele acredita ser “exageradas”, uma vez que as doenças ceifaram muitos negros ou as condições em que esses africanos vinham nas embarcações. Ver PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. *Boletim Geográfico — IBGE*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 509-515, 1949. Quanto a uma análise dos contextos em fins do século XVII e início do XVIII, ver CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, dez. 2006.

¹⁷⁵ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão Pará: (séculos XVII-XIX)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

¹⁷⁶ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: Editora Nacional, 1988, p. 52. Para um entendimento a respeito do tema, no final do século XVIII, ressaltamos o trabalho de KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia cem anos antes da abolição. *Cadernos do CFCH*, Belém, v. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988.

comércio, sobretudo, na exploração das drogas do sertão¹⁷⁷. Entre as principais drogas está o cacau, cuja exportação chegou à marca de 90,6%, conforme apresenta Dauril Alden¹⁷⁸. De modo simultâneo a esse comércio ultramar, Benedito Barbosa esclarece que “o tráfico estabelecido para a Amazônia obedecia a uma rota triangular, tendo como pontos de referência Lisboa, África e o Estado do Maranhão”¹⁷⁹.

No tocante ao tráfico negro para a região amazônica, Bárbara Palha enfatiza a articulação e influência dos homens de negócio na vinda de cativos para a Capitania do Pará. Em 1753, navios como o “Nossa Senhora do Monte Carmo e São José”, propriedade de José da Silva Costa, e o “Santa Margarida e Almas”, tendo como proprietário Custódio Ferreira Góes, desembarcaram nos portos do Pará mais de 352 africanos. A autora assinala que, entre 1752 e 1755, as duas embarcações trouxeram cerca de 1.007 africanos das ilhas de Cabo Verde e do porto de Bissau. A articulação desses particulares no tráfico ficou limitada quando a Companhia de Comércio passou a gerenciar o negócio de cativos para a região¹⁸⁰.

Esse tráfico ultramarino não ficou a cargo apenas da administração lusitana, pois constata-se que famílias com bens de Macapá também estavam sendo convencidas a entrar no comércio transoceânico. Sobre a ampliação desse comércio, Vicente Salles pondera que o governador “Mendonça Furtado necessitou desenvolver intensa atividade para convencer os homens de negócio da utilidade e das vantagens do empreendimento”¹⁸¹. Nesse cenário, por ocasião de uma inspeção na vila de Macapá, em 1761, Manuel Bernardo de Melo e Castro, o

¹⁷⁷ Como acentua José Alves de Souza Jr., “o Estado mantinha um comércio intenso com Lisboa, assentado na exportação de gêneros, tais como cacau, salsa, cravo fino, cravo grosso, açúcar, anil, café, couros, cultivados e/ou coletados pelos lavradores”. Além disso, dois gêneros se destacam nos períodos de 1730 a 1755: o cravo-fino e a salsa. Ver SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano*, 2012, p. 297; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do Império Português no período pombalino. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 31-58.

¹⁷⁸ ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: UFPA (NAEA/FIPAM), 1974, p. 32.

¹⁷⁹ BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *Em outras margens do atlântico: tráfico negro para o estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Na virada do Setecentos, Herbert Sanford Klein enfatiza que “no fim do século XVIII, subsídios governamentais diretos também ajudaram a promover novas importações de escravos para as colônias ao norte do Brasil, como Pernambuco e Maranhão”. Ver KLEIN, Herbert Sandord. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: FUNPEC Ed., 2004, p. 37.

¹⁸⁰ PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750-c. 1850)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. La “escravatura necessária para a cultura”: escravos africanos em la Amazonia tras la extinta Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. IV, n. 1, p. 11-30, 2009; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Imigração compulsória africana para a Capitania do Grão-Pará, 1756-1778. In: CANCELA, Cristina Donza; CASTRO, Lara de (orgs.). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2023, p. 15-43.

¹⁸¹ SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 3ª ed. rev. ampl. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005, p. 55.

então governador, tentava persuadir os moradores mais abastados a gastarem “alguns tostões” para fazer vir mão de obra africana¹⁸².

Já em junho de 1760, Manuel Castro informara sobre a vinda de “pretos”, trazidos de Cacheu na Guiné, para cuidarem das “culturas das terras desse Estado”. O governador menciona ainda que quatro navios zarparam da costa africana, transportando mais africanos para a Capitania do Pará para trabalharem nas lavouras. Ainda que o principal campo de atuação tenha sido a agricultura, a mão de obra africana não ficou retida nas plantações. Mais adiante veremos como esses sujeitos foram inseridos em outras atividades nos sertões amazônicos¹⁸³.

Algum tempo depois, no início de 1765, cerca de 200 operários, entre ladinos¹⁸⁴ e índios, foram encaminhados às obras da vila de Macapá. Muitos dos africanos tinham vindo de Angola¹⁸⁵. Desse grupo, os cabos Manoel Gomes e Antônio José Morgado fizeram a entrega de 114, tratando-se de escravizados pertencentes ao senado da câmara. Essa mão de obra foi encaminhada diretamente para as obras da fortaleza. Outros ladinos foram mandados para servirem como cavouqueiros na pedreira junto com os outros africanos e índios que se encontravam naquele ambiente¹⁸⁶.

Em outro ofício, Nuno Varona, coronel da praça de Macapá, é mais específico sobre a situação dos africanos na região. Conforme ele indica, havia 174 africanos do senado da câmara, sendo as principais dificuldades com eles as doenças e as fugas. Desse número, 48 negros foram hospitalizados, um havia falecido e outros 17 fugiram pelas matas. Como precaução, mandou-se “a tropa e os melhores índios” para procurar e “tirar destes matos” os fujões. No decorrer da expedição, foram apreendidos seis africanos. Os soldados lhes colocaram calcetas e os levaram para receber açoites como forma de castigos. Em vista disso, Varona precisou reforçar a guarda com soldados para vigiar os trabalhadores negros no intuito de evitar mais fugas¹⁸⁷.

A presença da mão de obra africana foi, portanto, frequente nos canteiros de obras da fortaleza e da própria praça. A vinda sistemática de negros escravizados começou desde o

¹⁸² AHU, Avulsos Pará, cx. 48, doc. 4436 (28 abr. 1761), fl. 1-7.

¹⁸³ APEP, cód. 103, doc. 0111-0112 (13 jun. 1760) [Acervo Digitalizado].

¹⁸⁴ O termo indica africanos – escravizados ou livres – considerados como culturalmente adaptado. Ao mesmo tempo, ele foi usado como sinônimo de “perspicaz”. Ver PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 93-100.

¹⁸⁵ APEP, cód. 150, doc. 0039 (25 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

¹⁸⁶ APEP, cód. 150, doc. 0077 (13 fev. 1765) [Acervo Digitalizado]; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão; VERGOLINO-HENRY, Anaíza. A presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. *Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 1, p. 26-66, 1990; BEZERRA NETO, José Maia. Nas terras do Cabo Norte: fugas escravas e histórias de liberdade nas fronteiras da Amazônia setentrional (século XIX). In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan (org.). *T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açáí, 2010, p. 163-181.

¹⁸⁷ APEP, cód. 150, doc. 0165-0166 (26 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

processo de implantação das políticas do rei D. José I, notadamente entre 1750 e fins da década de 1760. Neste inteirom, podemos constatar a mobilidade e o agenciamento de diversos africanos na capitania do Cabo do Norte. Referente a isso, Patrícia Sampaio reforça, ao contrário do que aborda a historiografia tradicional, a ideia de que houve uma presença marcante de africanos na Capitânia do Grão-Pará, pois, na concepção da pesquisadora, “eles ajudaram a demarcar as fronteiras desse mundo colonial com suas experiências históricas”¹⁸⁸.

O empreendimento lusitano no vale amazônico é marcado pelas condições mais adversas. Isto é, o processo de colonização nos sertões amazônicos foi caracterizado por “dissabores” conjunturais: doenças, fome, terrenos alagadiços, acidentes nas obras e atrasos dos suprimentos. Estes foram alguns dos fatores que influenciavam diretamente nas políticas da Coroa portuguesa¹⁸⁹. Além disso, as condições naturais, como as chuvas e as marés altas, causavam sérios transtornos na logística de materiais, mantimentos e no andamento das obras.

Nessa ótica, qualquer atraso que ocorria no abastecimento de alimentos ou de materiais desencadeava uma série de eventos colaterais. Esses impasses aconteciam, porque durante as viagens, particularmente no período do inverno amazônico (novembro a maio), os provimentos sofriam avarias causadas pelas fortes chuvas e as marés altas. Com efeito, estragavam-se com facilidade gêneros como farinha e peixe seco, essenciais para o sustento dos operários, além dos materiais, como os sacos de cal virgem fundamental para a construção.

Quando os mantimentos não vinham estragados, os desvios causavam significativos prejuízos à vila de Macapá e às aldeias nos arredores. Geralmente, os extravios eram feitos por autoridades (cabos de canos, diretores), pois visavam a seus interesses particulares. Isso é visto nas queixas dos índios que, ao buscarem sua remuneração pela colheita das drogas do sertão (salsaparrilha, cravo e óleo de copaíba), enviadas pelos navios da Companhia Geral, depararam-se com a recusa de certos funcionários. Geralmente, descobriu-se que esses agentes estavam usurpando a parte dos índios, prejudicando assim, o sustento das suas famílias nas aldeias¹⁹⁰.

No que se refere à má alimentação, ela causou a hospitalização de inúmeros operários. Soma-se a isso, a própria condição e insegurança no trabalho, uma vez que acidentes aconteciam com certa frequência. No hospital, a falta de insumos para suprir as necessidades

¹⁸⁸ SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravos e escravidão africana na Amazônia. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: presença africana negra na Amazônia*. Belém: Editora Açaí/CNPq, 2011, p. 13-42.

¹⁸⁹ No tocante às doenças, Luiz Felipe de Alencastro aponta, a partir do contato com o Velho Mundo, a América foi assolada por doenças mortíferas, como as “bexigas”, ou seja, a varicela, a rubéola e a varíola. Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 127-133.

¹⁹⁰ AHU, Avulsos Pará, cx. 78, doc. 6508 (31 dez. 1777), fl. 1-32. Ver, também, SOUZA JUNIOR, *Tramas do Cotidiano*, 2012, p. 239.

dos enfermos e a rusticidade do ambulatório não permitiu atender devidamente toda a demanda. Mas, para sanar esses percalços, Julião Alvares da Costa, cirurgião do regimento, por intermédio de um requerimento, pediu providências às autoridades, informando-as que o local carecia de remédios e alimentos. Sobretudo, refeições como canja de galinha e ovos seriam essenciais para a recuperação dos pacientes¹⁹¹.

O hospital, feito em madeira e com o teto coberto de palhas, além de desprovido de materiais básicos, era o destino dos operários acamados por doenças ou acidentes. É patente nas fontes, o pedido de ajuda do cirurgião Julião da Costa e dos próprios moradores, que fizeram uma petição às autoridades, na qual solicitavam um pronto socorro e remédios para atendê-los. No final do ano de 1759, havia inúmeros doentes na vila, mas os medicamentos só estavam disponíveis na botica do rei, que era privativa. Seus remédios só estavam previstos para poucas pessoas. No entanto, para tratar os enfermos, requisitou-se os medicamentos necessários¹⁹².

Em carta ao governador, Joaquim Pinto Valente, oficial da praça de Macapá, ressalta que “o hospital dessa Capitania se acha na mayor indecadencia [decadência], por falta de todo o precizo para a assistência dos emfermos [enfermos]”. Valente sobressai a situação do doente Pedro de Melo e a falta de assistência que o hospital não pôde dar a tal enfermo. Desse jeito, faltavam cama, lençóis e ataduras para cobrir os seus ferimentos. A solução encontrada foi fazer algumas bandagens improvisadas, já que a fazenda real não dispunha desse material¹⁹³.

Além das doenças, os acidentes e mortes nos redutos foram constantes. Em documento direcionado ao governador Bernardo de Melo e Castro, o coronel da praça, Nuno Varona, destaca dois pontos acerca da construção da “bateria baixa oriental” do forte. O primeiro diz respeito ao quantitativo diminuto de trabalhadores, pois, segundo Varona, “a importante obra estaria efetuada se tivesse um maior número de operários”. Outro ponto, é a menção do falecimento de dois índios que ocorreu em novembro de 1762. Ambos, respectivamente das vilas de Esposende e Arrayolos, foram soterrados por uma “grande porção de piçarra”¹⁹⁴. Podemos deduzir, neste caso, que a falta de operários aumentou o risco de acidentes.

Por conseguinte, as condições nos canteiros da fortaleza de Macapá foram adversas, ou seja, má alimentação, fome, acidentes, doenças e a falta de assistência foram frequentes. Estes obstáculos paralisavam o andamento das obras. Apesar dos contratemplos e da lentidão, isso não impediu a implantação das políticas da Coroa naquele local, tendo em vista a ocupação e fixação definitiva das fronteiras no vale amazônico, inclusive no Cabo do Norte.

¹⁹¹ APEP, cód. 150, doc. 97 (s/d) [Acervo Digitalizado].

¹⁹² APEP, cód. 98, doc. 0055 (6 nov. 1759) [Acervo Digitalizado].

¹⁹³ APEP, cód. 155, doc. 0045 (5 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

¹⁹⁴ APEP, cód. 132, doc. 0003-0004 (16 jan. 1763) [Acervo Digitalizado].

2.2 – Trabalhos e oficinas

A construção do forte abarcou uma gama de operários de distintos ofícios, sujeitos que circulavam por diversos espaços. Nesta conjuntura, barcos chegavam aos portos, operários iam às pedreiras, à olaria e à serralha para ali assumirem os seus postos de trabalho e o destacamento militar estava pronto para resguardar as obras e os entornos. Desta forma, constituía-se o dia a dia na vila, ou seja, o fluxo nos portos e nos canteiros de obras que circundavam a fortaleza, onde a concentração de operários, tanto livres quanto escravizados, era evidente.

Diante disso, um dos trabalhos relacionados a essa dinâmica, mas exercido em certa distância a esses lugares, é o das mulheres na agricultura. O papel de índias como roçadeiras e cultivadoras de mandioca foi imprescindível para a manutenção das atividades na vila, como também em diversos espaços coloniais¹⁹⁵. Isso fica evidente quando cerca de 20 índias farinheiras das localidades de Chaves, Rebordelo, Esposende, Arrayolos e Fragoso foram levadas de suas vilas para cuidar das roças dos moradores nas imediações de Macapá¹⁹⁶. A farinha, o alimento-base para as populações indígenas, consta em várias citações, o que indica sua notoriedade em relação a outros gêneros. Isto está associado ao fato de ser um alimento secular, comum, acessível e, por fim, com valores energéticos acima da média¹⁹⁷.

Percebe-se a atenção dada pelas autoridades coloniais às roças, pois esses lugares de produção alimentícia estão ligados ao processo de desenvolvimento da região e à necessidade de abastecer uma população em crescimento. Em carta encaminhada a Mendonça Furtado, o bispo do Pará expõe o seu cuidado com as roças de mandioca, pois sem o devido “zelo” a sua falta causaria a miséria de certos arraiais¹⁹⁸. Outro exemplo, é um ofício de outubro de 1760, no qual o governador Manuel de Melo e Castro afirma que estava tendo o “desvelo” com as plantações de mandioca, pois entendia que elas eram vitais para o sustento das populações¹⁹⁹.

Longe dos redutos de obras do forte, o manejo da terra e o plantio de gêneros, como cacau, arroz e a mandioca, foram notáveis não apenas para a vila, mas também para a economia

¹⁹⁵ RAVENA, Nírvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 50, p. 395-420, mai./ago. 2013.

¹⁹⁶ APEP, cód. 98, doc. 0233 (s/d) [Acervo Digitalizado].

¹⁹⁷ CRUZ, Roberto Borges da. A farinha de cada dia: apropriações e trocas alimentares na Amazônia colonial. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs.). *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 221-238.

¹⁹⁸ Carta do Bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça (27 jan. 1756). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Tomo 3. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 76-78.

¹⁹⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 47, doc. 4298 (13 out. 1760), fl. 1-2

do vale amazônico. A agricultura foi tão crucial que, se acontecesse incidentes como a ausência de mulheres para fazer a farinha, o andamento das obras seria comprometido por falta de alimentos suficientes para os operários²⁰⁰. Por isso, o papel e o desempenho dessas mulheres, conhecidas como farinheiras, foram tão relevantes. Mas, a importância delas não se restringiu à feitura de alimentos, pois elas influenciaram as diversas dinâmicas no espaço colonial.

As índias da vila de Santa Anna sabiam do valor da farinha e do quão ela auxiliava na subsistência dos moradores e operários da vila vizinha de Macapá. Em carta ao governador, o coronel Nuno Varona salienta que havia poucas roças. Por isso, ele investigou e descobriu que as índias não estavam preparando farinhas porque não queriam mais panos em troca. Na realidade, as indígenas reivindicavam para sua remuneração outros bens, como pólvora, chumbo e sal. Atendendo ao pedido, Varona afirma ter autorizado que o pagamento das índias, que iam desmanchar as roças, fosse feito “por conta da Fazenda Real”. Assim, observa-se que a não fabricação dos alqueires de farinhas foi uma das maneiras que as índias encontraram para conseguirem certos objetos que, na concepção do diretor, eram apenas “quinhilhariás”²⁰¹.

No tocante ao cultivo da mandioca, ele se dá em várias etapas, que vai da preparação do terreno até a produção da farinha²⁰². Trata-se de um trabalho árduo que requer uma expressiva quantidade de trabalhadores. Segundo o padre João Daniel, precisava-se “deitar abaixo matas inteiras, queimar, encoivarar”, isso por meses, para, em seguida, iniciar o plantio e o cultivo da maniva²⁰³. Geralmente, essa etapa de limpar o terreno ficava a cargo dos homens, já as mulheres ficavam à frente do cultivo, do desmanche e do fabrico da farinha e de outros derivados da mandioca, como o beiju, a tapioca e o tucupi²⁰⁴.

Outros trabalhos implicavam indivíduos ou grupos que se encontravam distantes das obras do forte, mas que exerceram uma função que os envolvia diretamente nas dinâmicas da

²⁰⁰ É oportuno sublinhar que outros fatores atrasavam o progresso das obras, seja de forma direta ou indireta, como monções, canoas quebradas, doenças ou ataques de pragas nas roças. Neste caso, o padre João Daniel salienta que os piores inimigos das roças são os javalis e as formigas, conhecidas como “itacibas” ou formigas de fogo. Ver DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 27.

²⁰¹ APEP, cód. 144, doc. 0011-0012 e 0021 (15 jan. 1764) [Acervo Digitalizado].

²⁰² O antropólogo Nunes Pereira evidencia em suas pesquisas o processo de preparo das farinhas na região amazônica. Segundo o autor, na casa de farinha, “os primeiros movimentos para o preparo” consistem em manter por alguns dias as raízes imersas em água, pode ser no rio ou igarapé. Em seguida, as mulheres ralam a mandioca e põem a massa dentro de um *tipiti*, utensílio feito de palha que serve para comprimir a massa da mandioca. Na medida em que a massa é espremida, sai o líquido: *tucupi*, o qual é fervido e aproveitado na culinária. Por fim, a massa extraída do *tipiti* é colocada em um tacho quente, e mexido por alguns minutos até virar a farinha. Ver PEREIRA, Nunes. *Panorama da alimentação indígena: comidas, bebidas & tóxicos na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Liv. São José. 1974, p. 169. A antropóloga Paula Pinto e Silva destaca a origem mítica da mandioca e a relação que os povos indígenas Tenetehara (Guajajara e Tembé) têm com esta raiz. Ademais, ela pontua a complexidade do processo de feitura da farinha de mandioca. Ver SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

²⁰³ DANIEL, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 430-431.

²⁰⁴ Sumo extraído da raiz da mandioca brava (*Manihot Esculenta*) após esta ter sido descascada, ralada e espremida.

vila. São esses os pescadores e caçadores. Esses indígenas garantiram para que os operários, os povoadores, os padres, as autoridades e todo o destacamento militar recebessem as proteínas necessárias, seja para seus afazeres na praça, seja para os empenhos durante as viagens. O mapa abaixo indica que, de um total de 92 pescadores, 64 foram atribuídos às obras em Macapá.

Mapa de 92 índios enviados para as obras da fortificação desta Praça de S. José de Macapá. Por portarias do Sr. General de abril do ano próximo passado, – 36: Por portarias do mesmo Sr. De julho do referido ano, – 40: E – 16 de que fez entrega o sargento mor Luiz Fagundes Machado, que trabalharão nas obras da olaria.										
		Pescadores					Na Fortificação	Doentes	Ausentes	Todos
		O 12 Oficiais [ilegível].	Destacamento de Gurupá	Destacamento de Cametá	Tenente João Pedro	Com a Armenia				
24	Chaves	3		3			16	1	1	24
16	Rebordelo	3	1		1		7		4	16
12	Santa Anna						11	1		12
16	Esposende			1			15			16
16	Arrayolos		2				14			16
8	Fragoso		1	1		1	5			8
92	Todos	6	4	5	1	1	64	2	5	92
Cabo ajudante da Praça, Manoel Ferreira Dourado										

Quadro 2: Fonte: APEP, cód. 132, doc. 0008 (s/d) [Acervo Digitalizado].

Ao receber visita em janeiro de 1753, Nuno Varona solicitou ao juiz para separar três índios para a subsistência do capitão auxiliar Hestúrio de Moraes Bitancourt e de seu destacamento que vieram da vila de Cametá. Os indígenas ficariam incumbidos de pescar e caçar para os visitantes²⁰⁵. Esses índios recebiam uma remuneração pelos serviços prestados. Nesse sentido, João Daniel sublinha que

[...] o pagamento que ordinariamente costumam dar a cada índio por toda a viagem, que ordinariamente é de seis meses [a]té oito meses, são 12 varas de pano grosso de algodão; duas [a]té duas e meia, ou três, varas de bretanha para camisa; uns calções de baeta, ou alguma outra droga, um barrete, um prato de sal, com seis agulhas em cima, e nada mais, antes vezes menos [...]²⁰⁶.

²⁰⁵ APEP, cód. 132, doc. 0027-0028 (16 jan. 1763) [Acervo Digitalizado].

²⁰⁶ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 80. Quanto ao assunto, propomos a leitura da monografia de FERREIRA, Elias Abner Coelho. *O mundo dos rios na Amazônia Colonial: um estudo sobre os índios remeiros e os pilotos Jacumaúbas na obra do padre João Daniel (1741-1776)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

Além dessas atividades nos campos, nas matas ou nos rios, os serviços nos estaleiros da vila foram fundamentais para os projetos coloniais²⁰⁷. Os ofícios comuns, neste caso, eram os de carpinteiros, calafates e aprendizes. Era nessas oficinas que se estabelecia uma intensa sociabilidade entre índios e africanos, tanto escravizados como livres, além de alguns brancos, inclusive, trocas de conhecimentos²⁰⁸. Havia ali, o predomínio de índios, cujo papel era indispensável para a fabricação e os consertos das canoas, naus e diversas outras pequenas e médias embarcações. A habilidade desses indígenas estendeu-se para além da feitura. Assim, a escolha do local e da árvore adequada para a construção das embarcações era orientada pelo índio mais experiente, conhecido como mestre ou oficial mecânico²⁰⁹.

Como exemplo, podemos pontuar uma diligência feita pelo soldado João Antunes para as vilas de Melgaço e Portel, com uma canoa carregada de duzentas varas de pano. No entanto, ele não pôde seguir viagem por causa das condições da embarcação. Por ser uma canoa velha e sem boa manutenção, o mestre carpinteiro julgou por bem que o soldado não fizesse a viagem sem fazer os devidos reparos, pois, se desse prosseguimento à expedição, além de perder os mantimentos, perderia também a canoa²¹⁰.

Por sua vez, Nuno Varona, em ofício dirigido ao governador, informa que às margens do rio Anaurapucu havia abundância em madeiras, breu e estopa²¹¹. Segundo o coronel, a região era propícia para a construção de canoas, porém, ficava a três dias da vila de Macapá. Como as

²⁰⁷ De acordo com Tereza Ximenes, era por meio das canoas que as populações do vale amazônico se comunicavam e recebiam informações ou ordenanças do governo local ou central. Além disso, a autora destaca que, através das embarcações, se desenvolviam todas as atividades comerciais e exploratórias. Ver XIMENES, Tereza. A navegação fluvial no desenvolvimento da Amazônia. In: XIMENES, Tereza (org.). *Embarcações, homens e rios na Amazônia*. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 1992, p. 3-19.

²⁰⁸ No que diz respeito à sociabilidade, notam-se nesses espaços múltiplas trocas de experiências entre índios e africanos. Assim, o governador Manuel Bernardo de Mello e Castro, em ofício de 1761, informa a Mendonça Furtado, secretário de Estado do Ultramar, sobre o requerimento dos administradores da Companhia de Comércio, solicitando alguns índios para ensinarem os cativos africanos a cortar madeiras e conduzi-las aos estaleiros. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 50, doc. 4607 (3 out. 1761), fl. 1-3.

²⁰⁹ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 57-98. Além do trabalho de Elias Ferreira, destacamos a dissertação de BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Uma fonte que merece destaque, neste contexto, é uma carta do provedor da Fazenda Real do Pará, Francisco Galvão da Fonseca, endereçada – na década de 1720 – ao rei D. João V. Na missiva, o funcionário régio pontua a necessidade da mão de obra indígena no fabrico das canoas da Provedoria e Almoxarifado. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 6, doc. 554 (2 jun. 1720), fl. 1-3.

²¹⁰ APEP, cód. 144, doc. 0011-0012 e 0021 (15 de jan. 1764) [Acervo Digitalizado].

²¹¹ O breu é uma resina natural, que pode ser extraída da secreção de algumas plantas e, ao solidificar-se, serve para vedar as superfícies. A estopa é uma matéria rica em fibras, semelhantes ao interior do coco. É apropriado para calafetar navios juntamente com o breu. Mas, não se limita a esse uso, pois notamos que a estopa, juntamente com o azeite de andiroba, foi também usada em candeeiros da própria praça, nos redutos das obras, na pedreira e no hospital. Além disso, Nuno Varona acentua a utilização da estopa na limpeza do armamento. Ver APEP, cód. 153, doc. 0123 (17 ago. 1765) [Acervo Digitalizado].

canoas estavam em falta na praça, a solução foi reunir o mestre índio, o oficial carpinteiro²¹² e mais quatorze ou dezesseis índios para ajudar na confecção de uma nova embarcação. O coronel pediu ao hábil indígena que trouxesse “boas madeiras”, enviando uma canoa com onze pessoas remadores. A madeira deveria ser angelim, por ser durável. Segundo Varona, o mestre índio lhe assegurou que em 30 ou 40 dias ficariam prontos o casco, a cavername (estrutura dorsal da embarcação) e as falcas. Nota-se que se tratava de uma canoa maior e mais sofisticada²¹³.

No seu tratado “Notícia da especial fatura das embarcações do rio Amazonas”, o padre João Daniel sobreleva a figura dos índios que possuíam uma “rara habilidade para todos os ofícios”. No que se refere à confecção de canoas do tipo *burgantins*, ele até seriam mestres ou oficiais, ou seja, possuíam destreza não apenas no fabrico, mas em todo o processo de preparação de tal embarcação. Conforme o padre frisa, isso veio à tona quando algum morador ou missionário encomendou, junto ao mestre índio, a produção de uma canoa conforme critérios específicos, como: de grande porte, para viagem e, de preferência, de madeira angelim²¹⁴.

Nesse mesmo tratado, além de o padre enfatizar a atuação do profissional indígena, ele também discorre sobre o processo de feitura da embarcação. O oficial índio, com a encomenda em mãos, preparava a diligência e uma trouxa com peixe seco e farinha para seu sustento nas matas. Na viagem, alguns aprendizes o acompanhavam e, em certas ocasiões, até brancos e missionários. Nas matas, antes de procurar a árvore ideal para a canoa, os índios primeiro caçavam para complementar seus víveres. Com seus conhecimentos de especialista, o índios escolhia a árvore que deveria ser de qualidade, grossa e, se possível, oca por dentro, além de ficar próxima ao rio para facilitar os trabalhos e dar agilidade a seu deslocamento²¹⁵.

No estaleiro improvisado, o casco cavado da árvore, passava por vários estágios sob a observação do perito na arte do fabrico de canoas. A princípio, ficava mergulhado por alguns dias na água do rio. Depois desse período, o excesso de lodo²¹⁶ era retirado e o casco foi untado, muito provavelmente com banha de tartaruga, comum na região. A seguir, era preso em estacas no formato de “x” onde ficava a quase 70 centímetros do chão. Isso servia para amaciar e alargar o casco, se esse não estivesse no ponto. Neste caso, o hábil indígena pedia a seus ajudantes que puxassem a canoa esticada para baixo, alargando-a até obter a tamanho ideal²¹⁷.

²¹² Quando se emprega, nas fontes coloniais, o título “oficial indígena”, não se trata necessariamente de uma patente militar. O termo indica que o portador do título fazia parte dos chamados “oficiais mecânicos”, ou seja, índios que possuíam conhecimentos práticos e amplas experiências em seu respectivo ofício.

²¹³ APEP, cód. 144, doc. 0041 (16 jan. 1764) [Acervo Digitalizado].

²¹⁴ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 47-56.

²¹⁵ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 47-56.

²¹⁶ O lodo era importante, pois consiste em uma mistura de matérias orgânicas de microrganismos e minerais, comuns às margens dos rios da região amazônica.

²¹⁷ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 47-56.

Na próxima etapa, foram colocadas pequenas varas, tanto dentro quanto fora do casco, e, sem demora, ateava-se fogo. Enquanto isso, o mestre ficava ponderando atentamente o tempo do casco no fogo. A intenção desse procedimento era fazer com que a madeira ficasse mais consistente. Por fim, no resfriamento, colocavam-se novamente as varas atravessadas para abrir o casco, isso se fazia com muita cautela para que não rachasse a estrutura da nova canoa²¹⁸.

Por meio do padre João Daniel conseguimos ter uma ideia do cotidiano dos indígenas no processo de fabricação de canoas, em especial, as do tipo *burgantim*. No entanto, é importante sublinhar que existiram outros modelos, modos de fazer e materiais. Quanto ao papel do índio especializado, além de se destacar com os seus conhecimentos práticos, ele também conciliava conflitos, orientava os outros índios e, caso ficassem ociosos, dava água ardente, como ressalta o próprio padre “para que não esmoreçam”. Assim, os indígenas “mecânicos” possuíam uma função primordial em diversos processos e ofícios. Sobretudo, o papel dos mestres foi muito além dos estaleiros e de diversos outros ofícios que exerciam²¹⁹.

Em suma, a presença do mestre índio ou oficial indígena era tão relevante que sua ausência na respectiva oficina fez estagnar os trabalhos. Em ofício ao governador, Nuno Varona expõe uma das dificuldades nas obras dos baluartes do forte: o de São José e o de Nossa Senhora da Conceição. As obras demandavam uma grande quantia de pedras, cujo transporte foi feito em canoas, mas as embarcações usadas para este fim não aguentavam mais a carga e careciam de concertos. Em tom queixoso, o coronel da praça avisou que necessitava urgentemente de um oficial calafate. Quanto aos demais índios e cabos calafates da oficina, eles não foram autorizados a executarem os serviços por receio de eles desperdiçarem os materiais²²⁰.

Diante desse cenário, a pedreira foi um dos locais essenciais. Era um espaço com uma divisão de trabalhos bem definido e com diferentes setores: escavação das terras, transporte dos pedregulhos e mistura de cal de sarnambi. De fato, o andamento das obras dependia da pedreira. Como se apurou nas fontes, as funções de cavouqueiro e pedreiro foram executadas por índios, mestiços e africanos. As principais atribuições dos escavadores eram a pesquisa do terreno, o preparo das pedras e a fundação das muralhas e baluartes e as escavações propriamente ditas²²¹. Já os pedreiros, tinham a tarefa de assentar os tijolos, reformar as muralhas do forte, assim como, carregar os pedregulhos e preparar a cal. Assim, o dia a dia nos canteiros da fortaleza foi

²¹⁸ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 47-56.

²¹⁹ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, p. 47-56.

²²⁰ APEP, cód. 174, doc. 0039-0040 (20 jan. 1767).

²²¹ APEP, cód. 150, doc. 0077 (13 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

marcado pelo fluxo constante de materiais e a divisão exata dos operários quanto a suas funções específicas²²².

Na busca de pedras adequadas tanto no tamanho quanto na sua qualidade, a opção encontrada foi um local às proximidades do rio Matapi. Lá, o mestre cavouqueiro José de Aguiar, junto com o cabo Manoel Ferreira Dourado e o prático José Pinheiro, encontraram boas pedras. Outras opções foram locais às margens dos rios Camaypi e Anaurapucu, que possuíam um bom material e uma localização que favorecia, em curto prazo, o deslocamento das pedras para o porto de Macapá²²³. Porém, segundo Manoel Dourado, a dificuldade seria no período de verão amazônico, quando o rio seca e dificulta a navegabilidade na região²²⁴.

Na diligência, da qual participavam os mencionados Aguiar, Dourado e Pinheiro, havia também o engenheiro Domingos Sambucetti. Este foi guiado pelo prático José de Aguiar às campinas próximas ao rio Camaypi. No percurso, encontraram pedras inadequadas, mas, perto da cachoeira, que ficava no rio Anaurapucu, descobriram rochas em condições de serem usadas. A escavação se daria o ano todo, sendo que, no verão, as pedras retiradas ficavam às margens da cascata da cachoeira e, no inverno, ficavam em lugar não inundável na terra firme. O tempo do transporte até Macapá se daria em oito dias, a depender das condições do tempo²²⁵.

Nessa dinâmica, o uso de ferramentas e materiais adequados foram indispensáveis para dar agilidade às obras. Os cavouqueiros, por exemplo, sabiam disso, pois solicitaram ao coronel da praça um “marrão” para a pedreira e, de fato, em menos de um mês, a marreta já estava à disposição dos operários²²⁶. Paralelo a isso, outros meios viabilizavam as atividades, como as carroças que transportavam os pedregulhos e as canoas que deslocavam grandes pedras. Das vilas de Cameté e Azevedo vinham alqueires de cal de sarnambi, feito da moagem de conchas marinhas, cuja massa pastosa servia para revestir e assentar os muros²²⁷. Todavia, durante as viagens, a cal precisava ser bem estocada, pois facilmente se deteriorava. Diante disso, Henrique Gallucio, engenheiro responsável, aponta a qualidade do material e sua conservação no interior das canoas, pois deveria vir em vidros ou em paneiros, e não a granel²²⁸.

Próximos às pedreiras, espaços como a olaria e a serraria também constituíram locais de sociabilidade entre índios, africanos e brancos. Esses sujeitos, dos quais uns eram livres, outros escravizados ou degredados, consolidaram redes de relações. A fortaleza, a igreja e

²²² APEP, cód. 150, doc. 0075-0076 (8 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

²²³ APEP, cód. 153, doc. 0027 (21 jul. 1765); doc. 0031 (27 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

²²⁴ APEP, cód. 153, doc. 0033-0034 (5 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

²²⁵ APEP, cód. 150, doc. 0453-0455 (4 mai. 1765) [Acervo Digitalizado].

²²⁶ APEP, cód. 150, doc. 0037 (19 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

²²⁷ APEP, cód. 150, doc. 0017-0019 (19 jan. 1765); doc. 0041 (25 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

²²⁸ APEP, cód. 150, doc. 0069-0071 (6 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

também o quartel precisavam desses lugares, pois era de onde saíam os materiais feitos em argila, estacas, varas, esteios, grades de ferro e portas, utensílios fundamentais para o uso cotidiano. Portanto, era ali, nas redondezas do forte, dentro das oficinas, que havia múltiplas trocas de informações, experiências, técnicas e vivências entre aqueles indivíduos.

No início de 1765, Nuno Varona, em carta-ofício ao governador, destaca a qualidade dos tijolos que eram produzidos. No entanto, ele indica a insuficiência da quantidade e sublinha as mudanças em relação ao alojamento dos índios. Nesse contexto, houve pequenas reformas, como a troca das telhas, perna-mancas e ripas nas instalações onde os operários ficavam. Também se ampliou a oficina dos carpinteiros, pois a chuva inviabilizava os trabalhos na serraria. Em resumo, nota-se nas fontes que, para além dos redutos das obras, os alojamentos também foram locais propícios para trocas étnico-culturais e experiências individuais²²⁹.

No que tange à serraria, os trabalhadores que nela atuavam, produziam cortes de madeiras de diferentes tamanhos e finalidades. Por exemplo, os carpinteiros e serradores fabricavam tabuados que foram enviados ao arsenal de guerra para servirem nos consertos e na construção das naus²³⁰. Mas, os cortes das madeiras serviam para diversos outros fins, pois, segundo Regina Batista, a madeira era também utilizada “na construção de casas, móveis, engenhos, fortes, fortalezas e construções em geral”²³¹.

Na documentação arrolada, é possível encontrar relações que fazem referência aos tipos de madeiras utilizadas. Uma das relações discrimina cento e oitenta taboas de cedro, medindo entre cinco metros por seis centímetros²³². Em outra relação, o comandante do forte havia feito uma advertência sobre as madeiras: que não viessem finas ou com umas polegadas a menos, com rachaduras ou marcas de cupins. Além disso, as madeiras tinham fins específicos, tais como balanças, vigas grandes, vigotas e taboas. Todas vinham da fábrica do rio Anajás e tinham como destino as obras da fortificação²³³.

²²⁹ APEP, cód. 150, doc. 0017-0019 (19 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

²³⁰ APEP, cód. 150, doc. 0025 (19 jan.1765); doc. 0179 (8 mar.1765) [Acervo Digitalizado].

²³¹ BATISTA, Regina Célia Corrêa. A madeira e seus oficiais: índios, negros e trabalhadores de origem europeia nas fábricas reais de madeira na segunda metade do século XVIII na Capitania do Grão-Pará. In: SOUZA JUNIOR, José Alves de; MAIA, Lívia Lariça Silva Forte (orgs.). *O mundo do trabalho na Amazônia colonial*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 92-113.

²³² APEP, cód. 144, doc. 0075 (1764) [Acervo Digitalizado]. Outro documento apresenta uma relação de madeiras que eram apropriadas e tinham qualidades para diferentes fins, entre as quais estão: pau de arco, anjelim, piquiá-preto, borajuba, cumaru, jatuhy, itaúba. Ver APEP, cód.103, doc. 0483 (s/d) [Acervo Digitalizado]. O padre João Daniel ressalta no tópico “De outras espécies de paus preciosos”, a madeira “itaíba” (itaúba), que seria conhecida como “pau de ferro”, cuja dureza era a sua principal característica. Segundo o autor jesuíta, existiriam duas espécies. A “itaíba amarela”, apropriada para fazer canoas, teria uma excelente consistência e duraria mais do que a outra espécie que ele considera inadequada para o tipo de trabalho. Ver DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 486.

²³³ APEP, cód. 176, doc. 0143 (25 ago. 1767) [Acervo Digitalizado].

Nesses espaços, a fuga era algo corriqueiro. Os trabalhadores indígenas não se sujeitavam a certas tarefas, pois, conforme pontua Batista, a rotina nas fábricas de madeiras era pesada²³⁴. Isso fica explícito na carta na qual Nuno Varona, quando relata ao governador a fuga de vários índios que trabalhavam nas canoas de tabuado. Porém, nem sempre os índios conseguiam ter êxito em chegar a seus destinos, pois em alguns casos logo foram capturados. No caso em questão, o coronel de Macapá destaca na missiva que os índios foram presos e reconduzidos a suas respectivas vilas, Chaves e Rebordelo, para serem castigados e colocados em calcetas de ferros²³⁵.

Na olaria, a produção era de telhas diária, com exceção dos dias santos. Elas eram usadas nos redutos das obras, nas casas e na igreja. Mas, quando havia uma pausa na produção, as atividades se voltavam para a confecção de outros tipos de utensílios, sobretudo, vasilhas de cerâmica que eram utilizadas para guardar pequenos objetos, inclusive de uso doméstico. Na falta da matéria prima, um grupo de oleiros saía em pequenas canoas, embrenhando-se nas matas em busca de barro²³⁶.

No reduto das obras, Henrique Gallucio, engenheiro responsável, em carta ao governador, acentua que as escavações dos alicerces do novo forno para os tijolos já estavam sendo executados. Isso indica que a quantidade de tijolos e telhas produzida pelos antigos fornos era insuficiente para a demanda da vila. Nessa mesma carta, Gallucio ressalta que já tinha enviado os desenhos das plantas da praça, mas precisava de pinceis, lápis, carmim, tinta da china (nanquim), pois os que tinha já estavam no acabando. Por fim, o engenheiro solicitava também o envio de outras ferramentas, como enxadas e cinquenta foices, além dos apetrechos para cavar o solo, pois tais itens eram fundamentais para dar continuidade às atividades²³⁷.

Havia momentos em que o número de operários era insatisfatório para manter o ritmo dos trabalhos. Em outra missiva, Gallucio reclama ao governador sobre isso, informando-o que os “trabalhadores empregados no lugar da obra, que entre índios, pretos e brancos nunca passam de oitenta”. Segundo o engenheiro, as escavações da muralha do terceiro baluarte já estavam adiantadas, mas o ritmo das obras do quarto baluarte tinha que ser diminuído por causa da escassez de operários. Gallucio finaliza a carta dizendo que, apesar dessas circunstâncias, o terreno já estava sendo preparado e que só faltava averiguar, com uma sonda, as reais condições do solo para determinar o tamanho exato das estacas que iriam nas fundações²³⁸.

²³⁴ BATISTA, A madeira e seus oficiais, 2021, p. 103.

²³⁵ APEP, cód. 144, doc. 0097. 12 de mar. 1764) [Acervo Digitalizado].

²³⁶ APEP, cód. 144, doc. 0095. 08 de mar. 1764) [Acervo Digitalizado].

²³⁷ APEP, cód. 150, doc. 0205. 15 de mar. 1765) [Acervo Digitalizado].

²³⁸ APEP, cód. 150, doc. 0203 (9 mar. 1765) [Acervo Digitalizado].

Com esse panorama social multifacetado, quanto ao mundo do trabalho, a vila e o forte de Macapá estavam situados, como já apontamos, na região estratégica da foz do rio Amazonas. Em razão dessa posição geoestratégica e ao passo em que a construção do forte avançava, a região passou a ter também um aumento gradual de sua guarnição militar. Segundo as fontes, apesar desta presença de militares, as autoridades locais apontaram que faltaram homens para garantir a proteção do local.

Relação dos oficiais e soldados que se acham nesta praça de São José de Macapá		
*	Sargento Pedro Banha de Almeida	Em pedido p ^a . Almojarifado da Fazenda
*	Tambor Guilherme do Val	
01	Cabo Domingos Martins	
02	Cabo Manuel Ferreira Dourado	
03	Manoel da Silva Rabelo	
04	João Antunes	
05	Manoel Pimentel	
06	Antônio Gonçalves	Em pedido por sangrador do Hospital desta vila
07	Antônio Antunes	
08	José Coelho de M ^{sa} (Mendonça)	Em diligência resgatando farinha
09	Bonifácio Martins	Em diligência resgatando farinha
10	Pascacio Rodrigues	
11	Roque Lourenço	
12	Pedro de Almeida	
13	Manoel Martins Carrillo	
14	Joaquim Manoel de Souza	Em pedido por Mestre de meninos desta vila
15	Bento José Barbosa	
16	João Nunes	
17	Alexandre Fr ^a . (Ferreira)	
18	Leonardo José Fr ^a . (Ferreira)	
19	Martinho Lourenço	Com licença p ^a cidade (Belém)
20	Manoel Caetano Botelho	Em pedido por Mestre de meninos de Santa Anna
21	Manoel Rodrigues	
22	José Deny	
23	Francisco Gonçalves	
24	José Francisco	
25	Antônio Marques	
26	Francisco da Costa	Desfalcado no lugar de Santa Anna
27	Pascoal Carreira	
28	Sebastião Antônio	Em pedido para pedreira das obras desta vila
29	Ignacio Coelho de Mirelly	O Sargento Mor, Comandante Luis Fagundes Machado

Quadro 3: Como nesse contexto não havia uma padronização na escrita dos nomes, muitos dos quais foram reescritos com base na sua escrita atual outros mantidos. Fonte: APEP, cód. 98, doc. 0063 (s/d) [Acervo Digitalizado].

De fato, a documentação nos possibilita compreender o traquejo de certos desses militares. Em outubro de 1752, constituía-se o regimento de infantaria que foi deslocado para a fortaleza de Macapá. De acordo com o alvará do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, após a consulta do Conselho Ultramarino, houve a criação de dois regimentos, dos quais um ficaria na cidade do Pará (Belém) e outro iria para o forte de Macapá. Os referidos regimentos seriam compostos por dez companhias com cinquenta soldados sem patentes (quinhentos homens), com oficiais superiores e menores, um capelão e um cirurgião. Com esta medida, a Coroa portuguesa completou seu plano de proteger as vilas na calha amazônica. As mais estratégicas, como Parú, Gurupá, Pauxis, Tapajós e Rio Negro, até tinham fortificações com mais guarnições²³⁹.

No final de 1762, o cabo Manoel Ferreira Dourado fixou as ordens no quadro de avisos do corpo de guardas. Havia uma série de procedimentos que os guardas do reduto deveriam seguir, desde a postura que o sentinela deveria adotar na troca de posto até a averiguação do armamento feita pelo oficial. No reduto do forte tinha duas guaritas, uma direcionada para o mar, com vista panorâmica da costa litorânea, cujo sentinela recebeu ordens para ficar atento ao tráfego de barcos que passavam por ali, e isso tanto pela manhã quanto no turno da noite. A outra guarita estava em direção à praça. Nesse caso, o soldado em guarda deveria observar o fosso da fortaleza, pois era proibida a circulação de pessoas ali, a não ser que fosse operário²⁴⁰.

No início dos anos 1760, Luis Fagundes Machado, sargento-mor e comandante, emitiu uma lista (Quadro 3), na qual constavam os nomes dos oficiais e soldados que se encontravam na praça de Macapá. Nesta relação, consta que certos soldados, como José Mendonça e Bonifácio Martins, estavam em viagem “resgatando farinhas”, ou seja, eles aportavam em algumas vilas para buscar farinha. É notório nas fontes que a vila de Macapá demandava um corpo militar com uma quantidade adequada de soldados que pudesse conter uma possível ofensiva de uma nação inimiga, preocupação frequente nas cartas das autoridades.

A exemplo disso, Nuno Varona encaminhou ao sucessor de Manuel Bernardo de Mello e Castro, o governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive²⁴¹, um ofício no qual ele destaca o número diminuto de soldados (Quadro 4). O coronel ressalta que a tropa é empregada em “diferentes destinos” da praça, mas dispõe de um quantitativo inferior, pois “carece dos serviços de um oficial, cinco sargentos, um tambor e quarenta soldados”. Varona completa ainda que a

²³⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 33, doc. 3148 (14 nov. 1752), fl. 1-6.

²⁴⁰ APEP, cód. 98, doc. 0111-0126 (14 nov. 1762) [Acervo Digitalizado].

²⁴¹ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

praça precisaria de cento e vinte soldados, quinze sargentos, além de oito soldados que ficariam nos portos e nos furos do rio Curiaú²⁴²

Mapa da Força da Tropa dos dois Regimentos de Mendonça e Varona que se acha destacado na Praça de São José de Macapá									
...	Capitães	Tenentes	Alferes	Sarg. de N ^o	Sarg.	Tambores	Cabos de Esq.	Soldados	total
Regimento de Mendonça	4	2	2	2	1	2	6	68	87
Regimento de Varona	.	2	1	2	.	1	4	41	51
Somas	4	4	3	4	1	3	10	109	138
Em pedido na Fortificação	2	.	1	.	1	.	8	32	44
No destacamento dos Poções	1	.	.	1	.	.	.	4	6
No destacamento do Curiaú	.	1	1	4	6
No serviço da Praça	1	3	2	3	.	3	1	69	82

Quadro 4: Relação do número de soldados de dois regimentos. Fonte: APEP, cód. 174, doc. 0053 (4 fev. 1767) [Acervo Digitalizado].

No documento, é perceptível o receio do coronel da praça frente à quantidade diminuta de militares sob seu comando e do quanto isso poderia deixar fragilizada a defesa do território. Mas, além dessa preocupação, outra gerava certa tensão entre as autoridades. Ela diz respeito ao abandono dos postos pelos próprios soldados²⁴³. Sobre essa questão, Nuno Varona participa ao seu superior que seis soldados tinham desertado de seus postos. Destes, quatro eram das obras do forte e dois estavam de vigia na guarita do rio Curiaú. Os referidos soldados pegaram a canoa de um morador e saíram pelo dito rio²⁴⁴.

²⁴² APEP, cód. 174, doc. 0051 (4 fev. 1767) [Acervo Digitalizado].

²⁴³ Em relação a esses abandonos, segundo Shirley Nogueira, as deserções poderiam acontecer, sobretudo, por causa da separação entre o militar e sua família. Isso acontecia quando o destacamento militar se deslocava pelo território amazônico. Ver NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Mais histórias de desertores: fuga de militares no Xingu e Tapajós (1773-1823). In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)*. Belém: Editora da UFPA. 2008, p. 75-95. Em outra análise, Flávio Gomes e Shirley Nogueira destacam as péssimas condições da tropa, outro motivo que levava os militares a desertarem. Ver GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras paisagens coloniais: notas sobre deserções militares na Amazônia setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999, p. 215-217. No tocante à mobilidade de militares na Capitania do Grão-Pará, sublinhamos a importância do trabalho de Wania Alexandrino sobre o tema. Ver VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: CRV, 2016, p. 118-125.

²⁴⁴ APEP, cód. 150, doc. 0167. 26 de fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

2.3 – Remuneração e Gastos

A política referente ao Cabo do Norte se configurou no quadro de um processo colonizador pautada na visão iluminista. A efetivação dessa conjuntura gerou custos para a metrópole lusa. Se as despesas foram certamente menores no setor econômico²⁴⁵, elas foram consideráveis nos campos da ocupação e proteção do vale amazônico, com foco na região do delta²⁴⁶. Por isso, uma das preocupações da Coroa, em meados do século XVIII, foi o aperfeiçoamento da estrutura fazendária que administrava esses custos.

Diante das fontes arroladas, notamos uma série de dados que se referem ao pagamento dos índios. Os vencimentos eram feitos pelo almoxarifado por ordem do Provedor da Fazenda Real. Não pretendemos fazer um estudo detalhado da gestão fazendária do Grão-Pará, pois isso nos afastaria do nosso objeto de análise, mas buscamos, primeiramente, compreender o funcionamento do almoxarifado e da Fazenda Real, além de entender melhor quem fazia a remuneração da mão de obra. Num segundo passo, averiguamos a relação desses vencimentos com as políticas indigenistas introduzidas pelo projeto pombalino²⁴⁷.

Em um panorama amplo, Francisco Falcon ressalta o funcionamento da administração lusitana, que abarca tanto instituições quanto funcionários. Os encargos desses últimos tiveram duas características importantes, sendo uma funcional e a outra geopolítica. A dimensão funcional compreendeu a administração (civil e militar), a justiça (punitiva e deliberativa), as finanças (fazenda) e a pastoral (religião). No tocante à dinâmica geopolítica ou espacial, ela é subdividida em três instâncias: superior (geral), intermediária (regional) e inferior (local). Essa subdivisão se estabeleceu em Governo Geral, Capitânicas e Vilas e Lugares. Em suma, toda essa estrutura nos faz entender o funcionamento da administração portuguesa e sua rotina no cotidiano do Estado do Grão-Pará e Maranhão²⁴⁸.

²⁴⁵ No tocante a esse campo, Rafael Chamboleyron pontua que, no século XVII, a matriz do desenvolvimento econômico da Amazônia está relacionada com a agricultura e o extrativismo das drogas do sertão. Ver CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p.121-169. Em meados do século XVIII, Antonio Sampaio destaca que a conjuntura econômica da colônia passou por um processo de transformação e reestruturação a partir da criação das companhias de comércio. Com efeito, houve o crescimento de investidores no comércio transoceânico. Ver SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 31-58.

²⁴⁶ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

²⁴⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 107-133.

²⁴⁸ FALCON, Francisco José Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª ed. São Paulo: Edusp/Unesp, 2001, p. 227-244.

No que concerne à dimensão da administração das finanças no contexto das reformas pombalinas, trata-se de uma fase de aperfeiçoamento do sistema, conforme sugere Graça Salgado. Segundo a autora, as estruturas do erário régio, em meados do século XVIII, “estavam mais bem-equipados para agilizar a arrecadação e, assim, promover a eficácia do aparelho fiscal, finalidade perseguida durante a gestão do marquês de Pombal”²⁴⁹. Embora a autora enfatize a administração nas minas de ouro, fiscalizando os lucros, no Estado do Grão-Pará e Maranhão não foi diferente, haja vista que, a administração fazendária fomentou a economia da região. Afinal, ela supervisionou, na pessoa do Provedor²⁵⁰, o comércio transoceânico, os rendimentos provenientes da agricultura e do extrativismo, os procedimentos da exportação das drogas do sertão e, de forma criteriosa, a arrecadação dos dízimos e tributos das vilas.

No que se refere às remunerações e gastos nas obras da fortificação, o agente colonial responsável pela administração orçamentária da praça de Macapá, era o almoxarife local. Este, por sua vez, dependia do controle financeiro ao Provedor da Fazenda Real da Capitania do Pará. O funcionamento da Fazenda Real realizou, em contato com os capitães-mores, comandantes de fortes e diretores das povoações, a arrecadação dos dízimos, autorizou o pagamento da mão de obra nativa e supervisionou as trocas e transações comerciais, inclusive a exportação, que se faziam no porto de Belém²⁵¹.

A respeito dessa situação, em uma carta ao governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, Nuno Varona ressalta o recebimento de 15 mil réis, alegando que este valor não é o suficiente para custear o pagamento dos oficiais e trabalhadores brancos²⁵². Valores dessa amplitude foram comuns durante a construção da fortaleza. Em geral, as quantias serviam para

²⁴⁹ SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 83-95. Em outra análise a respeito do assunto, Jorge Caldeira enfatiza a transição das políticas fiscais executadas por Portugal no reinado de D. João V. e, posteriormente, as políticas implementadas por D. José, na figura do seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo. Ver CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza do Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017, p. 142-149.

²⁵⁰ No entendimento de Heloísa Belloto, “os Provedores a quem cabia organizar as alfândegas para o recebimento das dizimas, redizimas e outros tributos, ademais de toda a ordenação da Fazenda Real e dos pagamentos das despesas, lavrando os livros respectivos e tratando das contas e envios de numerário, antes da sedimentação deste trabalho por parte das Juntas da Fazenda”. Os Provedores detinham um cargo de distinção e autoridade, mas existiam outros funcionários alfandegários sob suas ordens como o almotacé, o almoxarife, recebedores, cobradores e tesoureiros. Ver BELLOTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *O Império Luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 261-300.

²⁵¹ É oportuno destacar o trabalho de SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Política e administração na Amazônia colonial: regimentos e instruções para o governo das capitanias do Pará e do Maranhão (séculos XVII e XVIII). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 11 n. 2, p. 42-69, ago./dez. 2018. Nesse artigo, Fabiano dos Santos ressalta a transcrição do documento “Regimento dos Capitães-mores do Pará (1669)”. Nessa fonte, o ponto 5 trata da relação entre os capitães-mores e o provedor da fazenda real. Em resumo, o provedor deveria administrar com cuidado e diligência a arrematação dos dízimos para as rendas reais. Ver *ibid.*, p. 55.

²⁵² APEP, cód. 153, doc. 0041 (21 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

pagar a mão de obra e subsidiar os consertos e viagens das canoas. A exemplo disso, podemos apontar o pedido do sargento de esquadra, Manoel Antonio de Oliveira Pantoja e do cabo Luiz Antonio ao comandante Varona, que solicitaram pano para as velas e farinha, além do pagamento dos índios da equipagem²⁵³. Em seguida, o coronel pede agilidade quanto ao tratamento da solicitação, pois a canoa dos oficiais Pantoja e Antonio tinha o papel de monitorar o litoral da praça de Macapá²⁵⁴. Aliás, a carta de Varona nos faz ir além, pois ela diz respeito ao pagamento dos índios que trabalhavam na guarnição e à obtenção de alimentos básicos como a farinha. Logo, a ausência dessas duas condições fundamentais, isto é, remuneração e subsistência, poderia causar fugas, sobretudo em momentos quando a canoa atracasse em algum porto isolado, ou até mesmo motins.

Tais ações indígenas são aludidas na missiva enviada ao Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real. Nela se evoca, com certa sutileza, a potencial subversão indígena. Ou seja, quando algo saía do planejado, o desembarque da canoa demorava no porto ou havia atrasos no pagamento dos índios remadores, os índios ficavam insatisfeitos e deixavam a esquipação, fugindo para as matas. Em suma, essa forma de se rebelar, mesmo que seja de forma sutil, foi algo corriqueiro nas vilas e nos portos coloniais. Obviamente, essas fugas causavam sérios prejuízos, segundo pontuam as autoridades²⁵⁵.

Sobre o pagamento dos índios, constatamos uma breve referência nas “Instruções Régias, Públicas e Secretas”, documento este que orientou Francisco Xavier de Mendonça Furtado nas suas tomadas de decisões nos primeiros anos de seu governo. Relativo a tais ordens reais, podemos frisar o décimo parágrafo que elucida as disposições quanto à liberdade e ao pagamento dos salários dos índios, apresentada como medida que serviria como “estímulo ao trabalho”. Portanto, tal instrumento normativo destaca a relevância de se fazer o pagamento da mão de obra indígena. Poucos anos depois, a obrigatoriedade da remuneração foi se afirmada com a promulgação do Diretório dos Índios, em maio de 1757²⁵⁶.

Convém apontar que o Diretório reitera a lei de junho de 1755, que proibiu a escravidão indígena e declarou os índios aldeados livres da tutela dos religiosos. Ambas as

²⁵³ APEP, cód. 153, doc. 0053 (22 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

²⁵⁴ APEP, cód. 153, doc. 0053 (22 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

²⁵⁵ “Carta a Diogo de Mendonça sobre a conduta das Religiões [ordens religiosas], em relação aos índios que deviam fornecer para os serviços do governo” (19 out. 1753). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Tomo 1, 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 525-526.

²⁵⁶ “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão” (31 mai. 1761). In: MENDONÇA, *A Amazônia na era pombalina*, tom. 1, p. 67-80.

medidas, a Lei da Liberdade e o Diretório dos Índios, constituem a base da política indigenista de Pombal²⁵⁷. Ela também impactou, de forma mais ampla, no projeto geral que englobava a economia, a “civilização” e a expansão lusitana no vale amazônico²⁵⁸. De fato, os índios que exerciam algum ofício ou prestavam serviços a moradores, missionários ou autoridades coloniais, deveriam receber seus pagamentos²⁵⁹. Os meios de remuneração mais comuns eram: varas de pano, sal, farinha, salsaparrilha, ou cacau, mas ela também poderia ser feita em moedas metálicas ou simples objetos de uso cotidiano (anzóis, facas, machados).

Nesse cenário, John Hemming, frisa que a liberdade dos indígenas foi, como a questão do pagamento de salário também, um argumento improcedente apresentado no contexto dos atritos entre os reformadores pombalinos e a os padres da Companhia de Jesus. É verdade que essa conjuntura possibilitava aos indígenas a escolha de servir a quem quisesse. No entanto, como pontua Hemming, essa liberdade dos índios beneficiava mais à Coroa lusitana do que aos moradores da região. Segundo o autor, a maioria dos moradores não tinha condições financeiras de pagar a mão de obra indígena²⁶⁰.

Em um quadro transoceânico da época, Antonio Sampaio ressalta que essa forma de remuneração foi pontual, ou seja, as “moedas substitutas” foram um “meio de pagamento alternativo”. Com isso, tratou-se, portanto, de uma forma de pagamento que não era medida por um cálculo baseado em uma unidade monetária, como era costume para outras transações na segunda metade do Setecentos. Assim, segundo Sampaio, não era possível trocar uma propriedade, por exemplo, um engenho, por uma quantidade específica de arroba de açúcar²⁶¹.

Quanto às remunerações na praça de Macapá rastreamos nas fontes três formas de pagamento: em gêneros, como peixe seco ou farinha de mandioca; em rolos de pano ou tecidos (isso fica explícito abaixo no Quadro 5) e em moedas, algo que se intensificou ao longo dos anos da segunda metade do século XVIII. Antes disso, esse tipo de pagamento era feito raramente, pois a circulação de moedas metálicas ainda era restrita (ver Quadro 7, Anexo).

²⁵⁷ ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 611-626, jul./set. 2018; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, p. 115-131.

²⁵⁸ COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. A lei do Diretório dos Índios (1757-1798). In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 130-144.

²⁵⁹ DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos*, 2000, p. 182.

²⁶⁰ O autor fala em “falsa liberdade”. Ver HEMMING, John. *Fronteira Amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 29-47.

²⁶¹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Economia, moeda e comércio: uma análise preliminar do banco de dados. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 276.

Relação dos gêneros necessários para o pagamento dos Índios que trabalham na obra da Fortificação da vila de S. José de Macapá

Quarenta rolos de pano de algodão
 Dez paus de pano de linho
 Treze paus de riscadilho de Hamburgo
 Um pau de tafetá carmesim
 Quatro paus de Olanda [Holanda] Coroa de Hamburgo
 Um pau de droguete preto
 Quatro paus de [não identificável] listrada
 Três dúzias de chapéus
 Dez dúzias de facas
 Dez dúzias de louça branca
 Quatro paus de fita de cores de três dedos de largura
 Dois maços de linhas
 Seis papéis de agulha
 Três paus de cré
 Três paus de liagem [tecido]
 Meia libra de retros azul, e carmesim.

Quadro 5: Relação de Pagamentos dos índios. Fonte. APEP, cód. 153, doc. 0091 (s/d) [Acervo Digitalizado].

Na relação acima podemos identificar uma expressiva quantidade de tecidos e fios para costurar, além de louças, facas e chapéus. Nota-se que no próprio cabeçalho do documento se aponta que tais gêneros eram necessários para o pagamento dos índios. Trata-se de objetos que foram introduzidos no cotidiano indígena e que, na visão do não índio, podem ser considerados como supérfluos ou “bugigangas”. Mas para os indígenas, os utensílios tiveram importância prática e simbólica, sendo adaptados a seu modo de vida. Na percepção de Catherine Howard, as mercadorias para os índios passaram por um processo de domesticação e “essas formas cotidianas de resistência tão sutis e disfarçadas, muitas vezes escapam à observação não apenas dos colonizadores, mas também dos estudiosos da situação de contato interétnico”²⁶².

Nessa relação entre indígenas e não indígenas ocorre uma troca, pois, na medida em que os índios “cedem” a sua mão de obra, eles, por sua vez, passam a receber bens materiais. Mas, no interior dessa relação interétnica, como destaca Howard, as populações indígenas buscam, de algum modo, formas de driblar e procuram jeitos para subverter a seu favor a dominação²⁶³. Nessa linha de raciocínio, John Monteiro sublinha que, nas relações de trocas e

²⁶² HOWARD, Catherine Vaughan. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce (org.). *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 25-60. Sobre as trocas simbólicas, destacamos o livro “Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX”, da autoria de Márcio Couto Henrique. O quarto capítulo, “Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões”, consiste em uma abordagem a respeito das dimensões simbólicas que se fazem presentes no comércio e nas negociações entre índios e regatões no rio Tapajós. Ver HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira, nem Pombal: Índios na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 167-217.

²⁶³ HOWARD, A domesticação das mercadorias, 2002, p. 27-28.

alianças entre indígenas e europeus, as populações indígenas buscavam vantagens nessas aproximações, seja para fortalecer a luta contra seus inimigos, seja para obter ferramentas²⁶⁴.

As moedas metálicas foram uma outra forma relativamente rara de efetuar o pagamento dos indígenas. No tocante à circulação das moedas, Alam Lima é categórico ao apontar que, na primeira metade do século XVIII, ocorreu o processo de substituição da moeda natural pela moeda metálica²⁶⁵. Todavia, esta não foi predominante, porque após a segunda metade do Setecentos, como pudemos perceber no quadro acima, os indígenas ainda recebiam seus proventos em moedas naturais e “bugingangas”. No entanto, a opção de pagar em moeda metálica tornou-se cada vez mais comum; principalmente após a aplicação do Diretório dos Índios, a partir de agosto 1758, quando, gradativamente, os serviços prestados pela população indígena são remunerados desta forma.

Acerca disso, o provedor Manuel Gonçalves Mininéa²⁶⁶, juntamente com o escrivão Antônio José Picanço, ambos da Fazenda Real, assinam a folha de pagamento dos índios trabalhadores do forte referente ao mês de junho de 1766²⁶⁷. Nesta relação podemos constatar inúmeros nomes de índios, provenientes de diferentes vilas e lugares, e seus vencimentos no valor de 1\$200, na grande maioria. Dentre as vilas que mais tinham índios na folha eram: Pombal, Pinhel, Santarém, Almeirim, Lugar de Outeiro, Melgaço, Veiros, Faro, Alenquer e Beja. Todavia, nem todos recebiam o mesmo valor, pois, os que recebiam menos, tiveram menos dias trabalhados. Exemplo disso são os índios Patrício José e Francisco Mendes, ambos de Pinhel, que trabalharam seis dias e receberam \$240, ou o índio Luiz Antônio da vila de Pombal, que trabalhou apenas dois dias e recebeu \$080. De fato, a folha de pagamento aponta que os indígenas recebiam, naquele ano de 1766, uma diária de \$040 réis²⁶⁸.

Continuando, a fonte não deixa explícita a razão pela qual alguns índios trabalhem poucos dias, mas, a partir de um indício, podemos supor os motivos. De fato, alguns nomes estão marcados com o termo “calcetas”, o que indica que tais índios estavam de castigo, pois deveriam ter fugido ou causado algum problema. Assim, o índio Sebastião Pinto, da vila de

²⁶⁴ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 29-35.

²⁶⁵ LIMA, Alam José da Silva. Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). In: FIGUEIREDO, Aldrin de Moura; ALVES, Moema Bacelar (orgs.). *Tesouros da memória: história e patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda – Gerência Regional de Administração no Pará, Museu de Arte de Belém, 2009, p. 29-44.

²⁶⁶ Manuel Mininéa foi alferes da praça de Mazagão, território marroquino, mas em 1763, foi transferido para a praça de Macapá com a finalidade de ocupar o posto de capitão de infantaria da guarnição. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 54, doc. 4910 (1 abr. 1763), fl. 1-3.

²⁶⁷ Ver Anexo (Quadro 7), intitulado: “Cópia da folha de pagamento aos Índios Trabalhadores da Obra da Fortificação da vila de São José do Macapá de primeiro ao 30 de junho de 1766”.

²⁶⁸ APEP, cód. 168, doc. 0028-0036 (30 jun. 1766) [Acervo Físico].

Veiros, trabalhou 17 dias; Lino Loppes, da vila de Faro, esteve nas obras por 8 dias; Justino de Souza, da vila de Pombal, trabalhou 10 dias e Antônio Ricardo de Arrayolos só trabalhou 2 dias²⁶⁹. É provável que esses indígenas ou estavam cumprindo um castigo temporário, a ser cumprido nos canteiros, ou foram tirados, também temporariamente, do cárcere para ajudar a terminar algum serviço urgente. Fora os trabalhadores listados na relação, havia, sem dúvida, outros que não aparecem na documentação, realizando afazeres, cultivando suas roças em torno das vilas ou coletando determinadas drogas do sertão nas matas da região.

Pelo cuidado de remunerar os trabalhos realizados, percebe-se, implicitamente, o papel crucial que a mão de obra exercia no vale amazônico. De certo modo, os índios eram a força motriz do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Podemos apreender, nos procedimentos das autoridades, que os indígenas, tendo recebido o status jurídico de vassallos da Coroa, tiveram doravante uma posição oficialmente reconhecida na sociedade colonial da segunda metade do século XVIII, além de um certo valimento – como demonstram os pagamentos – quanto a seu papel relevante no desenvolvimento da região²⁷⁰.

Conclusão

Desde meados do século XVIII, vimos a praça de Macapá em um processo de transformação. No decorrer do capítulo, pudemos inferir e até responder algumas indagações que ainda não estavam esclarecidas ou se encontravam turvas na historiografia. De fato, a partir das análises das fontes e referências teóricas, compreendemos melhor essa conjuntura e os locais de origem de inúmeros indígenas e africanos que atuaram direta e indiretamente nas obras. Deste modo, conseguimos mapear as vilas que remetiam índios e os lugares de onde vinham os africanos escravizados por meio do comércio transoceânico.

Além disso, nos atemos a entender às diferentes táticas e estratégias que esses sujeitos realizavam para se esquivarem das arbitrariedades das autoridades coloniais. Dentre elas, as fugas foram as mais frequentes, ou, no caso das índias farinheiras, a paralização dos trabalhos. Como vimos, as indígenas deixaram de fazer farinhas porque não queriam mais rolos de pano, negociando a remuneração ansiando outros utensílios. Convém também evocar os casos dos índios Patrício José e Francisco Mendes, originários da vila de Pinhel, e Luís Antonio,

²⁶⁹ APEP, cód. 168, doc. 0028-0036 (30 jun. 1766) [Acervo Físico].

²⁷⁰ SOUZA JUNIOR, José Alves de. As reformas pombalinas e a lei de liberdade dos índios de 1755. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 116-129.

proveniente da vila de Pombal, que adotaram outro ritmo de trabalho, ou seja, pressupomos que só apareciam nos canteiros das obras quando lhes era conveniente.

Nesse ponto de vista, José Alves de Souza Junior salienta a resistência indígena e de como os índios reagiram quando eram submetidos a condições que lhes eram desfavoráveis. Nessa ótica, de acordo com o autor, muitos desses indígenas desenvolviam “redes de solidariedade”²⁷¹ e, em outros casos, acordavam alianças entre si, inclusive combinando fugas com africanos escravizados. Outro modo de reação adotado pelos índios, conforme mostram as fontes, foi o consumo de álcool aos domingos e feriados (dias santos) na tentativa de se distrair naquele ambiente ritmado pelo trabalho árduo. No entanto, de acordo com as autoridades, as “bebedeiras” causavam sérios danos ao andamento das obras, pois nas segundas-feiras, uma parcela dos índios costumava faltar ao trabalho²⁷².

²⁷¹SOUZA JUNIOR, *Tramas do cotidiano*, 2012, p. 277.

²⁷²APEP, cód. 150, doc. 0549 (25 jun. 1765) [Acervo Digitalizado].

Capítulo III

Do porto à botica: a vida cotidiana em torno do Forte

A vida que girava em torno do forte foi muito além dos canteiros em si, estendendo-se à região da foz do rio Amazonas. Houve uma profunda relação com as atividades desenvolvidas em determinadas vilas do sertão amazônico, envolvendo inúmeros indivíduos e grupos sociais com o forte, mesmo não vivendo na praça de Macapá. O objetivo deste capítulo é compreender de que maneira tais sujeitos firmaram estratégias, experiências e como funcionava a rede que se formou entre estas vilas e as obras em Macapá.

Inicialmente, acreditávamos que os fatores que envolviam a construção da fortaleza, como o contingente de operários, as vilas circunvizinhas e a própria política lusitana, fosse algo relativamente estrito ao Cabo do Norte e à fronteira com Caiena. Contudo, quando ampliamos e avançamos a análise, foi possível constatar que essa rede era extensa e complexa. Percebemos a influência de diversas vilas e o quanto elas participavam ativamente na dinâmica das obras, no envio de provisões. Ao nos afastarmos de Macapá e enfocarmos o sertão amazônico, constatamos intensas atividades que se entrelaçavam, seja em torno da construção do forte, seja na manutenção econômica e na conservação estratégica do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Buscamos, neste capítulo, entender essas atividades longe das obras a partir de três dimensões. A primeira diz respeito ao trato com os alimentos, ou seja, a produção da farinha, a pesca e o plantio de cereais. Quanto à segunda, nos atemos às doenças que se propagaram na região e como as moléstias influenciaram as tomadas de decisões de diferentes grupos sociais que atuavam nas obras. Na terceira dimensão, nosso olhar se volta para as vilas e os mocambos e de como esses recintos puderam ser úteis para uma massa de sujeitos que se juntavam longe da mira dos agentes coloniais, lugares onde se acentuava a resistência e se buscava amparo.

Vamos ficar atentos à presença de mulheres com agentes ativas nas trocas de experiências, no convívio e nas relações sociais que se firmaram nesses espaços. De fato, em certos lugares tinha mulheres indígenas à frente de determinados afazeres, essenciais para a manutenção e organização do próprio quadro e, também, o dos colonizadores.

3.1 – Roças e campos

Nos primeiros anos de colonização em Macapá, as redes de abastecimento eram parcas e havia uma iminente carência de alimentos, isso provocava apreensões nas autoridades locais. Entre os anos de 1750 a 1760, durante as levadas migratórias de povoadores brancos, militares, mestiços, indígenas e negros à vila, entre as inquietações do comandante da praça, além de resguardar a região, estava o fomento de áreas cultiváveis.

A região, apesar de seu potencial para grandes plantações de grãos e uma disponibilidade farta de terras aráveis, carecia, naquele momento inicial, de mão de obra e de rotas que favoreciam o escoamento da produção. Por isso, a saída de alimentos dos sertões em torno de Macapá averiguou ser difícil. A vinda de canoas com provimentos de vilas adjacentes parecia mais viável. Mas, aos poucos, as roças e os campos passaram a produzir grãos para o sustento dos moradores, além de mandioca, abóbora, cacau e arroz.

Com o tempo, os trapiches da vila de Macapá se tornaram lugares de expressiva movimentação. Esta se intensificou com o fluxo contínuo de diversas pessoas, inclusive “ilhéus”. Nos primórdios da vila, em dezembro de 1751, o capitão-mor João Batista de Oliveira, carregava consigo as instruções que versavam em manter a conciliação entre os colonos e, principalmente, “persuadir e obrigar a esta gente ao trabalho e cultivo das terras”²⁷³. Neste primeiro momento, os povoadores deveriam buscar meios para se sustentar, entre os quais estão cuidar da terra, plantar e colher.

Nesse contexto, Nírvia Ravena pontua que o Estado português impulsionou mudanças em relação ao abastecimento. O que antes se produzia, em grande parte, sob a gerência das ordens religiosas, vai ficar, a partir de 1751, sob o estrito controle das autoridades da Coroa. Mas, a autora acentua que esse fomento vai ter um “caráter dúbio, contraditório e impositivo”, pois ao mesmo tempo em que o Estado incentiva o cultivo de alimentos para a subsistência, ele estimula o aumento da mão de obra na região. Com isso, cresceu também o número de indivíduos na região, o que incidiu diretamente na escassez de alimentos²⁷⁴.

Como explica Nírvia Ravena, o dia a dia dos primeiros colonos foi regido por dificuldades e desafios no novo ambiente, mas as circunstâncias mostravam que eles deveriam desenvolver certa autonomia, sobretudo, no que se refere a produção e disponibilização de

²⁷³ “Instrução que levou o capitão-mor João Batista de Oliveira quando foi estabelecer a nova vila de São José de Macapá” (18 dez. 1751). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Tomo 1. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 171-174.

²⁷⁴ RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

alimentos²⁷⁵. Por conseguinte, os moradores prepararam em suas terras pequenos e médios roçados para suprir as suas necessidades e, por esse meio, promoveram economicamente a região. É nesse momento que, gradativamente, podemos perceber a variedade de roças, com mandioca e arroz, surgindo em Macapá e nas vilas próximas.

É importante apontar que, paulatinamente, a praça de Macapá passou a concentrar e consolidar circuitos de trocas e abastecimento de gêneros entre as localidades que a circundavam. Vilas relativamente próximas, como Santana, Gurupá, Portel, Soure e Salvaterra, encaminhavam à praça, por meio das embarcações, mantimentos em paneiros feitos de palha e cobertos com folhas de bananeira. Em seguida, outras vilas entraram nesse circuito de provimentos. Os principais alimentos que faziam parte dessa rede eram: carne bovina, farinha de mandioca e peixe seco. Ainda que esses fossem os produtos de maior frequência, havia outros, como sal²⁷⁶, manteiga à base de ovos de tartaruga, carne de peixe-boi, aves, cacau e arroz. Mais adiante, dedicaremos certa atenção ao plantio desse último gênero.

Com relação ao abastecimento, houve a introdução sistemática de cabeças de gado *vacum* nos portos de Macapá, a maioria em proveniência das fazendas do Marajó²⁷⁷. O coronel Nuno Varona realça, em carta ao governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, que chegaram ao porto cinco canoas com 107 bois que foram diretamente para o açougue, para serem cortados nos dias seguintes. De acordo com Varona, o desembargador e ouvidor-geral o havia avisado que lhe socorresse com peixe ou carne para os próximos 15 dias, para o suprimento das 60 pessoas que estavam assentadas na nova povoação²⁷⁸.

Acerca da carne bovina, esse alimento passou a ser um item essencial no sustento dos moradores da vila e das povoações próximas. A criação e multiplicação do gado, que se destaca em vários documentos, é algo que chama nossa atenção. De fato, a falta de bezerros influenciava

²⁷⁵ RAVENA, O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará, 1998, p. 53-91.

²⁷⁶ A respeito de uma análise mais aprofundada sobre o assunto, porém, recuada no recorte temporal, ressaltamos o trabalho de Marina Hungria Nobre. Ver NOBRE, Marina Hungria. “O remédio de todo aquele povo do Pará”: trabalho indígena e os contratos do sal e do peixe no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1681-1730). In: SOUZA JÚNIOR, José Alves de; MAIA, Lívia Lariça Silva Forte (orgs.). *O mundo do trabalho na Amazônia colonial*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 75-92.

²⁷⁷ Serafim Leite é enfático ao dizer que o “Marajó é famosa indústria pastoril”. Em meados do século XVII, muitas das fazendas eram administradas pelos jesuítas. Nas redondezas havia várias campinas, ideais para a criação de novilhos, equinos e suínos. De acordo com Leite, no ano de 1759, conforme demonstra o inventário dos bens jesuíticos, havia nos currais da Fazenda Marajó cerca de 2.550 cabeças de gado *vacum*, 72 cavalos de serviço, 8 éguas com filhotes e ainda se mantinha no criadouro 20 cabeças de porco. Ainda ressalta o autor que na região de Arari havia várias fazendas que, juntas, reuniam cerca de 48 a 50 mil cabeças de gado, uns 160 cavalos e 45 éguas. Podemos constatar que os currais que abasteciam a praça de Macapá estavam estabelecidos nessas antigas fazendas dos religiosos na ilha do Marajó, ainda que os nomes das referidas fazendas que remetiam gado para o Cabo do Norte tenham sido modificados no contexto das reformas pombalinas. Ver o item “Ilha de Joanes ou Marajó” em LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1943, p. 235-252.

²⁷⁸ APEP, cód. 150, doc. 0487 (2 jun. 1765) [Acervo Digitalizado].

nas relações sociais dentro da vila e na própria dieta dos moradores. Em carta enviada ao secretário do Ultramar Mendonça Furtado, o governador Manuel de Melo e Castro frisa a importância da manutenção do açougue na região, pois entende que sem este espaço para cuidar do processo do abate e da distribuição da carne, a vila poderia sofrer com “grandes danos”²⁷⁹.

Com efeito, em junho de 1760, Mendonça Furtado teria mandado fechar o açougue porque estava diminuindo o gado para o abate. Não obstante, em abril de 1761, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro respondeu que não cumpriu a ordem de fechar o matadouro, porque afetaria o sustento dos moradores e a própria dinâmica da vila. A justificativa foi que, se ele fechasse o açougue, a vila iria se sustentar com pouco alimento e, para suprir a demanda, os moradores teriam que se embrenhar nos matos de quatro em quatro meses para conseguirem, ao menos, carne de caça²⁸⁰.

O governador ainda argumenta que o abatedouro dos bois não tinha prejudicado o desenvolvimento do rebanho, tampouco a procriação dos animais. Na realidade, o gado havia aumentado, porque aqueles moradores que tinham algum meio, encomendavam gado vacum diretamente no Marajó para o seu sustento. Entretanto, aqueles povoadores que não tinham as mesmas condições iriam ser prejudicados com o possível fechamento do açougue, o que poderia implicar diretamente nos trabalhos que estavam sendo executados na vila. Além disso, eles se veriam obrigados a passar o ano todo com um mínimo para o sustento, comendo abóboras²⁸¹.

A ilha do Marajó foi uma das principais regiões que fornecia bois para a vila de Macapá. Apresentava-se, no início dos anos 1760, um fluxo indispensável no abastecimento de carne bovina para a região. Certa vez, o coronel Antônio Salgado perguntou ao cafuzo Manoel, como ele tinha amansado e metido no carro os bois que tinham vindo do Marajó, pois se tratava de animais bravos. Manuel disse que foi difícil, mas que, aos poucos, foi amansando os animais, atrelando-os nas carroças. Por fim, Salgado enfatiza que no início de junho de 1765, o cabo de esquadra, Valadão, chegou com 26 bois, e que só não foi possível distribuir o gado naquele mesmo dia, porque a única canoa que estava disponível não iria suportar carregá-los²⁸².

Em 8 de fevereiro de 1765, Varona advertiu o governador acerca da dificuldade do abastecimento, em especial, sobre o atraso da entrega do gado. Os animais ainda não tinham chegado, embora o desembargador e ouvidor geral tivesse confirmado sua vinda até o início de fevereiro. Naquele impasse, Varona informou que, no armazém, se encontravam mais de 300

²⁷⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 51, doc. 4625 (15 out. 1761), fl. 1-2.

²⁸⁰ AHU, Avulsos Pará, cx. 48, doc. 4433 (22 abr. 1761), fl. 1-5.

²⁸¹ AHU, Avulsos Pará, cx. 48, doc. 4433 (22 abr. 1761), fl. 2.

²⁸² APEP, cód. 150, doc. 0499 (4 de jun. 1765) [Acervo Digitalizado].

arrobas de piracuí²⁸³ e peixe grosso, quantia que daria para 37 dias. Esses alimentos seriam divididos entre “militares, índios e 60 pretos”, e 18 índios que estavam no hospital. No tocante à farinha, Varona lamentou também que o barqueiro José Maria ainda não tinha chegado com os 60 paneiros que o comandante de Santarém havia remetido. Por sinal, este o teria avisado que, posteriormente, mandaria mais 200 cestos²⁸⁴. Esta carta do coronel de Macapá revela a precariedade do abastecimento devido à imprevisibilidade da chegada dos mantimentos.

Nota-se nas fontes que, para além da carne bovina, a ilha do Marajó foi provavelmente uma das regiões que mais manteve um fluxo contínuo de mantimentos rumo à praça de Macapá. Como foi averiguado acima, vastas áreas do arquipélago eram propícias para a criação de gado, que foi encaminhado para os portos ao norte da foz. Mas, vilas como Monsaras, Salvaterra e Monforte, enviaram também boa parte da sua produção pesqueira para a vila de Macapá²⁸⁵.

A dieta das povoações e vilas se pautava na combinação de proteínas e carboidratos. Em geral, havia a combinação de alimentos, tendo como exemplo: peixes, carne vermelha, ovos, frutos e mariscos do mar,²⁸⁶ que acompanhava farinha de mandioca, arroz e frutas. De preferência, a farinha, que era considerada um alimento vital tanto para as populações indígenas quanto para os colonos europeus e os escravizados africanos. Sua relevância se deve ao fato de ser um alimento secular, culturalmente bem enraizado e de acesso relativamente fácil²⁸⁷.

Segundo Berta Ribeiro, a domesticação sistemática da mandioca foi realizada, em um processo milenar, por grupos indígenas no oeste da bacia amazônica. Com o tempo o cultivo se espalhou para outros territórios da América. A mandioca, conforme acentua a autora, além de ser um alimento rico em amido, proporciona diversos subprodutos, o que aumenta seu consumo. As vantagens que planta fornece é que ela se adapta em solos pobres e, após a colheita, é possível estocar suas raízes por um longo período. Para finalizar, a autora destaca a importância das populações indígenas no trato da manipulação genética da planta. Sem sua domesticação diversificada não haveria a variedade de farinhas, beijos e bebidas fermentadas²⁸⁸.

²⁸³ Popularmente conhecido na Amazônia como “farinha de peixe”, feito de peixe desidratado e, em seguida, triturado e tostado.

²⁸⁴ APEP, cód. 150, doc. 0073 (8 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

²⁸⁵ APEP, cód. 151, doc. 0211 (7 fev. 1765); doc. 0283 (20 jan. 1765); doc. 0329 (20 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

²⁸⁶ Os mariscos mais comuns evocados na documentação são os *Sarnambi* (*Anomalocardia flexuosa*), uma espécie de moluscos, que servia como alimento dos nativos. Seu exoesqueleto, ao ser triturado, servia para fabricar a cal.

²⁸⁷ CRUZ, Roberto Borges da. A farinha de cada dia: apropriações e trocas alimentares na Amazônia colonial. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs.). *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 221-238; PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 381-418.

²⁸⁸ RIBEIRO, Berta. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 29-35.

No processo de produção da farinha, as mulheres foram as principais personagens. Elas, na lida diária, fabricaram grande parte dos alqueires de farinha de mandioca consumida pelos operários. Evidenciamos que a circulação dessas agentes se dava em um espaço às margens da construção da fortaleza. De fato, a roça ficava em num local relativamente distante dos redutos das obras, tratando-se, portanto, de lugar frequentado e, por vezes, liderado por mulheres. Em vista disso, entendemos que as índias farinheiras tiveram um papel fundamental na manutenção da dinâmica e na conjuntura social.

Nossa intenção é acentuar o papel destas mulheres nos espaços coloniais, visto que, em geral, as suas histórias foram deixadas na penumbra. Nessa perspectiva, Joan Scott nos lembra da importância de realçar, por meio das fontes, a figura da mulher na história²⁸⁹. Deste modo, inferimos que as índias farinheiras tiveram um destaque no contexto da colonização do vale amazônico, através dos seus conhecimentos no processo de feitura da farinha e do valor que este gênero tinha para as autoridades coloniais. Elas sabiam quanto tempo as raízes de mandioca deveriam ficar imersas nas águas dos rios ou igarapés, além de dominarem as demais etapas do preparo da farinha. Tudo isso fez com que tais índias fossem consideradas pelos colonos e elas, por sua vez, utilizaram desse subterfúgio para angariar utensílios e vantagens.

Em virtude da relevância que as mulheres tinham no trato da produção da farinha, as autoridades locais tentavam manter os acordos afirmados com elas. Em carta, o coronel Varona destaca a importância das “índias farinheiras” no desmanche das roças²⁹⁰ dos moradores, além do comércio da povoação de Santana, local de onde vinham alqueires de farinhas que sustentavam a praça de Macapá. Segundo Varona, os trabalhos de cerca de 40 índias influenciavam diretamente na distribuição do alimento-base, pois, dessa forma, não faltava farinha na praça e demais povoações vizinhas²⁹¹.

Os desempenhos das roçadeiras e cultivadoras de mandioca, para Nírvia Ravena e Rosa Marin, foram imprescindíveis para a manutenção das atividades na vila de Macapá e em outros espaços coloniais²⁹². Isso fica evidente quando cerca de vinte índias farinheiras das vilas

²⁸⁹ SCOTT, Joan Wallach. *Género e historia*. México: FCE – Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008. Vale destacar o trabalho de Suelen Julio, que discorre acerca da trajetória da caiapó Damiana da Cunha, uma liderança indígena de Goiás no contexto colonial. Ver: JULIO, Suelen Siqueira. *Damiana da Cunha: uma índia entre a "sombra da cruz" e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

²⁹⁰ Desmanchar o roçado, tem como definição: colher a safra, seja de mandioca, cacau ou outro gênero alimentício.

²⁹¹ APEP, cód. 132, doc. 0075-0076 (20 jan. 1763) [Acervo Digitalizado]. A respeito do papel que a farinha de mandioca desempenhou na Amazônia colonial, ver CRUZ, Roberto Borges da. A farinha de cada dia: apropriações e trocas alimentares na Amazônia colonial. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves (org.) *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 221-238.

²⁹² RAVENA, Nírvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 50, p. 395-420, mai./ago. 2013.

de Chaves, Rebordelo, Esposende, Arrayolos e Fragoso, no delta do rio Amazonas, foram levadas para cuidar das roças dos moradores que viviam nas imediações de Macapá²⁹³. Em geral, a vila de Santana foi o destino comum dessas indígenas. Nesse lugar, havia povoadores que não conheciam, de modo aprofundado, o cultivo da mandioca, a extração da raiz e de todo o complexo processo da feitura da farinha.

É perceptível o cuidado que as autoridades coloniais tinham, sobretudo com respeito ao cultivo do campo. Isso está ligado ao processo de desenvolvimento da região, e também, ao receio de deixar a população na miséria. Em carta encaminhada ao governador Mendonça Furtado, o bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões, expõe, em junho de 1756, a sua preocupação com as roças de mandioca, porque, sem o devido “zelo”, a sua falta causaria a miséria de certos arraiais²⁹⁴. Outro exemplo, é um ofício de outubro de 1760, no qual o governador Manuel de Melo e Castro, afirma que estava tendo o “desvelo” com as plantações de mandioca, pois entendia que esta atitude era vital para o sustento das populações²⁹⁵.

O manejo da terra e a plantação de gêneros, como cacau, arroz e a mandioca, foram notáveis não apenas para a vila de Macapá, mas para outras localidades distantes dos redutos das obras do forte. De fato, qualquer incidente causando à falta ou ausência de mulheres para fazer a farinha, atrasava o andamento das obras por falta de alimentos suficientes²⁹⁶. Por isso, o desempenho dessas mulheres conhecidas como farinheiras foi tão relevante. Mas, a importância delas não se restringiu apenas à feitura do alimento-chave, elas influenciaram também na própria dinâmica dos espaços coloniais.

As índias que estavam na vila de Santana sabiam do valor da farinha e do quão o gênero fazia diferença na subsistência dos moradores e operários locais. Em carta ao governador, o coronel Nuno Varona salienta que havia poucas roças feitas. Ele foi investigar e descobriu que as índias não estavam preparando as farinhas porque não queriam mais panos. Na realidade, como já apontamos mais acima, as indígenas reivindicavam outros materiais como pólvora, chumbo e sal. Atendendo ao pedido, Varona autoriza que o pagamento das índias fosse feito “por conta da Fazenda Real”. A inatividade nas casas de farinhas, foi uma das

²⁹³ APEP, cód. 98, doc. 0233 (s/d) [Acervo Digitalizado].

²⁹⁴ Carta do Bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça (27 jan. 1756). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. Tomo 3. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005, p. 76-78.

²⁹⁵ AHU, Avulsos Pará, cx. 47, doc. 4298 (13 out. 1760), fl. 1-2

²⁹⁶ É oportuno sublinhar que outros fatores atrasavam o progresso das obras, seja de forma direta ou indireta, como monções, canoas quebradas, doenças ou ataques de pragas nas roças. Neste caso, o padre João Daniel salienta que os piores inimigos das roças foram os javalis e as formigas, conhecidas como “itacibas” ou formigas de fogo. Ver DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 27.

maneiras que as índias encontraram para conseguir objetos que para elas e para seus maridos eram indispensáveis naquele momento, porém, na visão do diretor, tratava-se apenas “quiquilharias”²⁹⁷.

Todavia, essas “quiquilharias”, ou melhor, esses utensílios tinham um significado especial para elas. São objetos que poderiam ser comuns ou até triviais para as autoridades coloniais, porém, para as índias, objetos como a pólvora, o chumbo e o sal, portanto, tinham a sua importância no dia a dia e poderiam ser úteis em diversos afazeres. Assim, chumbo e pólvora facilitavam a caça e o sal permitia a conservação de carne e peixe. O pano também tinha a sua essencialidade no cotidiano, mas, naquele momento, talvez não fosse um objeto de grande demanda nas trocas entre a própria população indígena.

No que concerne ao cultivo da mandioca, este se faz em várias etapas, que vai da preparação da terra até a produção da farinha²⁹⁸. O trabalho é árduo e requer uma expressiva quantidade de trabalhadores. Segundo o padre João Daniel, trata-se de “deitar abaixo matas inteiras, queimar, encoivarar”, algo que leva dias ou semanas, até o início do cultivo da mandioca propriamente dito²⁹⁹. A etapa de limpar o terreno ficava a cargo dos homens, já as mulheres tomavam a frente do cultivo, desmanche e da preparação da farinha e de outros subprodutos da mandioca, como o carimã (mingau), beiju (tapioca) e tucupi³⁰⁰.

Além de estarem ativamente envolvidas no fabrico da farinha, outros grupos de mulheres estavam à frente de outras atividades, por exemplo, na confecção dos utensílios adequados para a fabricação da farinha. Em geral, os instrumentos utilizados no processo se originaram de materiais advindos da própria natureza, como é o caso do *tipiti* e da *peneira* ou do *paneiro*, ambos feitos de palhas secas e resistentes. Também havia outros equipamentos como ralador e pilão, servindo, respectivamente, para ralar a raiz e socar as folhas de mandioca.

Para além da produção das farinhas e da feitura de utensílios, é possível conjecturar a presença das mulheres também na pesca. Os documentos nos levam a refletir sobre as atividades

²⁹⁷ APEP, cód. 144, doc. 0011-0012 e 0021 (15 jan. 1764) [Acervo Digitalizado].

²⁹⁸ O antropólogo Nunes Pereira evidencia, em suas pesquisas, o processo de preparo das farinhas na região amazônica. Segundo o autor, na casa de farinha “os primeiros movimentos para o preparo” se referem em manter por alguns dias as raízes imersas em água, pode ser no rio ou igarapé. Em seguida, as mulheres ralam a mandioca. Na próxima etapa da produção, elas utilizam o *tipiti*, utensílio feito de palha que serve para comprimir a massa da mandioca. Na medida em que é espremido, sai o líquido, o *tucupi*, o qual é fervido e aproveitado na culinária. Por fim, a massa extraída do *tipiti* é colocada em um tacho quente e mexido por alguns minutos até virar a farinha. Ver PEREIRA, Nunes. *Panorama da alimentação indígena: comidas, bebidas & tóxicos na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Liv. São José. 1974, p. 169. Além de Nunes Pereira, a antropóloga Paula Pinto e Silva destaca a origem mítica da mandioca e a relação que povos indígenas, como os Tenetehara, têm com a mandioca. Por sinal, ela também pontua a complexidade do processo de feitura da farinha de mandioca. Ver SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

²⁹⁹ DANIEL, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, 2004, p. 430-431.

³⁰⁰ Sumo extraído da raiz da mandioca brava quando descascada, ralada e espremida.

que as índias desenvolviam nesse espaço. Presumimos que eram tarefas específicas no pesqueiro real³⁰¹. Tudo indica que a atuação dessas indígenas estava vinculada à salga dos pescados e à coleta de frutos do mar, estando entre os principais mariscos os já mencionados sarnambis e os mexilhões.

Já no final do século XVII, a Coroa lusitana buscou incentivar a produção do pescado no vale amazônico. A iniciativa deveria suprir a necessidade de pescado para os colonos e militares. No ponto de vista de Luiz Silva, “a fazenda real passou a organizar os ‘pesqueiros reais’” na região amazônica e os peixes armazenados nos armazéns destes locais tinham diversas finalidades. As tainhas pescadas e salgadas, por exemplo, serviam para pagar parte do soldo dos soldados, operários e uma parcela das cômguas dos bispos, cônegos e padres. No século XVIII, segundo o autor, a Coroa portuguesa expandiu o número de pesqueiros reais, com o intuito de fomentar a produção pesqueira nos rios da Amazônia³⁰².

O pesqueiro real mobilizou diversos indígenas que trabalharam nas canoas e nos serviços diretamente ligados à atividade pesqueira³⁰³. Os ofícios se dividiam entre pesca e salga de peixes, cata de mariscos e crustáceos no mangue, além da caça de tartarugas para fazer manteigas. Também a manutenção das canoas nos estaleiros e o transporte e subsequente distribuição do pescado fizeram parte das atividades. Diante da documentação consultada, foi possível constatar a atuação de índios e índias de diversas vilas nos serviços do pesqueiro real. Em uma determinada lista, pudemos constatar que cerca de seis índios e quinze índias da Vila Franca, no Tapajós, foram encaminhados para trabalhos de pesca em nome da Coroa³⁰⁴.

Como foi dito acima, é muito provável que as indígenas desempenhavam certas tarefas no contexto pesqueiro. Isto nos leva a crer que muitas dessas mulheres se encarregavam de salgar as tainhas pescadas e, sobretudo, de coletar e preparar os mariscos para o consumo. O modo de preparo, por exemplo, dos sarnambis e mexilhões requeria conhecimento e de técnicas culinárias: primeiro, para abrir a carapaça do molusco bivalve, e, em segundo lugar, saber cozinhá-lo bem, pois o marisco, além de ser um filtrador natural do seu habitat, o mangue,

³⁰¹ APEP, cód. 182, doc. 0301-0303 (26 dez. 1768) [Acervo Digitalizado].

³⁰² Ver item “Os ‘Pesqueiros Reais’ da Amazônia” na obra de SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil*. Vol. 1 (Colônia e Império). Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988, p. 58-60. Ver, também, AHU, Avulsos Pará, cx. 41, doc. 3822 (15 nov. 1756), fl. 1-3; FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pesqueiros reais e pontos de pesca: traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Série Antropologia*, Belém, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002.

³⁰³ Em uma relação é possível notar a quantidade de indígenas que eram “tirados” de diversas vilas. Entre as quais podemos verificar as vilas de Franca, Santarém, Óbidos, Pinhel, Alenquer, Alter do Chão, Almeirim, Veiros, Boim, Outeiro e Pombal. Ver APEP, cód. 182, doc. 0301-0303 (26 dez. 1768) [Acervo Digitalizado].

³⁰⁴ “Detalhe dos índios determinados aos diferentes reais serviços de Macapá, Vila Vistosa, Mazagão e Pesqueiro Real (177?)”. *Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, CEBH nº 6.141. Cat. ARF nº 239. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456752/mss1456752.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

detém toxinas que são eliminadas na hora do cozimento. No final da preparação do prato, ficavam as conchas desses moluscos, um resíduo reaproveitado para a fabricação da cal usada, também, nos canteiros de Macapá³⁰⁵.

Como podemos apreender, as mulheres indígenas contribuía, mesmo que de forma indireta, da construção da fortaleza. A produção da cal, que era remetida à vila de Macapá, ou a que era utilizada nas obras públicas tinha, de algum modo, o suor e o esforço da mão de obra feminina. A cal, como foi vista no capítulo anterior, servia para revestir os muros e, ao ser misturada com outros produtos, como a gordura do peixe-boi e outras componentes orgânicas ou anorgânicas, transformava-se em uma massa homogênea. A argamassa, o produto final, era aderente e servia para assentar tijolos e pedras.

Assim, pela sua intensa participação na produção da farinha ou na coleta dos mariscos, cujos resíduos serviam para a fabricação de cal, as mulheres estiveram atuantes em espaços coloniais estratégicos. Mas, os roçados, as casas de farinha ou os pesqueiros não eram os únicos ambientes onde as índias se fizeram presentes. Elas atuaram também, como veremos mais adiante, no hospital de Macapá.

No que diz respeito a plantações de grãos no delta amazônico, a Coroa portuguesa incentivou o cultivo de cereais, entre os quais estão o milho, o trigo e o arroz. Dessas três culturas de lavoura, o arroz tem um relevante destaque na região do Cabo Norte³⁰⁶. No início dos anos de 1760, o cultivo de arroz ainda era tímido, mas é possível constatar que, já naquele tempo, alguns colonos dividiram as suas terras em pequenos roçados com milho, trigo e arroz. Além dessas plantações de cereais, podemos verificar o cultivo outros gêneros como o cacau, o algodão, o tabaco e a andiroba, árvore que produz o azeite homônimo.

No início de 1761, afim de mostrar o que tinha sido colhido nas terras em torno de Macapá, houve o envio de duas remessas de gêneros para a cidade de Belém. Essas remessas, continham parte da colheita dos moradores e outros produtos extraídos dos campos da vila.

³⁰⁵ SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; BRACHT, Fabiano. Lagostas, baiacus e sernambis: a fauna marinha da América portuguesa e o cotidiano colonizador no século XVI. *Portuguese Studies Review*, Peterborough (Ontario), v. 21, n. 1, p. 172-192, 2013.

³⁰⁶ Anterior a 1757, os primeiros povoadores que chegaram à vila de Macapá trouxeram as primeiras mudas de arroz. Em uma minuta para o seu irmão, Mendonça Furtado ressalta que “nas terras contíguas a Nova Vila de São José do Macapá”, o arroz que foi plantado pelos povoadores, foi colhido e enviado para Belém. Na carta, o governador acrescenta que experimentou o grão e não encontrou diferença dos grãos que vinham de Carolina (América do Norte) e Veneza (Itália). Tratava-se de um grão branco e menos avermelhado, comumente encontrado. Desta forma, o principal administrador colonial passou a tomar providências em relação ao plantio do cereal, tendo como finalidade, beneficiar os colonos e o comércio. Ver “Aos Diretores Gerais da Companhia” (15 dez. 1757). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 3. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial. 2005, p. 368-373; ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 2 (América Latina Colonial), São Paulo: EDUSP, 1999, p. 570-571.

Entre os produtos enviados, os mais comuns eram sacas de arroz, milho, farinha, algodão, tabaco e potes de azeite e varas de pano. Mais precisamente, na primeira remessa, é possível constatar o envio de: 206 alqueires de arroz; 12 alqueires de milho; 6 alqueires de farinha; 98 arrobas de algodão; 4,5 arrobas de tabaco; 7 potes de azeite de andiroba; 235 varas de pano³⁰⁷.

A segunda remessa foi feita em abril de 1761, alguns itens continuaram, outros foram acrescentados ou saíram da relação. A quantidade de arroz mais do que duplicou, passando para 516 alqueires, houve o acréscimo de cacau que somou 12 arrobas, já o algodão diminuiu para 15 arrobas, o tabaco teve um leve crescimento com 6 arrobas e o azeite com 10 potes³⁰⁸. Embora haja evidências que os moradores permaneceram com as suas lavouras, as remessas talvez não tenham continuado nos meses seguintes, os motivos não são tão claros. Mas, é possível que não houvesse lavoura suficiente, a mão de obra estivesse ausente para desmanchar as roças ou canoas fossem insuficientes para embarcar os gêneros. Deste modo, são vários os fatores que poderiam contribuir para a descontinuidade das remessas.

No ano seguinte, em uma carta de abril de 1762, Nuno Varona, o comandante da praça de Macapá, ressalta a importância de um controle efetivo sobre a quantidade de cereais e o número de povoadores que mantinham o cultivo de arroz. Evidencia-se o receio do administrador que, sem este gerenciamento da quantidade de grãos, poderia haver uma carência generalizada³⁰⁹. Portanto, isso nos leva a deduzir que, naquele momento, a produção da lavoura de arroz ainda era baixa, a tal ponto de as autoridades coloniais serem prudentes quanto à exportação dos cereais para outros lugares.

Em alguns dos seus tratados, o padre João Daniel sugere a introdução maciça do plantio de grãos no vale amazônico. Ele aponta que grãos como o trigo, o milho e o arroz deram certo em vários campos da Europa, África, Ásia e América. Em razão desta expansão, a região amazônica poderia ser também um lugar propício para o plantio de tais cereais. Na interpretação do padre jesuíta, para que aqueles grãos fossem semeados e dessem uma boa produção, a população amazônica deveria se ocupar menos com o cultivo da mandioca³¹⁰.

Sob essa ótica, o padre Daniel tece uma série de “inconveniências” sobre o cultivo do da maniva que tem como produto final a farinha de pau ou farinha comum. A primeira crítica concerne ao grande esforço que os “povoadores dos rios” têm para cultivar a planta. Isto se relaciona com a busca de novos terrenos, pois, a cada plantio, era preciso preparar a terra a

³⁰⁷ APEP, cód. 98, doc. 0185-0186 (s/d) [Acervo Digitalizado].

³⁰⁸ APEP, cód. 98, doc. 0197-0198 (10 abr. 1761) [Acervo Digitalizado].

³⁰⁹ APEP, cód. 98, doc. 0661 (8 abr. 1762) [Acervo Digitalizado].

³¹⁰ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 167-169.

partir da coivara, ou agricultura itinerante, para depois plantar. As outras “inconveniências” que o padre ressalta têm a ver com o tipo de terreno e o cuidado com o cultivo. Por exemplo, a mandioca se desenvolve em áreas secas, pois em terrenos alagadiços a planta não cresce. Além disso, é preciso uma quantidade expressiva de pessoas para cuidarem do roçado contra formigas saúva, gafanhotos e porcos do mato, pragas que destroem facilmente as lavouras³¹¹.

No fim, o padre João Daniel ressalta que o gosto da farinha seria “insípido”, razão pela qual ela seria consumida em conjunto com outro alimento: carne, peixe, marisco ou fruta. Além dessas ressalvas, o jesuíta alerta sobre os cuidados com o veneno que contém as raízes e as folhas da planta. Ele alerta que um indivíduo desavisado poderia vir a sofrer com “muitas dores e convulsões”. Diante desses condicionantes, o padre Daniel se mostra averso ao cultivo da mandioca e, em contrapartida, enaltece searas como trigo, milho e arroz, cujos grãos teriam até maiores vantagens, pois estariam beneficiando diversos povos ao redor do mundo³¹².

No tocante a esse olhar de menosprezo ao cultivo da mandioca que o religioso apresenta, Roberto Cruz busca vislumbrar possíveis respostas. Uma das explicações que ele indica é a “ordem espiritual” da planta e de seu produto principal. De fato, muitos grupos indígenas atribuíram – e ainda atribuem – à mandioca uma “conotação sobrenatural”, considerando o alimento foi uma dádiva e origem divina³¹³.

Quanto ao plantio de arroz, no entendimento de Rosa Acevedo Marin, ele começa ser fomentado, de fato, a partir da década de 1760 em Macapá. Como podemos perceber, os primeiros anos foram de experimentação. O consumo local foi a base para a produção sistemática do arroz na região, que até ganhou a fama de ser cerealífera. Isso se deva talvez ao processo pelo qual os povoadores se deram conta do melhor tipo e da melhor maneira de adaptação da planta ao terreno e ao clima equatorial. Mas, como pontua Marin, é só na década de 1770 que a rizicultura começa a mostrar sinais de expansão para além do comércio local, tornando-se um produto de exportação nos anos seguintes, ficando apenas atrás do cacau³¹⁴.

Se, desde os anos de 1760, a rizicultura passou a angariar espaços nos campos ao redor de Macapá, na década de 1770, uma vila circunvizinha passou a se destacar na produção do cereal. Trata-se da vila de Nova Mazagão que acolheu, em 1769, habitantes do antigo presídio

³¹¹ DANIEL, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, 2004, p. 167-169.

³¹² DANIEL, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2, 2004, p. 171-176.

³¹³ CRUZ, Roberto Borges da. A farinha de mandioca e suas “inconveniências” na obra de João Daniel. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História*, São Luís, v. 10, n. 15, p. 37-55, 2013.

³¹⁴ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, jun. 2005.

português de Mazagão na costa marroquina³¹⁵. O plantio do arroz passou a ser estimulado entre os novos moradores. Isso fez com que a produção se expandisse e que houvesse o deslocamento de mais trabalhadores para a nova vila que ainda estava em vias de se estruturar.

Neste contexto, mas em um panorama mais amplo, José Arruda atesta com os seus dados que o volume da produção do arroz, em finais do século XVIII, tornou-se bem superior. Conforme o autor salienta, as três principais regiões produtoras de cereais foram as capitânicas do Maranhão, do Rio de Janeiro e do Pará. Deste modo, o volume de exportação das três regiões em questão “passa de 347.215 arrobas em 1797, para 780.893 arrobas em 1806”³¹⁶.

Acerca dos avanços do plantio de arroz, Paulo Costa enfatiza a figura do então governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas (1772-1780), que, ao assumir a administração do estado, foi incumbido de desenvolver duas lavouras, a do arroz e a de anil³¹⁷. No início da década de 1770, ao desembarcar na cidade de Belém, Caldas trouxe consigo orientações do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a respeito dos avanços do plantio do arroz³¹⁸. Para fazer jus às recomendações, o governador pediu ao administrador da Companhia do Comércio, Gonçalo Pereira Viana, que entrasse em contato com os administradores do Maranhão, para que estes mandassem moinhos e escravos.

A intenção do governador era fomentar a produção tanto do arroz quanto do anil, e inserir mais mão de obra, em especial, africana. Entusiasmado, Caldas buscou incentivar moradores e diretores das povoações a cultivar arroz e anil, dando-lhes sementes e providenciando moinhos. O objetivo, era “enviar uma grande porção daquele gênero (arroz) no ano de 1774”. O envio era para ser feito no ano de 1773, porém, as lavouras foram prejudicadas pelas fortes chuvas. Quanto ao cultivo do anil, a adesão a esse produto foi menor, haja vista o complexo processo de seu beneficiamento, mas o governador passou a vislumbrar algumas arrobas que estavam sendo plantadas por um morador³¹⁹.

³¹⁵ Sobre a cidade em deslocamento, Mazagão, o historiador francês Laurent Vidal analisou, em detalhes, o traslado forçado de pessoas que viviam no presídio português de Mazagão, no litoral marroquino para a foz do rio Amazonas. Vidal analisa os motivos que levaram a Coroa lusitana a fazer esse deslocamento. Ver VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. São Paulo: Martins, 2008.

³¹⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. A produção econômica. In: JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (orgs.). *Nova história da expansão portuguesa*. Vol. 8 (O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 85-153.

³¹⁷ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. “De mãos dadas pela foz do rio Amazonas”: vilas e povoamentos na costa setentrional do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. *Escritas do Tempo*, Marabá, v. 1, n. 1, p. 117-139, jun. 2019. No que tange à trajetória de João Pereira Caldas, vale a pena mencionar o trabalho de Fabiano Vilaça dos Santos. Ver SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, 2010.

³¹⁸ AHU, Avulsos Pará, cx. 69, doc. 5913 (15 dez. 1772), fl. 1-4.

³¹⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 69, doc. 5913 (15 dez. 1772), fl. 1-4.

Em um ofício enviado ao secretário do Ultramar Martinho de Melo e Castro, no início do ano de 1775, o governador João Caldas destaca que recebeu com satisfação as novas orientações sobre o cultivo do cereal. Todavia, ele aponta as dificuldades da produção, nos anos anteriores, devido às intempéries climáticas e à ausência de mão de obra qualificada. Esta ausência tem relação com a falta de farinha, que influenciou na permanência de indivíduos nas lavouras do arrozal. Depois de enfatizar as dificuldades com o clima e a carência de trabalhadores, o governador acentua ainda a falta de compromisso por parte de alguns diretores. Ele pontua que os diretores foram omissos e descuidados com a plantação do arroz, razão pela qual havia uma produção tão reduzida nos últimos anos³²⁰.

Ao que indicam as fontes, nos anos de 1776, a produção do arrozal de Macapá e vilas adjacentes já ultrapassava os 20 mil alqueires³²¹. Embora os números da produção do arroz estivessem em expansão, o administrador colonial procurou explicar por que o desdobramento da cultura do arroz estava sendo prejudicada pelos diversos fatores acima mencionados. Outros dois embaraços se juntavam a esses, ou seja, a falta de navios da Companhia de Comércio nos portos de Belém teria prejudicado o envio da colheita de 1774³²², além de desentendimentos que havia entre os moradores. Segundo Pereira Caldas, os plantadores “não se ajudam”³²³.

Para suprir a necessidade de mão de obra, o emprego de índias da vila de Santarém foi essencial para minimizar a carência de lavradores nas lavouras de arroz. Isso se torna evidente mediante uma lista de maio de 1780, na qual aparecem os nomes de dez índias que tinham saído da vila de Santarém³²⁴, tendo como destino as plantações de arroz da vila de Mazagão. O referido documento apresenta três pontos de reflexão: o primeiro refere-se ao estágio da produção do cereal, que estaria em um momento de plena expansão; o segundo diz respeito à quantidade de trabalhadoras, pois se precisaria de mais gente; por fim, o terceiro tange à mão de obra específica, no caso, as índias, aparentemente necessárias para os trabalhos no arrozal.

Em uma carta ao governo do Estado, o diretor Joaquim Manoel da Maya, da vila de Santarém, ressalta que, além de ter enviado alguns índios para o serviço em Macapá, encaminhou cerca de cinquenta índias para os trabalhos em Mazagão³²⁵. Isso nos leva a crer que, nesse cenário, mulheres indígenas, sejam de Santarém, sejam de outras localidades, fossem mais requisitadas para os serviços das lavouras de arroz. Tendo como referência essa minuta de

³²⁰ AHU, Avulsos Pará, cx. 73, doc. 6182 (17 jan. 1775), fl. 1-4.

³²¹ AHU, Avulsos Pará, cx. 77, doc. 6407 (18 jun. 1777), fl. 1-12.

³²² AHU, Avulsos Pará, cx. 74, doc. 6209 (11 abr. 1775), fl. 1-4.

³²³ AHU, Avulsos Pará, cx. 77, doc. 6407 (18 jun. 1777), fl. 1-12.

³²⁴ APEP, cód. 344, doc. s/nº (26 mai. 1780) [Acervo Físico].

³²⁵ APEP, cód. 344, doc. 0012 (13 jun. 1781) [Acervo Físico].

Joaquim Maya, conjecturamos que grande parte dessas indígenas se ocuparam das colheitas do arroz e em outros afazeres, como nos serviços domésticos e nas roças de farinha.

Como podemos observar, apesar de diversas dificuldades, a vila de Macapá, em razão da construção da fortificação, passou a concentrar em seus portos e sua praça um fluxo contínuo de provimentos. Guarnições estas que vinham de muitas roças e campos que circundavam Macapá e tiveram um papel substancial para o andamento das obras, pois, sem alimentos suficientes, os operários paralisavam as suas tarefas e afazeres. Todavia, a interrupção das obras não acontecia somente pela carência de mantimentos, mas também, por doenças que impactavam diretamente no progresso da construção.

3.2 – Hospital e botica

Em meados do século XVIII, a população da Capitania do Pará sofria com os frequentes surtos de doenças. Enfermidades como varíola e sarampo impactaram profundamente nas dinâmicas demográficas e econômicas da Amazônia colonial. Embora as epidemias tenham sido algo rotineiro e um tanto aterrador, em especial, nas décadas de 1720 e 1740, os contágios pontuais continuaram, como podemos constatar em meados dos anos de 1760 em Macapá. Estes surtos esporádicos ocasionaram uma série de mortandade³²⁶.

A nossa investigação procura evocar os efeitos do alastramento das enfermidades no vale amazônico. Tal propagação, de acordo com as fontes arroladas e a historiografia, deu-se em diversas aldeias, vilas e capitânicas, numa altura em que os contágios eram frequentes. De modo particular, nossa reflexão versa sobre: as “bexigas”, os usos de remédios ditos “da terra” na capitania do Cabo do Norte e, sobretudo, os sujeitos que estavam vivendo neste espaço. As fontes indicam que o hospital em Macapá era imprescindível, porém, carecia de suprimentos básicos. Isso impactava diretamente na população da região e, conseqüentemente, nas obras.

Nesse sentido, é relevante perceber como os surtos de doenças influenciaram o conjunto das dinâmicas locais. Ao cruzarmos as informações disponíveis, ora nas fontes, ora na historiografia, percebemos que o surgimento dos primeiros picos endêmicos na Amazônia colonial começou na segunda metade do século XVII³²⁷. Notamos que as manifestações das

³²⁶ Para uma percepção mais geral a respeito das doenças que atingiram os escravizados, Tânia Pimenta, em seu verbete “Doenças” discorre sobre os males que acometeram a população livre e os africanos escravizados no oitocentos, além das curas e tratamentos que dispunha na época. Ver PIMENTA, Tânia Salgado. Doenças. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 195-200.

³²⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan, BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Cláudia Rocha de. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-1004 out./dez. 2011.

doenças no Estado do Maranhão e Grão-Pará foram pontuais, entretanto, por vezes, a virulência dos contágios irrompia no cotidiano da população após décadas desde sua primeira aparição.

No século XVIII, a população do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sentiu as agruras dos surtos epidêmicos nos anos da década de 1720. A infecção de sarampo, varíola ou “bexigas” se alastraram pelo território. Ainda que seu ápice tenha sido em 1724, os resquícios permaneceram nos anos posteriores³²⁸. Em 1725, o ouvidor da capitania do Pará, José Borges Valério, em carta enviada ao rei D. João V, informou-lhe que houve “o terrível contágio de bexigas”, cuja moléstia levou consigo “mais de mil escravos, principalm^{te}, índios”³²⁹. Dito isto, o ouvidor enfatizou o declínio econômico e a diminuição da mão de obra.

Na década de 1740, o estado passava mais uma vez por um período de transmissão de doenças. O auge da mortandade ocorreu em 1748. Em outro momento, o “formidável contágio”, como se expressava o governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1747-1751), aconteceu em agosto de 1750. Na carta enviada a D. João V, o governador põe em destaque a aflição que muitos moradores e senhores de escravos estavam sentindo diante da morte dos seus cativos, causando-lhes prejuízos³³⁰. No entendimento de Otaviano Vieira, Francisco Gorjão, assim como outros personagens da sociedade colonial, pressionaram a Coroa portuguesa no intuito de obter soluções e auxílios³³¹.

Em 1749, o secretário do governo José Gonçalves da Fonseca, em sua viagem pelos rios Madeira e Guaporé, descreve a sua experiência acerca do cotidiano nos rios, furos, vilas e aldeias. Em um dado momento da viagem, ao desembarcar na vila de Gurupá, deparou-se com um capitão-mor, uma companhia com dezoito homens e oficiais. Na ocasião, em conversa com

³²⁸ Benedito Barbosa pontua que na Amazônia colonial a incidência das infecções virais do início do século XVIII está atrelada à vinda de africanos para os portos da Amazônia, além de destacar o quanto as doenças geraram problemas socioeconômicos, comprometendo assim a colonização. Ver BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia colonial. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 36-62. Também segundo Walter Hawthorne, a importação de africanos escravizados das regiões de Angola, Guiné, Costa da Mina (atualmente Gana) e Cacheu (Guiné-Bissau) está relacionada ao aumento dos casos de varíola na região amazônica, sobretudo, porque muitos africanos eram vítimas de contágios durante o percurso da viagem transatlântica. Ver HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brasil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 25-60; SÁ, Magali Romero. A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 818-826, dez. 2008.

³²⁹ AHU, Avulsos Pará, cx. 9, doc. 0768 (8 set. 1725), fl. 1-10.

³³⁰ AHU, Avulsos Pará, cx. 31, doc. 2908 (13 ago. 1750), fl. 1-3. É relevante salientar que Francisco Gorjão informou ao Conselho Ultramarino que os contágios de índios, mestiços e moradores estavam acontecendo desde os primeiros meses de 1750, como podemos notar em uma missiva sua ao conselho. Na mesma carta consta o pedido de Gorjão de mais africanos para substituir os índios que foram vitimados. Ver AHU, Avulsos Pará, cx. 31, doc. 2976 (16 mai. 1750), fl. 1-16.

³³¹ VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778)*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 27-54.

os militares, José Fonseca ficou sabendo que a vila dispunha de vários índios, entretanto, os “sucessivos contágios de bexigas e sarampo a deixarão mui destituída”³³².

Os anos de 1748 e 1750, como apresenta Roberta Martins, foram dois anos nos quais o sarampo se propagou por numerosas aldeias e vilas. Com base em suas análises, averiguamos que diversos lugares foram afetados, principalmente, as localidades que estavam às margens dos rios Negro, Solimões, Javari, Amazonas e as redondezas de Belém. Dentre as aldeias com os maiores índices de mortes estão: Santo Elizeu de Mariuá (Barcelos) com 372 mortes, no Rio Negro, Nossa Senhora de Guadalupe de Traquatuba com 240 mortes e Tefé com 237 mortes, ambas situadas no rio Solimões³³³.

Tanto Otaviano Vieira quanto Roberta Martins concordam com a ideia de que as autoridades, padres e membros da elite local pressionaram a Coroa lusitana para que tomasse as medidas necessárias. Essa preocupação tinha como pano de fundo os impactos na economia e, em particular, a atenuação da mão de obra, seja indígena, seja africana. Observamos que as relações econômicas estavam atreladas a estes grupos, sem os quais, moradores e religiosos se encontravam em dificuldades, pois dependiam desses indivíduos nas suas lavouras, na pesca e caça, além dos demais afazeres cotidianos.

No trato das enfermidades que pairavam sobre o estado, Claudia Sousa explica que, no cenário em que se encontrava a população, muitos recorriam a diferentes práticas e remédios, em busca da cura dos seus doentes³³⁴. Em geral, os medicamentos eram resultados dos saberes de indígenas, africanos e europeus. Sousa destaca a ação catequética na cura, que se tentou conseguir por meio da ostensão da fé e a realização de diversas devoções (procissões ou ladainhas). Porém, esses atos geraram atritos com a atuação, por exemplo, do pajé, figura central nas práticas mágicas e terapêuticas dos povos indígenas³³⁵.

³³² FONSECA, José Gonçalves da. Primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749. In: ALMEIDA, Candido Mendes de (ed.). *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão, cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1860-74, p. 273-274.

³³³ Referente à epidemia de sarampo (1748-1750), ver MARTINS, Roberta Sauaia. “Do sarampão as perniciosíssimas bexigas”: epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017, p. 37-121.

³³⁴ Claudia de Sousa busca analisar as curas das epidemias a partir da ação missionária dos jesuítas atrelado aos saberes indígenas. Essa relação gerou atritos entre os missionários e as ações do pajé. Ver SOUSA, Claudia Rocha de. *“Enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos”: os efeitos epidêmicos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

³³⁵ SOUSA, *“Enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos”*, 2017, p. 107-154. Para Raymundo Maués, também o pajé “caboclo” é um profundo conhecedor de remédios naturais e de práticas curativas. Ver MAUÉS, Raymundo Herald. Medicinas populares e “pajelança cabocla”. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 73-81.

Além dos pajés indígenas, observamos que no campo da cura das moléstias no vale amazônico, havia a presença de curandeiros e benzedeiros cuja atuação se inspirou em diversas matrizes culturais. As atividades desses personagens foram relevantes para curar os enfermos através de práticas mágicas, sobretudo, no intento de desfazer feitiços. Entre os curandeiros estão a índia Sabina, o preto Jozé e Ludovina Ferreira, uma mulher branca, que tinha como companhia o índio denominado Antônio³³⁶. De acordo com Mayara Moraes, ambos curavam por meio de rituais que envolviam cantos, danças, defumações e adivinhações, tudo isso para descobrir se havia algum tipo de feitiço³³⁷. Tanto Sabina, quanto Jozé e Ludovina foram denunciados, e os casos foram levados à Mesa da Inquisição. Apesar das práticas terem sido delatadas e, em alguns casos, tenham sido condenadas pela Igreja, os curandeiros continuavam com as suas práticas de cura, mesmo estando em constantes embates com os padres.

Enquanto um buscava catequizar, converter e ler longas orações, buscando convencer os doentes de combater os males mediante uma cura espiritual, o outro curava por meio fórmulas de caráter mágico, defumações, banhos e ritos ancestrais³³⁸. Muitos dos conhecimentos práticos que os pajés e curandeiros usavam em suas ações terapêuticas foram atentamente observadas pelos missionários. Nos colégios da Companhia de Jesus em Belém e São Luis tinha, respectivamente, uma botica, onde religiosos boticários e ajudantes preparavam poções e manipulavam ervas nativas. Esta forma de mediação cultural entre a farmacopeia ocidental e o saber indígena acerca dos remédios da terra será enfocada mais adiante.

Sobre o assunto, Laura Souza frisa que no Brasil colonial, africanos, indígenas e mestiços eram grandes conhecedores das práticas curativas. Os curandeiros compreendiam bem e eram habilidosos na execução de rituais, feitiços, defumações, além de saberem manejar ervas, cascas de árvores e chás que aliviaram os doentes. Todavia, no entendimento da Igreja, a realização dessas práticas não passava de rituais diabólicos. Diversos curandeiros e curandeiras foram convocados para se explicarem diante dos representantes da inquisição, sendo, em muitos casos, presos e condenados³³⁹.

Em relação às curas no período colonial, Lycurgo Santos Filho apresenta um texto emblemático que evidencia, apesar de certas limitações quanto ao teor generalizante no que diz

³³⁶ MORAES, Mayara Aparecida de. Curandeiros na Amazônia portuguesa: Os casos de cura da Visitação do Grão-Pará (1763-1773). *Religare – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB*, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 431-453, dez. 2020.

³³⁷ MORAES, Curandeiros na Amazônia portuguesa, 2020, p. 438-442.

³³⁸ Sobre as práticas terapêuticas dos povos indígenas no Brasil colonial, ver MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017, p. 201-241.

³³⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 222-244.

respeito aos povos indígenas e africanos, o quanto a floresta nativa no Brasil constituiu um importante polo farmacológico para os índios e o quanto a sabedoria dos diversos grupos indígenas inspirou, de algum modo, a farmacopeia da Companhia de Jesus³⁴⁰. De modo geral, Lycurgo Santos Filho ressalta as imbricações de conhecimentos entre as medicinas europeias, indígenas e africanas³⁴¹.

No que diz respeito às crenças e ritos de matriz africana, de acordo com Flavio Edler, os agentes mais procurados eram os “calundus”. Esses personagens da América portuguesa desfrutavam de amplo prestígio, frequentados por diversas pessoas em busca de cura ou alívio de seus males. Muitos desses calundus utilizavam fórmulas e remédios próprios, como banhos e amuletos, geralmente, com ingredientes tirados da natureza. Conforme o autor, uma das “calunduzeira” mais populares era a angolana Luiza Pinta da freguesia de Sabará em Minas Gerais³⁴².

A troca de experiência entre os missionários jesuítas e os indígenas³⁴³, as observações das plantas medicinais e seus efeitos terapêuticos fez com que a flora fosse um importante ambiente de estudo, pois ela proporcionou os remédios para a cura de várias mazelas. Conforme pontua Serafim Leite, os jesuítas não ficavam apenas no “campo da especulação”, mas passaram a experimentar os elementos que a natureza americana pudesse fornecer para sua farmacologia³⁴⁴. Esse intercâmbio deu-se, segundo o autor, desde o Seiscentos, de modo gradual, fazendo a Companhia de Jesus estabelecer um fluxo de saberes entre as colônias e a metrópole.

Esse câmbio cultural teve uma dimensão socioeconômica, uma vez que uma das estratégias de missionação dos inicianos abarcava também fins lucrativos. Na realidade, a Companhia de Jesus atuava em três dimensões. A primeira pautava-se sobre a conversão dos

³⁴⁰ Conforme acentuam João Pita e Ana Pereira, as farmacopeias europeias foram, gradualmente, influenciadas pelas “drogas” advindas da América Central, Andina e do Sul. Neste contexto, as farmácias de certas ordens religiosas, como os jesuítas e os carmelitas, tiveram muita relevância. Ver PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). *Ágora – Estudos Clássicos em debate*, Aveiro (Portugal), v. 14, n. 1, p. 227-268, 2012.

³⁴¹ SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Medicina Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. 2. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 163-180. No tocante à ciência no período colonial, Márcia Ribeiro faz uma abordagem sobre a medicina do Brasil colonial e as junções de saberes entre os nativos e europeus. Ver RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

³⁴² EDLER, Flavio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 28-29.

³⁴³ Para mais detalhes sobre a relação entre jesuítas e indígenas, ver SOUZA JUNIOR, José Alves de. Jesuítas e Índios: legislação, negócios, trabalho e resistência na Amazônia colonial. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (org.). *A Companhia de Jesus e os índios*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 139-170.

³⁴⁴ Referente aos jesuítas e a medicina no Brasil colonial, ver LEITE, Serafim. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1937, p. 195-216.

povos nativos do local onde a ordem estava estabelecida. No caso das colônias portuguesas, eles foram hábeis a se familiarizar com as dinâmicas socioculturais³⁴⁵, sobretudo, a língua e os saberes tradicionais, como as plantas medicinais. O segundo aspecto estava voltado para a formação de noviços para a ordem. Por fim, os jesuítas desenvolveram diversas atividades socioeconômicas. Neste contexto, as boticas tiveram um papel essencial nos colégios jesuíticos, porque a farmacologia dos trópicos foi um dos meios para angariar fundos para a ordem³⁴⁶.

Sobre o intercâmbio mencionado entre colônia e metrópole, Timothy Walker sublinha que as substâncias usadas pelos nativos circulavam nas missões jesuíticas e foram disseminadas pelos religiosos na Europa, África e Ásia. O autor destaca ainda que os próprios curandeiros indígenas mostravam aos jesuítas as misturas de ervas e corroboravam com as trocas de saberes. Conhecimentos estes que transitavam entre os membros da Companhia de Jesus, mas também no meio de médicos, cirurgiões e boticários da Europa e das colônias portuguesas no Oriente. Walker assinala que havia um comércio considerável de drogas americanas na Ásia, onde o principal destino foi Goa. Seja como for, os remédios chegaram a São Tomé, Moçambique ou Timor, além de, em alguns casos, retornarem ao Brasil³⁴⁷.

Na percepção de Daniela Calainho, na época moderna, com a expansão marítima e econômica do comércio, o boom da difusão de especiarias e drogas impactou diretamente no sentido sensorial das pessoas. Nos portos portugueses, as naus começaram a desembarcar diversos produtos, como açúcar, gengibre, canela, cravo, pimenta, salsaparrilha, noz-moscada, cacau, unguentos, raízes e plantas com ações curativas. Esse novo olhar sobre os produtos advindos das colônias fez com que surgisse uma outra maneira de experimentar os alimentos, sentir o cheiro ou os efeitos que os diversos produtos causavam, inclusive alucinógenos³⁴⁸.

Dos produtos apreciados nos mercados europeus e das diversas formas do seu uso, quer na culinária, quer no tratamento terapêutico, de acordo com Karl Arenz, três “drogas” do sertão amazônico se destacam no uso medicinal na Europa. Assim, nos tratados medicinais e escritos botânicos constam: a casca de cravo, o óleo de copaíba e a raiz de salsaparrilha, produtos que passaram a fazer parte do conhecimento e do cotidiano de médicos e botânicos.

³⁴⁵ ARENZ, Karl Heinz. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII E XVIII). *Revista História e Cultura*, Franca, v. 3 n. 2. 2014, p. 63-88.

³⁴⁶ LEITE, Bruno Martins Boto. Boticas, boticários e cultura farmacêutica nos estabelecimentos da Companhia de Jesus no “Estado do Brasil”, 1670-1759. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 17, n. 1, p. 1-31, 2022.

³⁴⁷ WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese *Estado da Índia*. In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. Nova Delhi: Primus Press, 2011, p. 141-170.

³⁴⁸ CALAINHO, Daniela Buono. Cruzando mares: drogas medicinais do Brasil no Império português. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 255-271.

Segundo o autor, tais produtos eram usados para minimizar os efeitos das febres, úlceras e, sobretudo, doenças venéreas³⁴⁹.

A respeito dessa difusão da medicina indígena no período colonial, não há dúvida que os missionários tiveram um papel substancial na transmissão de conhecimento³⁵⁰. A farmacopeia dos jesuítas, por exemplo, se ampliou e se difundiu em razão dessas trocas e experiências com os povos nativos, em especial, os curandeiros. A quinina, foi uma daquelas substâncias descobertas pelos nativos da América do Sul, um pó branco que se extraía da casca da árvore *chinchoa*. Com efeitos analgésicos era utilizado no tratamento da malária³⁵¹.

Sobre o uso da quina, em setembro de 1762, o cirurgião Julião Costa foi à vila de Santana para socorrer os moradores que estavam doentes. Na ocasião, segundo o cirurgião, o que teria causado tantas “moléstias”, foi a má qualidade da água. Ele ressalta que usava os remédios disponíveis em sua botica, menos a “quina”, pois não a tinha naquele momento. Portanto, a menção de Julião Costa sobre a quina nos leva a crer que entre as diversas substâncias, o pó branco da quinina estava entre os remédios mais usados para curar doentes³⁵².

A expulsão da Companhia de Jesus, a partir de setembro de 1759, implicou o fechamento da botica no colégio de Santo Alexandre em Belém. Esta estava equipada como um laboratório, com “estantes cheias de vidros cristalinos”, “frascos ordinários”, “vasos com remédios usuais”, além de gavetas, tachos, panelas, alambiques, prensas, “bacias de sangrar” e “vários volumes de medicina”³⁵³. Os objetos revelam que ali houve uma produção em série de medicamentos, dos quais muitos devem ter circulado ainda no início dos anos 1760.

De fato, uma análise nas entrelinhas das fontes permite supor que esses remédios ou substâncias entraram em uma rede de distribuição. Os produtos transitavam entre as populações das missões sob administração jesuítica ao longo das margens do rio Amazonas, alcançando certamente também às povoações no Cabo do Norte. Entendemos que existia uma extensa malha com que esses produtos circulavam até chegar nos seus destinos, a saber, as rústicas enfermarias nos aldeamentos ou as casas de particulares onde havia algum parente debilitado.

³⁴⁹ ARENZ, Karl Heinz. Casca de cravo, óleo de copaíba e raiz de salsaparrilha: especiarias amazônicas em tratados médico-botânicos da Europa (séc. XVII e XVIII). In: ALVES, Davison Hugo Rocha; MESQUITA, Thiago Broni de (orgs.). *Anais do X Simpósio de História ANPUH – Seção Pará. As crises da República e o ensino de história: a democracia brasileira em questão*. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 529-542.

³⁵⁰ VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Um estudo sobre as boticas e os remédios dos jesuítas no Império Português (séculos XVII - XVIII). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 3, p. 464-474, 2019.

³⁵¹ OLIVEIRA, Alfredo Ricardo Marques de; SZCZERBOWSKI, Daiane. Quinina: 470 anos de história, controvérsias e desenvolvimento. *Química Nova*, São Paulo, v. 32, n. 7, p. 1971-1974, 2009; CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. *Tempo*, Niterói, v. 10, n. 19, p. 61-75, 2005.

³⁵² APEP, cód. 98, doc. 0629-0631 (17 set. 1762) [Acervo Digitalizado].

³⁵³ No inventário dos bens do Colégio de Santo Alexandre, realizado em 1760, mas assinado somente em 25 de março de 1767 em Roma, constam também dois escravos atribuídos à botica. Ver “Inventário do Colégio do Pará” (1760). *Archivum Romanum Societatis Iesu*, Roma, cód. Bras 28, fl. 13-14.

Vale frisar que missões jesuíticas também se estabeleceram na parte francesa às margens do rio Vicente Pinzón (rio Oiapoque), na divisa com a capitania do Cabo do Norte. Segundo Karolliny Diniz e Sidney Lobato, os jesuítas atuaram na fronteira até 1765, quando houve a expulsão da Companhia de Jesus do território francês³⁵⁴. Conforme os autores, esta fronteira foi uma das regiões onde os inacianos, tanto portugueses quanto franceses, mantiveram contatos com as populações nativas, entre as quais estão os Palykur e os Aruãs³⁵⁵. Quanto a esses últimos, supomos que os Aruãs estiveram entre os agentes que mais transportavam os remédios pelos braços e furos da região da foz do rio Amazonas, uma vez que estavam regularmente na praça de Macapá, como veremos mais adiante.

Estimamos que até o início de 1760, as poções ou mezinhas feitas pelos jesuítas no Colégio de Santo Alexandre em Belém tenham circulado pelas vilas ou aldeias onde os jesuítas estabeleceram missões. Naqueles anos, alguns desses lugares tinham uma intensa ligação com a vila de Macapá, especialmente, no envio de remessas de trabalhadores, materiais e gêneros para os canteiros da fortaleza. Por exemplo, as vilas de Cintra, Melgaço, Veiros, Pombal, Souzel, Santarém, Alter do Chão, Franca, Boim e Borba, a Nova, são algumas das localidades que possuíam vínculos diretos com a praça de Macapá³⁵⁶. Deste modo, além das pedras, dos alimentos e da mão de obra, é plausível que, nas viagens, os cabos de canoas levavam também frascos com soluções, unguentos e pó medicinal para socorrer os enfermos do hospital.

Nas fontes arroladas, identificamos que os Aruãs fizeram parte dos grupos indígenas que estavam em constante circulação na capitania do Cabo do Norte³⁵⁷. Diversos grupos de Aruãs ocupavam certos espaços coloniais, ou seja, serviam como operários do forte, desfaziam roças, atuavam nos serviços domésticos e foram hábeis interlocutores entre portugueses e franceses, pois conseguiam transitar entre as fronteiras³⁵⁸. As circunstâncias em que viviam esses nativos eram variadas. A título de exemplo, em mensagem ao governador, Nuno Varona destaca a presença de Aruãs na praça de Macapá, sendo que alguns desses índios estavam em estado muito grave no hospital; já outros se encontravam nos redutos das obras, mas foram

³⁵⁴ DINIZ, Karolliny; LOBATO Sidney. Faces da fronteira: a atuação indígena na criação de missões no vale do rio Oiapoque (1729-1765). *Caravelle*, Toulouse (França), v. 116, p. 169-186, 2021.

³⁵⁵ Silvia Espelt-Bombin analisou as complexas relações de negócios e alianças entre franceses, portugueses e os grupos indígenas (Tucujus, Palykur e Aruãs) que estão presentes na região fronteiriça. Sua reflexão abarca, sobretudo, a passagem do século XVII para o XVIII. Ver ESPELT-BOMBIN, Silvia. Frontier Politics: French, Portuguese and Amerindian Alliances between the Amazon and Cayenne, 1680-1697. In: WOOD, Sarah, MACLEOD, Catriona. *Locating Guyane*. Liverpool: Liverpool University Press, 2018, p. 69-90.

³⁵⁶ AHU, Avulsos Pará, cx. 42, doc. 3872 (9 jun. 1757), fl. 1-19.

³⁵⁷ Em conformidade com as análises de Pablo Ibáñez-Bonillo, os Aruãs viviam na costa atlântica do arquipélago do Marajó, mas estavam em constante mobilidade entre a Guiana, o Cabo do Norte e o Marajó. Ver IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. Aruás en los primeros tiempos del directorio: frontera, trabajo y poder en la desembocadura del Amazonas (1757-1767). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, p. 1-33, 2019.

³⁵⁸ APEP, cód. 144, doc. 0061-0063 (21 jan. 1766) [Acervo Digitalizado].

encaminhados para servirem de remadores na canoa do cabo Luis Antônio, que fazia diligência na foz do rio Amazonas³⁵⁹.

Os indícios também nos mostram que dentre os remédios mais utilizados eram os “da terra”, substâncias que possuíam fortes traços das culturas nativas. Na falta dos remédios dos jesuítas ou vindos do Reino³⁶⁰, o uso das substâncias da flora tropical foram frequentes. Isso se evidencia na missiva enviada ao governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive pelo comandante da praça, Nuno Varona. Além de destacar o quantitativo de doentes que se encontravam no hospital – cerca de 59 africanos e 65 índios estavam com sarampo –, Varona ressalta que as doenças dos africanos estavam em um estágio moderado, porque lhes foram ministrados os “remédios da terra”³⁶¹.

Como foi mencionado acima, no vale amazônico, os “remédios da terra” foram úteis e resolveram parte dos problemas de saúde de diversos moradores, índios e escravizados que estavam doentes. É possível constatar que o uso desses medicamentos foi imprescindível no tratamento de bexigas, mas também, de outras enfermidades como dores de estômago, picadas de insetos ou animais peçonhentos e feridas causadas por acidentes. Segundo João Daniel, as folhas da planta Japucaia (Sapucaia) serviu como remédio e infusão com fins curativos³⁶².

Nesse sentido, ainda conforme o padre João Daniel, os índios conheciam bem as plantas que serviam para afastar mosquitos causadores de doenças e evitar suas picadas. Uma das soluções encontradas pelos nativos foi o uso de óleos e unguentos ou seivas retiradas de plantas, que repeliam os insetos das pessoas que aplicavam estas substâncias em seu corpo. Apesar de haver uma solução para afastar mosquitos possivelmente contaminados, os óleos raramente foram passados de forma preventiva. De fato, muitos repelentes derivados de seivas possuíam um cheiro forte ou, como ressalta o padre, “fétido da catinga”, que permaneceu por longo tempo e costumava causar um certo incômodo naqueles que os manipulavam³⁶³.

³⁵⁹ APEP, cód. 150, doc. 0377-0378 (7 mai. 1765) [Acervo Digitalizado];

³⁶⁰ Paralelamente às mesinhas produzidas pelos Jesuítas, convém apontar para as boticas que vinham do Reino. Cargas contendo remédios e substâncias que tinham o objetivo de curar diversas enfermidades eram enviadas para a colônia por ordem da Coroa. O empecilho principal era o tempo, pois uma botica despachada pela metrópole demorava meses para chegar. A solução encontrada foi amparar-se com remédios “da terra”. Em uma das cartas a seu irmão, Mendonça Furtado se queixa de dores no estômago e reclama que os remédios, que tinha consigo, haviam acabado há meses e que a próxima remessa ainda não teria chegado. Ver Carta de Mendonça Furtado ao secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo (16 out. 1756). In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina*. Tomo 3. 2ª ed. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial. 2005, p. 200-201.

³⁶¹ APEP, cód. 150, doc. 0359-0360 (7 mai. 1765) [Acervo Digitalizado]. No contexto do Mato Grosso colonial, havia uma relação próxima de cirurgiões e indígenas, com ambos utilizando produtos da natureza. Ver JESUS, Nauk Maria de. *As doenças e as artes de curar na Capitania de Mato Grosso (1727-1816)*. São Leopoldo: Karywa, 2022.

³⁶² DANIEL, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. v. 1, 2004, p. 488.

³⁶³ DANIEL, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. v. 1, 2004, p. 221.

Para o Hospital se carecem das alfayás, e drogas seguintes:

Camas
 Tigelas
 Pratos
 Xicras [xicarás] para os doentes tomarem os remédios
 Toalhas para as mãos
 Bacia depois p^a sangria
 Bacias de pes de cama
 Galinhas que não há na terra
 Pimenta
 Vinagre
 Vinho
 Agoardente de Cana
 Açucar
 Carima [carimã]
 Alfazema

Pello que respeita aos remédios que devem estar de prevenção no armazém desta vila para qualquer incidente de feridas que se oferecer, são os seguintes:

Óleo de apparuio libras	3
Óleo de trementina libras	1
Óleo de minhocas libras	1
Óleo de amêndoas doces sem fogo libras	1
Bálsamo calholico [católico] libra	1
Bálsamo peruviano líquido onças	4
Bálsamo de arcui libras	1
Tintura de mirra onças	6
Trementina libras	4
Xarope rosado libras	1
Espirito de vinho bem retificado libras	1
Triaga magna	1
Unguento bazalição [basilição] libras	1
Unguento camelo libras	1
Unguento nervino libras	1
Emprasto [emplastro] de apalma libras	1
Emprasto [emplastro] estitico de crolio libras	1
Alcamphor [cânfora] onças	3
Pós de Joanes onças	6
Pedra hume onças	3
Pedra infernal onças	1
Pedra lipis onças	2
Solimão onças	4
Cal	
Agoardente de cana frisqueiras	4
Vinho frisqueiras	1
Panos usados para ataduras e fios	

Julião Alvarez da Costa

Quadro 6: Materiais e suprimentos que devem ser usados no hospital.

Fonte: APEP, cód. 98, doc. 0633-0635 | s/d.

Conforme se pode ver na tabela acima (Quadro 6), o cirurgião Julião da Costa, preparou uma lista em que sugere o envio de materiais e remédios para o hospital da praça de Macapá. Na primeira parte da lista é possível constatar alguns utensílios e produtos para o uso diário. Já a segunda parte se assemelha a um tipo de procedimento a ser seguido, de modo que a guarda dessas substâncias deveria ser de forma cautelar em um armazém apropriado, para que elas pudessem estar alcançáveis logo poder socorrer alguém que se acidentou.

A partir da lista do cirurgião Julião da Costa, podemos fazer conclusões acerca de procedimentos que ele deve ter adotado para cuidar das feridas dos doentes. É importante lembrar que, na primeira metade da década de 1760, os procedimentos e os cuidados com os pacientes, assim como a própria estrutura hospitalar, ainda eram incipientes. Só no final da década, os métodos e a estrutura irão mudar, mas a falta de medicamentos era constante.

Assim, na lista podemos notar algumas substâncias próprias do território americano. Por exemplo, a trementina ou terebintina, substância que era extraída a partir da seiva de árvores coníferas, tal líquido tinha propriedades anti-inflamatórias. Havia também o bálsamo peruviano ou bálsamo do Peru, oriundo da região oeste dos trópicos amazônicos. A seiva da planta correspondente servia para a cicatrização e desinfecção de feridas e queimaduras³⁶⁴.

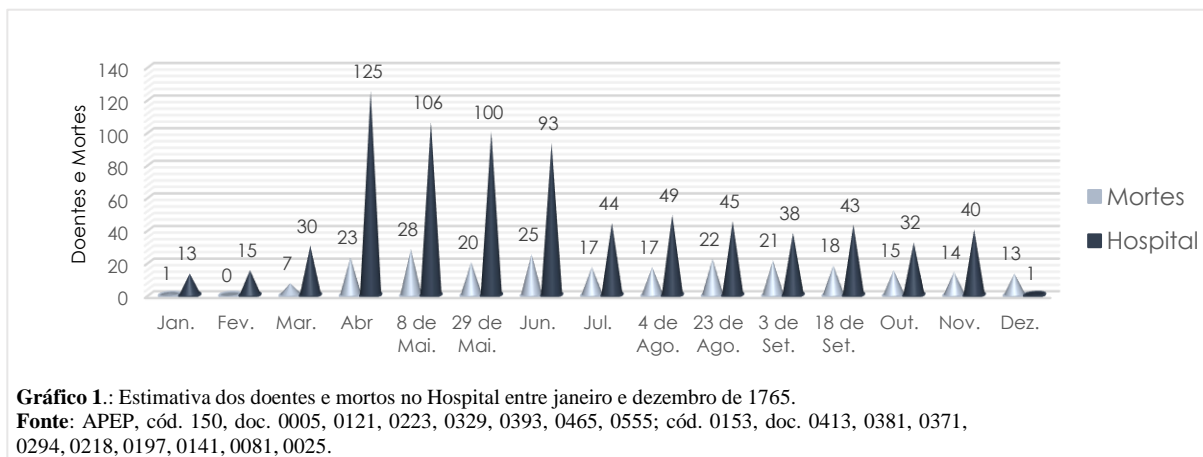
Outro medicamento solicitado pelo cirurgião e que nos chama a atenção é a “aguardente de cana”. Conhecida como bebida espirituosa e diferente do que acontece em certos ambientes, onde os seus usuários ficam em estado de euforia, no hospital, a aguardente foi bastante útil para fins medicinais. No contexto colonial, alguns tratamentos exigiam o uso da aguardente, quer na esterilização de uma área infectada, quer no seu uso para servir como anestésico. De acordo com Betânia Figueiredo e Evandro Castro, o uso da aguardente, além de ser um remédio de fácil acesso, foi eficaz contra diversos males, mas, ingurgitado em excesso, poderia fazer mal à saúde³⁶⁵.

Apesar da abundância de matéria prima disponível na natureza, nem sempre a quantidade de remédios, sejam os “da terra”, os da botica dos jesuítas ou até mesmo os que vinham do Reino, era suficiente para atender a demanda. É possível constatar nas fontes que, sobretudo, o hospital que servia como enfermaria para os acamados na praça de Macapá precisava frequentemente de remédios. Isso nos leva a crer que a demanda de doentes estava

³⁶⁴ Luís Gomes Ferreira definiu em 1735: “Bálsamo peruviano – Bálsamo proveniente do Peru, que sai de uma planta do tamanho da romeira e que dá folhas semelhantes às da urtiga”. Ver FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário mineral – Luís Gomes Ferreira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 776.

³⁶⁵ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CASTRO, Evandro Carlos Guilhon de. Os cuidados com a saúde dos escravos no Império Português: a aguardente para fins medicinais. In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (orgs.). *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011, p. 103-127.

paullatinamente aumentando e os medicamentos não estavam suprindo a procura. Esse aumento fica evidente na segunda metade da década de 1760, como sublinha o comandante da praça, Nuno Varona ao apontar para o número crescente de mortos³⁶⁶.



Em consonância com essa informação, descrita na carta de Varona, juntamente com os dados disponíveis no mapa geral dos operários (Quadro 1), conseguimos estimar o número de doentes no hospital da vila de Macapá e aqueles que ali morreram (Gráfico 1). Observa-se que, entre abril e junho de 1765, houve um aumento dos enfermos³⁶⁷. É provável que nesse período a vila estava sob um surto de sarampo, doença que Varona menciona na correspondência enviada ao governador³⁶⁸. Ademais, há um indicativo de aumento de doentes e mortes nos meses e anos posteriores.

É importante frisar que, em geral, os dados disponíveis no mapa geral dos operários permitem estimar o quantitativo de trabalhadores que adoeceram ou faleceram no hospital. Presume-se que neste conjunto haja pacientes que sofreram algum tipo de acidente de trabalho, algo que acontecia corriqueiramente. Os mapas não deixam de forma explícita os motivos pelos quais tais doentes foram parar no hospital. Mas, ao cruzarmos as fontes entre mapas e cartas, notamos que aqueles sujeitos padeceram, principalmente, por causa de doenças, como sarampo ou varíola. Logo, os incidentes de trabalho aconteceram, mas foram menores, porque o avanço epidêmico nos redutos das obras fez com que diminuíssem as entradas de acidentados na enfermaria.

Nos anos de 1760, a situação do hospital em Macapá, feito em madeira e com o teto de palhas, não tinha uma estrutura adequada e não dispunha de materiais básicos. Por conseguinte, os enfermos com “bexigas” ficavam em um espaço improvisado, onde as

³⁶⁶ APEP, cód. 150, doc. 0359-0360 (7 mai. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁶⁷ APEP, cód. 150, doc. 0251-0252 (9 abril. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁶⁸ APEP, cód. 150, doc. 0359-0360 (7 mai. 1765) [Acervo Digitalizado].

condições eram mínimas e ainda tiveram que dividir o lugar com aqueles que tinham sofrido algum tipo de acidentes nos redutos das obras. Os canteiros, locais insalubres, por vezes inseguros e sem condições de segurança, eram propícios para acidentes. Por isso, amputações e mortes eram comuns no decorrer da construção.

A exaustão pelos trabalhos, vinculada à má alimentação, foi também uma das causas da expressiva hospitalização dos operários. Para sanar esses percalços, o cirurgião do regimento³⁶⁹, Julião Alvares da Costa, por intermédio de um requerimento, pedia providências às autoridades, informando que o local carecia de remédios e, sobretudo, de alimentos. Assim, para suprir esta escassez, uma das soluções seria a distribuição de refeições nutritivas, como canja de galinha e ovos cozidos, alimentos considerados essenciais para a recuperação dos pacientes³⁷⁰.

É patente nas fontes, a súplica do cirurgião Julião da Costa e dos próprios colonos, que fizeram uma petição aos dirigentes, solicitando com urgência um pronto socorro e remédios para atender os enfermos e acidentados. No final do ano de 1759, havia inúmeros doentes na vila, mas os medicamentos só estavam disponíveis na botica do rei, um recurso de caráter privativo, pois restrito a poucas pessoas, geralmente militares de altas patentes ou moradores notáveis. Mas, para tratar os enfermos, retirou-se dela os insumos necessários³⁷¹.

Outro cirurgião, Silvestre Ribeiro Sarmiento, pediu respostas às autoridades portuguesas sobre a situação. Em maio de 1766, o referido cirurgião listou os gêneros indispensáveis, como água ardente e vinagre, ambos de grande relevância pela função antisséptica, além de açúcar de cana, alfazema e unguentos brancos. Na época, os xaropes tinham açucares em sua composição. Referente a isso, Henrique Caneiro explica que o melaço da cana de açúcar foi a base do princípio ativo de elixires curativos³⁷². A alfazema tinha propriedades analgésicas e odorizantes de ambientes³⁷³. Por fim, os unguentos se assemelhavam a uma manteiga ou pasta, constituída por vários ingredientes fármacos, como ervas e raízes³⁷⁴.

³⁶⁹ Na concepção de François Lebrun, havia uma distinção entre médicos e cirurgiões. Enquanto o primeiro era tido como um letrado, ou seja, um sábio que observava a evolução do doente. Já o cirurgião realizava procedimentos práticos, como sangrias, incisões e tratamento de fraturas. Por vezes, o cirurgião era associado aos barbeiros, agentes menos especializados. Conforme acentua o autor, no século XVIII será regulamentado o papel dos cirurgiões. Ver LEBRUN, François. Os cirurgiões-barbeiros. In: LEGOFF, Jacques (org.). *A doença tem história*. Lisboa, Terramar. 1985, p. 299-304.

³⁷⁰ APEP, cód. 150, doc. 97 (s/d) [Acervo Digitalizado].

³⁷¹ APEP, cód. 98, doc. 0055 (6 nov. 1759) [Acervo Digitalizado].

³⁷² CARNEIRO, Henrique Soares. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 89.

³⁷³ APEP, cód. 164, doc. 0289 e 0291 (30 mai. 1766) [Acervo Digitalizado].

³⁷⁴ BADINELLI, Isaac Facchini. *Saúde e Doença no Brasil Colonial: práticas de cura e uso de plantas medicinais no Tratado Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira (1735)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p. 82.

Em carta ao governador, Joaquim Pinto Valente, oficial da praça de Macapá, ressalta, em 1765, que “o hospital dessa Capitania se acha na mayor indecadencia [decadência], por falta de todo o precizo para a assistencia dos enfermos”. Valente faz sobressair a situação do doente Pedro de Melo e a falta de assistência que o hospital não pode dar a esse enfermo. Segundo ele, faltavam cama, lençóis e ataduras para cobrir os seus ferimentos. A solução dada foi fazer algumas bandagens improvisadas, já que a fazenda real não dispunha de tais materiais³⁷⁵.

Como foi mencionado acima, os acidentes e mortes nos redutos foram constantes, mas com o aumento dos surtos epidêmicos houve a diminuição dos casos. Em documento direcionado ao governador Bernardo de Mello e Castro, o comandante da praça destaca dois pontos acerca da construção da “bateria baixa oriental” do forte. O primeiro diz respeito ao quantitativo de trabalhadores. Segundo Varona, “a importante obra estaria efetuada se tivesse um maior número de operários”. Outro ponto é a menção do falecimento de dois índios que aconteceu em novembro de 1762. Ambos foram soterrados por uma “grande porção de piçarra”. Os indígenas eram originários, respectivamente, das vilas de Esposende e Arrayolos³⁷⁶.

No cotidiano, o hospital ficava sob a responsabilidade do cirurgião, mas a demanda e a dinâmica do ambiente, ao que tudo indica, era complexa, pois marcada pelo número elevado de acidentados e acamados por bexigas. Nesse sentido, podemos levantar algumas questões sobre a figura do cirurgião, isto é, como apenas uma pessoa tomaria conta de um espaço tão relevante como esse hospital? Ou, como era possível tratar de uma quantidade tão expressiva de doentes? Quem dava assistência aos enfermos quando o cirurgião não estava ali?

São questões que giram em torno da construção da fortaleza e nos levam a pensar também nas agências de outros sujeitos, não diretamente ligados aos redutos das obras. De fato, um espaço da importância e complexidade do hospital não podia ficar sob a responsabilidade apenas do cirurgião. E, de fato, observamos nas fontes que algumas indígenas cuidavam das tarefas cotidianas do hospital. Pode se entender que, sobretudo, o ambulatório foi um ambiente frequentado por mulheres, seja na condição de enfermas, seja na de assistentes.

No tocante à condição das mulheres, em janeiro de 1770, o sargento-mor Marcos José Monteiro de Carvalho mostrava-se preocupado com o “estado em que se achavão umas vinte e três mulheres povoadoras” que tinham vindo da Vila Vistosa da Madre de Deus³⁷⁷. Em ofício ao governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, o sargento dividiu o hospital, reservando uma ala para as referidas mulheres e outra para os homens. Solicitou que viessem com elas

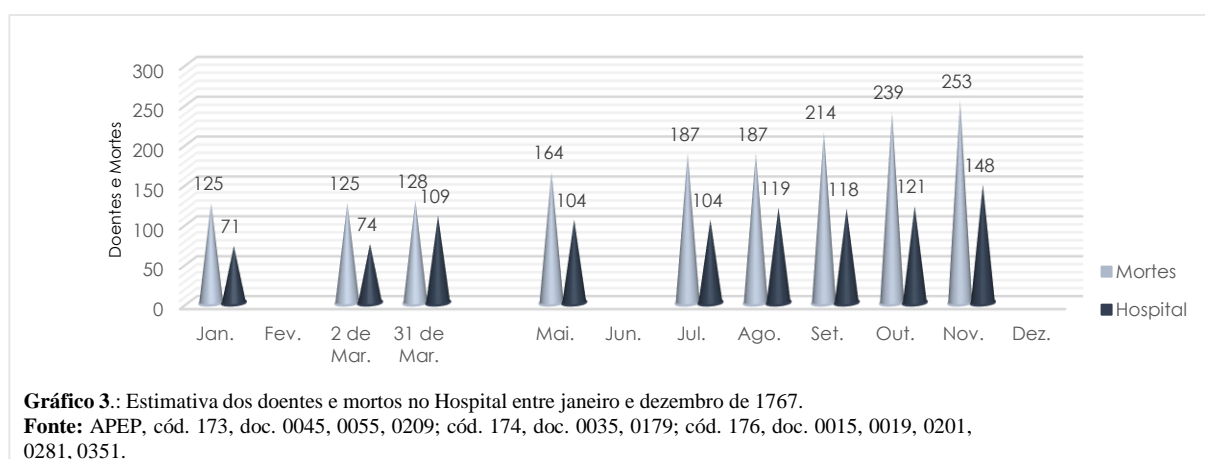
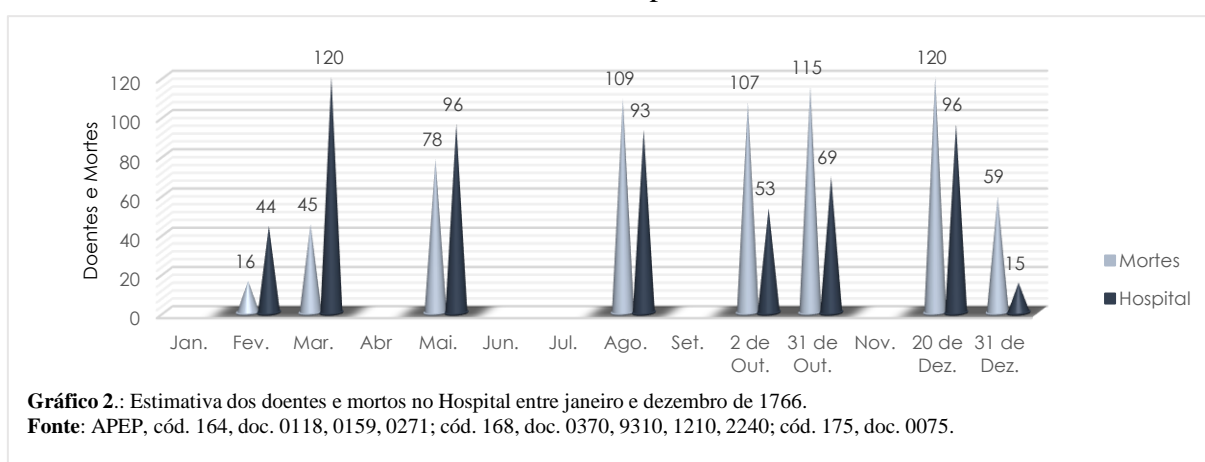
³⁷⁵ APEP, cód. 155, doc. 0045 (5 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁷⁶ APEP, cód. 132, doc. 0003-0004 (16 jan. 1763) [Acervo Digitalizado].

³⁷⁷ A Vila Vistosa da Madre de Deus, foi fundada em 1767, pelo então governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, às margens do rio Anaurapucu.

“duas mulheres de caridade, e boa conducta que lhe servissem de emfermeiras”. Na ocasião, o sargento, além de apontar a falta de remédios para as doentes, destaca a importância de ter pessoas no ambiente para auxiliar as mulheres enfermas³⁷⁸.

Outra função que as mulheres exerciam no hospital foi a de lavadeiras. Em uma das ocasiões, o povoador Domingos Botelho ficou acamado, sendo identificado por ser casado com “a mulher lavadeira da roupa do hospital”. Apesar de povoador, ele deu entrada no hospital como operário³⁷⁹. Além de ficar evidente a atuação de mulheres no hospital, observamos que, no final da década de 1760, o hospital já tinha uma estrutura mais consolidada, porém, ele carecia ainda de certos materiais essenciais, em especial, de uma botica.



Como foi mencionado acima, as doenças assolaram inúmeras vilas e aldeias ao redor. Ao analisar os “mapas de operários” dos anos de 1766 e 1767 (Gráficos 2 e 3), constatamos o aumento de dois dados. O primeiro refere-se ao número de indivíduos que foram hospitalizados. No mês de março de 1766, o índice sobe de repente, mas baixa no mês de maio. Ele se mantém alto até outubro, para, em seguida, aumentar novamente em dezembro do mesmo ano. A

³⁷⁸ APEP, cód. 219, doc. 0021 (29 jan. 1770) [Acervo Digitalizado].

³⁷⁹ APEP, cód. 173, doc. 0109-110 (15 jul. 1769) [Acervo Digitalizado].

segunda informação diz respeito à quantidade de sujeitos que vieram a falecer. De forma gradual, o número vai subindo até chegar a um ápice no mês de dezembro com 120 defuntos.

O cenário em 1767 não arrefece. Diante dos números, podemos constatar dois pontos. O primeiro é que houve um aumento de enfermos no hospital nos meses seguintes. O segundo refere-se ao índice dos sujeitos que vieram a óbito. Como podemos notar, os meses de abril, julho, setembro e outubro possuem parâmetros expressivos. É evidente que alguns meses dos anos de 1766 e 1767 estão zerados, o que se vale da ausência dos respectivos documentos. Mas, as lacunas não interferem de forma abrupta na nossa análise. Em resumo, a partir dos dados que foram destacados nos gráficos 1, 2 e 3, podemos constatar que, no decorrer dos anos de 1765, 1766 e 1767, a vila de Macapá sofreu com contágios. O reflexo disso se mostra no alto índice de acamados e mortos.

Em correspondência, o comandante da praça ressalta dois aspectos ao governador a respeito das bexigas. O primeiro diz respeito aos contágios que continuaram a se alastrar na praça e que afetaram os operários ao ponto de fazê-los “perecer”. O segundo concerne ao distanciamento dos doentes, isto é, os adoentados seriam remanejados para uma enfermaria longe dos moradores saudáveis, isto é, do alojamento dos operários e da tropa, para que não houvesse mais contaminações³⁸⁰. Este ponto foi uma orientação que o comandante Nuno Varona recebeu dos cirurgiões do hospital. Isso evidencia a aplicação de medidas preventivas para conter a disseminação da varíola.

De modo geral, as condições durante a construção do forte de Macapá foram adversas, ou seja, má alimentação, fome, acidentes, doenças e a falta de assistência foram frequentes. Isto ficou evidente na quantidade insuficiente de remédios que vinham do Reino para suprir a procura dos colonos. Obstáculos como este dificultaram o andamento das obras e da própria dinâmica da praça. Apesar dos contratemplos e da lentidão, isso não impediu a implantação das políticas da Coroa naquele local estratégico para a ocupação efetiva do território e a fixação exata das fronteiras no vale amazônico.

Tais fatores também influenciaram na decisão de um contingente considerável de desertores que, ao se refugiarem nas matas, livraram-se de parte das agruras que sofriam nos redutos das obras. Como foi mencionado, os surtos endêmicos periodicamente apareciam em Macapá. Em novembro 1777, não foi diferente, como destaca o militar português Manuel da Gama Lobo de Almada³⁸¹. O surto naquele ano fez com que muitos índios, africanos, militares

³⁸⁰ APEP, cód. 174, doc. 0143-144 (11 abril. 1767) [Acervo Digitalizado].

³⁸¹ APEP, cód. 313, doc. 0075 (11 nov. 1777) [Acervo Físico].

e degredados desertassem das suas funções e buscassem refúgio nas florestas vizinhas, ora das doenças que afligiam a vila, ora das jornadas de trabalho excessivamente longas e penosas.

É sobre este ponto que vamos refletir mais adiante, ou seja, os lugares que serviram como abrigo para tais indivíduos. Buscaremos pontuar a relação que havia entre esses espaços, a vila de Macapá e as agências desses sujeitos. As fugas aconteciam com frequência e foi uma das maneiras encontrada para se contrapor ao arbítrio das autoridades coloniais.

3.3 – Vilas e mocambos

No contexto das obras do forte, como pudemos observar, várias vilas foram essenciais para o andamento da construção. Obviamente, cada uma possuía as suas especificidades, sendo que muitas tiveram um papel mais preponderante que outras, ou influenciaram mais diretamente no andamento das obras e na própria dinâmica da região. Algumas dessas vilas constituíram, em seus interiores, isto é, longe de uma fiscalização mais efetiva das autoridades coloniais, espaços distintos de trocas e convívios.

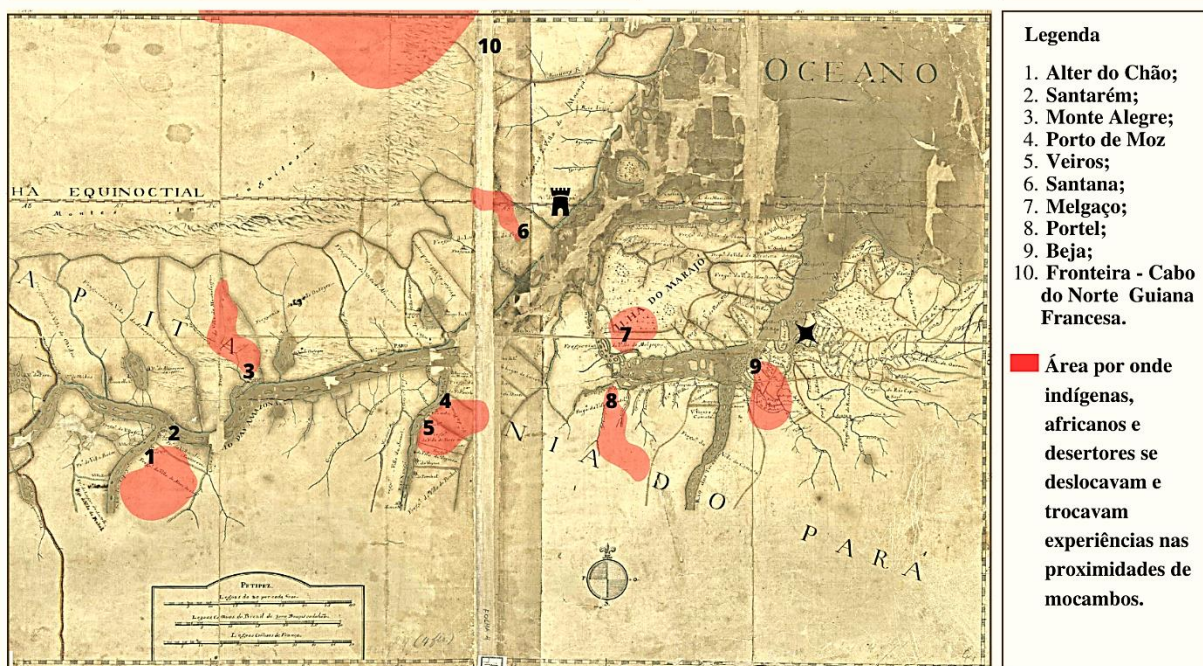
Nesse sentido, buscamos destacar dois pontos nesse momento. O primeiro diz respeito a determinadas vilas, ou seja, locais que mantiveram uma relação com Macapá, além de serem indispensáveis para a conjuntura. Isso nos levou a fazer escolhas e realçar aquelas vilas que aparecem com certa recorrência na documentação e que fazem alusão direta aos mocambos³⁸². O segundo ponto refere-se às matas, porém, não aquelas situadas em qualquer lugar nessa imensidão verde, mas em espaços estratégicos, quer dizer, ambientes ou paragens que se transformaram em zonas de trocas, amparo, convívio e solidariedade entre indígenas, africanos, mestiços e desertores brancos.

É importante recordar que, no capítulo anterior, nos ativemos a algumas vilas que foram preponderantes por constituírem pontos centrais no fluxo contínuo, seja de sujeitos, seja de mercadorias que se destinavam à vila de Macapá. Vilas como Santana, Esposende, Arrayolos, Frágoso, Melgaço, Portel, entre outros, remetiam trabalhadores e provimentos. Pontuamos isso, porque ressaltaremos mais adiante vilas que já faziam parte desse circuito,

³⁸² É pertinente assinalar que no contexto colonial amazônico, geralmente, as autoridades portuguesas empregavam um termo da origem africana para denominar comunidades de fugitivos indígenas que se estabeleciam nos interiores das matas, ou seja, “mocambos de índios”. Provavelmente, os primeiros ajuntamentos foram formados por indígenas, já na segunda metade do século XVIII, com a intensificação da vinda de africanos escravizados. Essas comunidades passaram a acolher os africanos que fugiam, por sua vez, de seus locais de trabalho. Ver APEP, cód. 151, doc. 0243 (16 fev. 1765) [Acervo Digitalizado]. Ver, também, SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. Indígenas e africanos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 260-267.

contudo, buscaremos atentar às adjacências destas vilas, ou seja, espaços que, de alguma forma, foram inseridos também nessa rede de abastecimento.

Figura 03: Mappa geral do bispado do Pará: repartido nas suas freguezias que nele fundou, e erigio o Ex. e Rev. Snr. D. Fr. Miguel de Bulhões III Bispo do Para. (adaptado).



Fonte: GALLUZZI, Henrique Antonio. Mappa geral do bispado do Pará: repartido nas suas freguezias que nele fundou, e erigio o Exmo. e Revmo. Snr. D. Fr. Miguel de Bulhões III Bispo do Para. 1759. 1 mapa ms. em 4 seções, col., desenho a nanquim col., cada seção 59,5 x 45,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512337/cart512337.jpg> Acesso em: 21 fev. 2023.

Nas fontes analisadas, conseguimos identificar as vilas de Alter do Chão, Santarém, Monte Alegre, Porto de Moz, Veiros, Portel, Melgaço, Beja e Santana (Figura 4). Além dessas vilas às margens do Amazonas e seus grandes afluentes Tapajós e Xingu, a fronteira entre a Guiana Francesa e o Cabo do Norte também aparece entre os espaços que abrigaram redutos de fugitivos integraram uma complexa rede de rotas de fuga. Trata-se de lugares ao abrigo das matas onde se fundavam mocambos, concentrando inúmeros sujeitos, que resistiam aos domínios coloniais ou fugiam dos trabalhos, em especial, aqueles que demandavam uma carga excessiva, como foi o caso da construção das fortalezas na época pombalina.

Conjecturamos que existiram outras vilas que serviram como pontos estratégicos ou de (re)encontros. Isto é, os mocambeiros se utilizavam dessas localizações para se orientar e se afastar dos olhares dos administradores portugueses e das diligências que eram feitas para tentar capturar os foragidos. Do mesmo modo, tais vilas foram utilizadas como pontos de reencontros entre tais indivíduos e seus familiares ou aqueles que não queriam seguir o mesmo destino.

Assim, também no caso das obras em Macapá, existem fontes que indicam paragens ou o estabelecimento de mocambos nos entornos daquelas e de outras vilas.

Nessa ótica, Anaíza Vergolino e Arthur Napoleão elencam registros de mocambos em diferentes regiões do sertão amazônico. Entre os lugares que foram alvos constantes de diligências para apanhar os fugitivos, os autores apontam as áreas ao redor das vilas de Acará, Amapá, Oeiras, Portel e Santarém, além da várzea e terra firme dos rios Negro e Tapajós³⁸³. A recaptura nem sempre acontecia com sucesso, a violência imperava nessas situações. Em consulta ao Conselho Ultramarino, os oficiais da Câmara da cidade de Belém ressaltam os procedimentos quando uma expedição se deparava com um mocambo. No primeiro momento havia o cercamento da área, em seguida, os apesadores ateavam fogo nas lavouras e assim “capturavam os fujões”. Depois disso, eram feitas as escoltas até a cidade de Belém ou para outras localidades.³⁸⁴

Nesta perspectiva, Vicente Salles ressalta que a “multiplicação desses ajuntamentos de escravos africanos na floresta amazônica aumentou consideravelmente a partir do final do século XVIII e tomou largo impulso nos primeiros anos do século XIX”³⁸⁵. Além dessa ampliação de redutos de fugitivos, o autor destaca as regiões onde mais proliferaram os mocambos, a saber, nas áreas do Baixo Amazonas, Amapá e Baixo Tocantins³⁸⁶.

Embora o foco de Salles seja evidenciar a presença africana nesses ajuntamentos, ressaltamos que a presença indígena também era significativa. Em muitos casos, as fontes assinalam que esses agrupamentos foram feitos no primeiro momento por índios, acolhendo depois africanos e, também, de pessoas de outras origens que (re)agiam e criavam táticas para viver nos meandros da sociedade colonial. A forma de resistência mais característica nesse contexto foi a fuga, cujos motivos eram variados³⁸⁷.

No que tange à resistência, Hal Langfur investiga a dispersão e as estratégias indígenas no interior de Minas Gerais. O autor destaca os embates violentos que surgiam quando havia contatos entre índios e colonos. O derramamento de sangue e o conflito eram reflexos da exploração mineira e do controle que as autoridades queriam manter sobre a região. O que nos

³⁸³ FIGUEIREDO, Arthur Napoleão; VERGOLINO-HENRY, Anaíza. A presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. *Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 1, 1990, p. 56-63.

³⁸⁴ AHU, Avulsos Pará, cx. 31, doc. 2977 (21 mai. 1750), fl. 1-7.

³⁸⁵ SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 3ª ed. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005, p. 252-253.

³⁸⁶ SALLES, *O negro no Pará*, 2005, p. 252-274.

³⁸⁷ A respeito disso, Stuart Schwartz nos lembra que a resistência nas Américas assumia diversas formas. Ela se expressava pela lentidão proposital na execução de uma dada atividade ou até na sua própria sabotagem. Outras maneiras, mais extremadas, eram comuns também, como a autoflagelação, o suicídio e o infanticídio, além das vinganças cotidianas em relação a capatazes ou senhores. Ver SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 219.

chama a atenção é que Langfur esclarece que “a resistência violenta nunca foi o único mecanismo que regeu as ações nativas. Casos de adaptação e cooperação, fuga e migração, oposição não violenta, rendição e incorporação pacífica ocorreram igualmente”³⁸⁸. Logo, nem sempre o embate ou a sublevação prevaleceram como táticas de resistência. O autor ressalta que outras maneiras sobressaíram em diferentes circunstâncias, entre as quais a dispersão para as matas.

No nosso contexto, percebemos que a causa das fugas se dava por diferentes motivos: carga de trabalho exaustiva, conflitos, doenças, fome e os sucessivos castigos. O diretor da vila de Alter do Chão, João Francisco Furtado, informa que encaminhou para Macapá um indígena que foi preso, sendo que a ordem da prisão partiu do diretor de Santarém. De acordo com Furtado, a causa da prisão foram os vários delitos que o índio teria cometido na vila de Boim. O índio foi acusado de roubar as roças dos moradores e instigar outros índios “para fazer mocambo mais longe”. Furtado conclui destacando que a família do indígena também foi presa e que com ela havia mais duas famílias que estavam se apossando das roças alheias³⁸⁹.

O caso sinaliza duas situações. A primeira refere-se à persuasão que havia entre os indígenas para sair de dada realidade colonial. Uns conseguiam vislumbrar um espaço onde poderiam viver a liberdade, não de forma plena, pois isso seria irreal, mas em um cenário sem abusos ou arbitrariedades por parte das autoridades. A segunda pauta-se no ato, pois precisava-se criar estratégias e estruturas, como estocar frutas, grãos ou mandioca, em pequenas quantidades, para que não faltasse alimento durante o percurso, além de despistar os colonos ou capatazes até que a fuga para o mocambo se concretizasse; por isso que havia os furtos.

Nessa conjuntura, Rosa Acevedo Marin e Edna Castro reforçam a ideia de que a entrada de africanos na região do Baixo Amazonas, até os finais do século XVIII, foi irregular. As autoras apontam para as medidas de controle e perseguição de fugas. Tais meios estão relacionados aos “atos e resoluções aprovadas pelas Câmaras prescrevendo a organização de milícias, como também, a série de normas e punições ditadas para os não negros e homens livres que passavam a relacionar-se com os chamados mocambeiros”. Além disso, a formação desses agrupamentos na região estava vinculada à expansão da cultura do cacau naquele tempo³⁹⁰.

³⁸⁸ LANGFUR, Hal. Áreas proibidas e hierarquias contestadas: resistência indígena à incorporação colonial na mata atlântica setecentista. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge (orgs.). *Raízes do privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 589-615.

³⁸⁹ APEP, cód. 151, doc. 0013 (1 de jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁹⁰ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA/NAEA, 1993, p. 42-59. A citação na frase encontra-se na página 58.

A minuta que João Furtado encaminha ao governo, nos faz presumir que na região da foz do rio Tapajós, onde estavam situadas as vilas de Boim e Alter do Chão, havia áreas nas quais se constituíam agrupamentos de fugitivos. Embora a documentação esteja fragmentada, as fontes nos trazem vestígios que ali, naquela região do Baixo Amazonas, existiam focos de índios e, provavelmente, africanos, mestiços e desertores dos serviços reais e militares³⁹¹. Esses focos também estiveram presentes pelo vale do rio Amazonas. No entanto, não é possível descrevê-los ou pontuar com exatidão a sua localização, mas com base nas correspondências dos diretores é possível mapear aproximadamente os respectivos locais.

Em Santarém, por exemplo, uma lista com os nomes de indígenas ausentes foi enviada ao governo em 1765. Na relação, feito pelo possível responsável pela contagem, Vitoriano Roiz, constam os nomes de índios e índias, entre casais e solteiros³⁹². Por um lado, a ausência desses indígenas pode evidenciar uma gama de indagações. Entre elas, podemos apontar o conhecimento acerca do exaustivo trabalho nas obras do forte de Macapá, que espantava os índios. Outro aspecto pode estar ligado à carência de mão de obra em Macapá, em razão do aumento das enfermidades na região. Isso fez com que houvesse um certo receio dos índios de seguir viagem rumo à fortaleza em construção, ocasionando sua evasão para as matas.

Outra causa das fugas está vinculada à fome. O militar português Manoel da Gama Lobo de Almada relata o que aconteceu na vila de Monte Alegre, no início de 1765, ao mencionar a seca que houve na região. Esta foi de tão grave que atrasou a produção da farinha de mandioca. Os moradores buscavam meios para saciar a sua fome, sendo que alguns comeram “frutas do mato” e outros fugiram. Ainda que o militar ressalte na carta ao governador que não sabia a causa da evasão de quinze índios, entre homens e mulheres, a documentação demonstra, intrinsecamente, que a fome foi a principal razão de os índios terem buscado às matas³⁹³.

É plausível que esses mesmos indígenas fossem os mesmos que se encaminharam ao mocambo que circunvizinhava a vila de Monte Alegre. Pois, em outra missiva, do dia 12 de janeiro de 1765, Manoel de Almada salienta que

A dias que chegarão a esta vila hum indio e huma índia que decerão de hum mocambo de fogidos ahonde a d^a índia me dis lhe matarão seu marido, informando me do poder do dito mocambo me dizem consta de quinze índios tras tantas índias e algumas

³⁹¹ Para além do nosso recorte temporal, Eurípedes Funes analisou a construção de mocambos (ou quilombos) no Baixo Amazonas, por meio de fontes orais e escritas, com ênfase nas resistências e nas interações entre índios e negros que ali se estabeleceram no século XIX até o período contemporâneo. Ver FUNES, Eurípedes Antonio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo amazonas*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

³⁹² APEP, cód. 157, doc. 0564 e 0566 (1765) [Acervo Digitalizado].

³⁹³ APEP, cód. 151, doc. 0041-0042 (s/d) [Acervo Digitalizado].

crianças, estão situados em hum [i]garape junto as bareras de caraucú e jam coaje todos moradores desta villa [...] ³⁹⁴.

Na descrição de Almada, a índia teria reportado o assassinato do seu marido no mocambo, o que fez o lusitano inferir sobre a situação do lugar e do quanto ele poderia ser perigoso. Pelo visto, o mocambo tinha o poder de atrair diversos sujeitos, mas também, era um espaço de troca de experiências e negociações e, eventualmente, de tensões e desentendimentos entre os indivíduos que integravam e compartilhavam este lugar. Em uma das discussões, os ânimos poderiam ter se alterado e, talvez, nessa circunstância, o esposo da índia tivesse sido morto. No entanto, não se sabe as reais causas, pois não há mais detalhes no relato.

Outro ponto sobre o qual podemos versar, diz respeito ao “poder do dito mocambo”, como sublinha Almada. Esse poder registrado pelo militar português poderia ser compreendido pela capacidade bélica, tanto pelo número de homens e mulheres quanto pela determinação a usar violência. Podemos ir além e pensar, na perspectiva do poder de atração, nas formas de aliança e organização interna que estruturava estes ambientes naquele contexto colonial. De fato, cada mocambo tinha as suas normas, seus meios de proteção e sua rotina de convivência que o fortaleciam frente aos agentes da colonização portuguesa.

Quanto às ausências de indígenas nas vilas, podemos contatar o fenômeno também no vale do rio Xingu. Na vila de Porto de Moz, o diretor José Marques relatou as fugas de índios, em especial, do Principal Coya e de sua família. O autor expõe as desavenças que o genro do Principal teria provocado e o assassinato que teria cometido. Coya teria sido convencido a se evadir por dois índios. Estes, por sua vez, teriam fugido dos serviços do forte vizinho de Gurupá e já estariam metidos na mata. Portanto, na fuga, o principal teria levado consigo sua esposa, sua filha e mais dois índios menores ³⁹⁵.

Um caso curioso aconteceu na vila de Veiros, também no Xingu. O diretor Ignacio Roiz Chaves reporta uma situação inusitada. Na vila, diversos índios estavam ausentes e outros foram trabalhar nas obras da fortaleza de Macapá. No entanto, estes que estavam nos serviços do forte fugiram das obras e retornaram a Veiros para buscar as suas esposas e filhos. Na ocasião, Ignacio Chaves assinala a falta de índios na vila e informa que aquelas índias, juntamente com seus filhos, foram levadas “ocultamente” pelos seus maridos ³⁹⁶.

Na vila de Portel, ao sul da ilha do Marajó, o diretor Antônio de Souza, comunica ao governo o envio da farinha para as obras de Macapá, mas, na ocasião, ele menciona “hum

³⁹⁴ APEP, cód. 151, doc. 0045-0046 (12 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁹⁵ APEP, cód. 157, doc. 0460-0461 (12 out. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁹⁶ APEP, cód. 157, doc. 0720 (26 dez. 1765) [Acervo Digitalizado].

mocambo” do qual teve notícias e que ficaria a cerca de três a quatro dias da vila³⁹⁷. Na vila próxima de Melgaço, o diretor José Feliz Galvão de Azevedo e Oliveira informa o governo que chegou em seus ouvidos a fuga de índios. Na busca pelos nativos, os oficiais conseguiram localizar resquícios de materiais de feitura de canoas, indícios de que os índios estavam construindo uma embarcação para se evadir do local. Nesse ínterim, o diretor teve notícias que nas imediações da vila existiria um mocambo com vários índios de Melgaço e de outras vilas³⁹⁸.

Na vila de Beja, o diretor Raimundo José de Bitencourt estabeleceu uma relação dos índios que moravam na vila para os trabalhos na fortaleza de Macapá³⁹⁹. Todavia, ao saber que deveriam ir para os serviços do forte, muitos indígenas se ausentaram com a clara intenção de não fazer a viagem. Isso foi o caso de João de Souza e sua esposa, mais um rapaz e uma moça, além do índio Inocêncio e sua esposa. Esses fugiram para o sítio do capitão-mor Luís, localizado no Lugar de Cerzedelo⁴⁰⁰. Por se tratar de uma localidade distante de Beja, pois situava-se no litoral, é possível que os índios tivessem embarcado em alguma canoa para alcançar seu destino.

Quando era o momento propício de retornar para a vila, os índios voltavam. Foi o caso que o diretor Antônio Albino Machado, do Lugar de Cerzedelo, destaca ao comunicar o regresso de quinze índios que se encontravam ausentes. Retornavam para a vila os índios Romão José, Braz da Silva, Antônio Francisco, José Luiz e o João Caetano com sua esposa Lucinda Maria, com os seus cinco filhos, Hipólito, Marçalino, Thomazia, Marçalina e mais um filho de peito, uma outra índia, Marçalina, que tinha três filhos, Ana, Matilde e Pedro. Esta volta, segundo o diretor, teria a ver com o seu cuidado para com os moradores da vila⁴⁰¹.

Nas redondezas do rio Araguay, ao norte da vila de Macapá, foram encontrados cerca de trinta e cinco indígenas de diferentes idades, sobretudo, idosos, como a indígena Paschoa da Veiga e os índios Jacinto da Maya e Paulo Luis, ambos com sessenta anos. Tais nativos estavam “refugiados em um mocambo” e foram levados pelo diretor Francisco Roberto Pimentel às vilas de Macapá e Santana⁴⁰². Quando se trata das áreas fronteiriças, há indicativos do estabelecimento de mocambos nos limites da capitania do Pará e a colônia de Caiena⁴⁰³.

Notadamente, as regiões do Cabo do Norte e Guiana eram ambientes dinâmicos e de grande circulação. Quanto a isso, Marie Polderman compartilha a percepção que tal fronteira

³⁹⁷ APEP, cód. 151, doc. 0021-0022 (2 jan. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁹⁸ APEP, cód. 151, doc. 0243 (16 fev. 1765) [Acervo Digitalizado].

³⁹⁹ APEP, cód. 157, doc. 0516 (5 nov. 1765) [Acervo Digitalizado].

⁴⁰⁰ APEP, cód. 157, doc. 0514 (5 nov. 1765) [Acervo Digitalizado].

⁴⁰¹ APEP, cód. 157, doc. 0452-0454 (10 abr. 1765) [Acervo Digitalizado].

⁴⁰² APEP, cód. 157, doc. 0440-0441 (14 ago. 1765) [Acervo Digitalizado].

⁴⁰³ Para uma análise ampla dos aspectos sociais e econômicos da região, vale a pena conferir a obra: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

era uma área de negócios, trocas e refúgio. Com base nos relatos de missionários, a autora dá realce às transações comerciais que havia, relatando que, na primeira metade do Setecentos, barcos franceses desciam até a foz do rio Amazonas para comprar índios prisioneiros que lhes serviram como escravos nas casas e plantações de Caiena⁴⁰⁴.

Nesse cenário, podemos enfatizar as estratégias e táticas que índios e africanos formulavam. Geralmente, preferiam desfrutar da sua liberdade em locais próximos a rios, igarapés ou lagos, lugares onde o acesso fosse dificultado pelas florestas, as corredeiras e cacheyras e os morros, mas onde houvesse caça ou solo adequado para as roças. Autores como Rosa Acevedo Marin e Flávio Gomes também enfatizam a formação de redes de comércio clandestino, pelo qual vários atores, inclusive clonos, se beneficiavam. No que tange às fugas na Guiana Francesa, podemos destacar dois motivos maiores: o primeiro consistia no “tratamento rigoroso dos seus proprietários”, o que incitava a insubordinação e a subsequente fuga; a segunda concerne ao relaxamento do controle, o que propiciava as evasões rumo ao Cabo do Norte no domínio português⁴⁰⁵.

No primeiro caso, quando o tratamento era rigoroso, convém apontar alguns artigos do *Code Noir*, ou Código Negro, publicado em 1685, pelo monarca francês Luís XIV. O Código Negro definia as condições da escravidão no império colonial francês. Nesse sentido, chamam a atenção os artigos a respeito do tratamento dos escravizados⁴⁰⁶. O teor rigoroso das punições é evidente nos artigos 33º e 38º, conforme os quais o escravo seria punido com a morte, caso viesse ferir ou matar o seu senhor, ou, caso fugisse e fosse reincidente, poderia sofrer penalidades, como açoites, cortes nas orelhas, ferro quente nos ombros, tendão cortado e, em casos extremos, a condenação à morte⁴⁰⁷.

No tocante à fuga de africanos de Caiena, ela torna-se notório em um ofício do governador interino e bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões, enviada ao ex-secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. No documento, Bulhões esclarece que repartiu os escravos capturados entre os moradores da cidade de Belém e só os devolveria,

⁴⁰⁴ POLDERMAN, Marie. L’esclavage en Guyane française sous l’Ancien Régime: sources, repères et éléments d’analyse. Quelques aspects du champ de la question. In: COTTIAS, Myriam ; CUNIN, Elisabeth ; MENDES Antônio de Almeida (coords.). *Les traites et les esclavages: perspectives historiques et contemporaines*. Paris: Éd. Karthala. 2010, p. 53-66.

⁴⁰⁵ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 69-107, 2003.

⁴⁰⁶ Para uma percepção jurídica da escravidão na Guiana Francesa e do próprio “Código Negro”, de 1685, sobre as condições da escravidão no império colonial francês, ver MARCHAND-THÉBAULT, Marie-Louise. L’esclavage en Guyane sous l’Ancien Régime. In: MAM-LAM-FOUCK, Serge; BRULEAUX, Anne-Marie; CALMONT, Régine. (coords.). *Deux siècles d’esclavage en Guyane Française (1652-1848)*. Paris/Caiena: Harmattan/CEGER, 1986, p. 20-27.

⁴⁰⁷ *Le Code Noir et autres textes de lois sur l’esclavage*. Paris: Sépia, 2006, p. 11-37 (1685) e 39-66 (1724).

caso “fossem pedidos” pelo governo de Caiena, mas pediu conselho ao secretário de como deveria proceder de fato⁴⁰⁸.

Anos depois, em um documento expedido no palácio real de Nossa Senhora da Ajuda ao governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, o rei pontuava o conhecimento que a Coroa tinha acerca das providências tomadas a respeito da guarnição de Caiena. Na ocasião, uma embarcação com um capitão, comandante e tenente da praça da capital da Guiana, teria vindo buscar duas canoas com quais escravizados africanos tinham atravessado a fronteira para buscar refúgio na embocadura do rio Oiapoque⁴⁰⁹.

A mobilidade nas fronteiras e os focos de resistência começaram a se intensificar a partir dos anos de 1760. Isso se relaciona com os possíveis motins que os africanos faziam em Caiena, despertando fugas pelos rios e pelo mar rumo ao território lusitano. Segundo Gomes, essa rebeldia ainda continuará nas décadas seguintes, tomando proporções maiores na passagem do século XVIII para o XIX⁴¹⁰. Conforme Monique Pouliquen explica, os rumores dos ideais da Revolução Francesa começavam a chegar às Américas nos anos de 1790-1791. Liberdade e igualdade se espalham também entre os cativos e os deixam motivados a se rebelarem⁴¹¹. Nessa perspectiva, John Monteiro, frisa, em relação a São Paulo colonial, que:

A população cativa não assistiu passivamente a sua transformação. Se os mecanismos demográficos e organizacionais da formação social paulista conspiraram para deturpar ou mesmo destruir a identidade indígena, surgiram, ao longo do século 17 e início do 18, evidências claras da construção de uma identidade própria, capaz de instruir ações concretas dentro do contexto colonial. Por um lado, as rebeliões e fugas, ainda que inspiradas numa lógica do contexto escravista, demonstraram os reais limites da dominação pessoal. Por outro, a persistente busca pela autonomia, manifesta especialmente nas atividades econômicas paralelas [...]⁴¹².

⁴⁰⁸ AHU, Avulsos Pará, cx. 41, doc. 3798 (8 de nov. 1756), fl. 1-3. Sobre o trânsito de índios e africanos nas fronteiras e, em especial, de Caiena para o Pará, autores como Karl Arenz e Pablo Ibáñez-Bonillo destacam a porosidade e do intercâmbio que havia na região, a partir de uma carta entre os padres jesuítas Louis de Villette, que vivia em Caiena, e José Lopes, que morava no colégio da Companhia de Jesus em Belém. Ver IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo; ARENZ, Karl Heinz. Uma correspondência transfronteiriça na Amazônia colonial: a carta do jesuíta Louis de Villette de Caiena a seu confrade José Lopes em Belém (1733). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 1, p. 117-123, jan./abr. 2019.

⁴⁰⁹ APEP, cód. 195, doc. 0017 (20 de jan. 1768) [Acervo Digitalizado].

⁴¹⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997; DONET-VINCENT, Danielle. De l’esclavage et du bagne en Guyane française. *Revue d’Histoire du XIX^e siècle*, v. 18, n. 1, p. 83-93, 1999.

⁴¹¹ POULIQUEN, Monique. L’esclavage subi, aboli, rétabli en Guyane de 1789 à 1809. In : HRODEJ, Philippe (coord.). *L’esclave et les plantations: de l’établissement de la servitude à son abolition. Hommage à Pierre Pluchon*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009, p. 241-263.

⁴¹² MONTEIRO, John Manuel. Escravidão Indígena e o Problema da Identidade Étnica em São Paulo Colonial. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, s/v, p. 237-252, 1990.

Ainda que Monteiro busque analisar a realidade da sociedade colonial paulista, algumas características se assemelham ao panorama amazônico, principalmente, no que tange às ações indígenas e também às de outros sujeitos. Nativos, africanos e diversos indivíduos que viviam às margens da sociedade colonial não eram apáticos, mas procuravam artifícios e meios para se livrar do cativeiro, mesmo quando a escravidão era ilegal, como no caso indígena.

Como foi possível perceber, elencamos algumas vilas e suas imediações. Conseguimos pontuar vestígios do que seriam os primeiros agrupamentos de índios, africanos, mestiços e homens livres. Sublinhamos também um espaçamento territorial amplo, que compreendeu vilas do Baixo Amazonas e dos rios Xingu, Tapajós e, também, Capim (vila de Beja). Esse recorte espacial só foi possível porque as fontes dos quais dispusemos ressaltavam vilas muito dispersas que, no entanto, que faziam parte de uma mesma rede.

Presumimos que muitos remanescentes de quilombos atuais, que reivindicam o direito às suas terras ancestrais (busca pela titulação), além de acesso aos sistemas de educação e saúde, esteja seguindo nos caminhos dos seus antepassados que constituíram os mocambos (ou quilombos) que apresentamos aqui. Ainda que não fosse o nosso objetivo fazer esse mapeamento e construir uma ponte entre o passado e o presente, nossa intenção foi ressaltar que muitos dos sujeitos que circulavam nas vilas e nos agrupamentos situados nas matas da região tinham uma ligação, direta ou indireta, com as obras do forte de Macapá.

Conclusão

Neste capítulo, refletimos sobre os caminhos e ambientes que estavam, ora distantes, ora próximos da praça de Macapá, em especial, das obras que constituíram a fortaleza. Nosso intento foi compreender como diversos sujeitos circulavam e atuavam em diferentes espaços: nas roças, nas vilas e nas matas. Em outro ponto de inflexão, nos referimos às doenças e aos remédios da terra e de como eles impactaram na conjuntura social. Por fim, versamos sobre as diferentes formas de estratégias e táticas que índios, africanos, mestiços e outros indivíduos que buscaram refúgio nas florestas onde estabeleceram mocambos para ali viver e resistir.

Conforme foi pontuado, as fontes das quais dispomos nos levam a pensar sobre a atuação de diversos grupos indígenas, que tinham atribuições para além da construção em Macapá. Ou seja, foi possível descobrir e observar outros trabalhadores que participaram da dinâmica, seja direta, seja indiretamente, e que estavam ali, nas plantações, no trato da mandioca, na pesca ou no cultivo, como, por exemplo, do arroz e de outros gêneros.

Sem dúvida, existiam outras formas de trabalho – livre ou escravo – e, por conseguinte, outras formas de o índio ser inserido nas atividades econômicas da Amazônia colonial. Não obstante, o parâmetro das atividades em que mais houve recurso à mão de obra indígena foi a coleta das drogas do sertão, na qual os índios predominavam claramente, pois conheciam as rotas e os caminhos⁴¹³. É importante ressaltar que nossa intenção não foi dar ênfase nas atividades voltadas para esta demanda econômica, uma vez que as fontes que analisamos nos levam por um outro caminho e o nosso foco não foi refletir a partir de uma dimensão econômica, mas entender que existiam diferentes funções executadas, em sua maioria, por índios e índias.

Buscamos demonstrar que os indígenas não se sujeitavam integralmente aos mandos dos administradores portugueses e tampouco eram inertes. Quando tinham a oportunidade, conseguiam barganhar e conquistar determinados produtos e espaços. Isso foi o caso das índias farinheiras que paralisaram a produção porque pediam chumbo, sal e pólvora, ao invés das costumeiras varas de pano. E quando não participavam na feitura da farinha, salga de peixe e colheita do arroz, alimentos essenciais para os operários, elas estavam na produção dos materiais usados nas obras, como a cal de sernambi e argamassa feita do óleo de gurijuba, que, com muita probabilidade, foi fabricado com a contribuição de índias no pesqueiro real.

Destacamos o efeito danoso das doenças que se alastraram pelo Estado do Grão-Pará. Impactando diretamente no andamento das obras do forte, elas acamaram muitos operários e levaram desses um grande número à morte. Ficou evidente que as moléstias, como sarampo e varíola, se disseminavam de forma gradual. O foco epidêmico em Macapá aconteceu na década de 1760. Principalmente, nos anos de 1765, 1766 e 1767 houve um aumento considerável de doentes e mortos. No combate às doenças, destacamos o uso dos remédios da terra, feitos com base em conhecimentos nativos, e a separação dos doentes acidentados e atingidos por bexigas. A junção de antigos métodos com observações e práticas preventivas fez com que os casos de contágio diminuíssem.

No fim, enfatizamos a constituição de agrupamentos em diversas localidades no vale amazônico. Certamente, não esgotamos a análise, pois acreditamos que existem outros documentos que nos podem dar subsídios para compreender e ampliar a reflexão sobre a formação de mocambos. Salientamos que os indivíduos que se abrigavam naqueles espaços de refúgio, tinham uma relação direta ou menos direta com a praça de Macapá. Por sinal, alguns dos mocambos, onde viviam, segundo os relatos, índios, africanos, mestiços e brancos, se

⁴¹³ POMPEU, André José Santos. O trabalho indígena no âmbito da economia das drogas do sertão na segunda metade do século XVIII. *Americanía – Revista de Estudios Latinoamericanos*, Sevilha, n. 16, p. 39–62 jul./dez. 2022.

situaram não muito distantes da cidade de Belém, nas proximidades da Vila de Vigia⁴¹⁴ ou nas bocas dos rios Guamá e Moju⁴¹⁵.

Isso evidencia que há outras possibilidades de pensar sobre a mobilidade, rotas e paragens, ou de como esses sujeitos agiam para contornar as circunstâncias vividas nas vilas. Demos os exemplos de João de Souza e do índio Inocência que, juntos com suas respectivas esposas e mais outros índios, fugiram da vila de Beja para o Lugar de Cerzedelo. Nesse caso, o deslocamento se tornava uma viagem cansativa e longa, pois os locais são distantes um do outro.

Diante disso, segundo Sidney Mintz, grupos sociais, especialmente, aqueles que estavam em posições diferenciadas na sociedade, sabiam dos significados das suas agências. O termo “significado”, para Mintz, é discutível, mas segundo ele, as “pessoas em posições diferentes podem concebivelmente fazer a mesma coisa, pretendendo coisas bem diferentes ao fazê-la, e provocar consequências bem diferentes através de seus atos similares”⁴¹⁶. Partimos do pressuposto que o distante sítio do capitão-mor Luís, no Lugar de Cerzedelo, destino de indígenas fugitivos da Vila de Beja, era um lugar que lhe forneceu melhores condições de vida dentro do contexto colonial da época.

⁴¹⁴ APEP, cód. 480, doc. 0026 (1771) [Fundo: Secretaria da Capitania].

⁴¹⁵ APEP, cód. 238, doc. 0001 (26 dez. 1771) [Fundo: Secretaria da Capitania].

⁴¹⁶ MINTZ, Sidney Wilfred. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 223-237, 2010.

Considerações Finais

Pudemos compreender, no decorrer deste trabalho, aspectos da dinâmica que estava envolta da construção de uma robusta, senão a mais robusta, fortificação amazônica. À proporção que tal empreendimento ultrapassou as fronteiras da localidade de Macapá, ele esteve conectado com as transformações promovidas pelo projeto modernizante da Coroa, na segunda metade do século XVIII. Mas, em consonância com essas transformações, vislumbramos uma dimensão crucial – a do trabalho, dos diversos operários e dos diferentes espaços que fizeram parte desse grandioso projeto que foi a construção da fortaleza de São José de Macapá.

No início, uma intrincada rede foi se formando e, em certos ambientes, reuniu-se uma mão de obra ainda pouco qualificada. Mas, paulatinamente tais operários foram aprendendo as tarefas, os ofícios e a rotina de um canteiro de obras. Foi em diferentes espaços que houve trocas de conhecimentos, experiências, solidariedades, assistências, divergências e conspirações para fugir. Foi também ali que, pouco tempo depois, pudemos perceber que havia operários muito habilidosos em determinados ofícios, como na olaria, na forja, na carpintaria, na marcenaria, no acabamento das alvenarias e em outros lugares adjacentes às obras.

As fontes coloniais não trazem muitos indícios, por exemplo, de onde exatamente veio aquela mão de obra especializada, majoritariamente nativa. Evidencia-se que certos indígenas já tinham uma habilidade em razão das atividades que, frequentemente, executavam em suas aldeias ou na região onde tinham se estabelecido. A título de exemplo demos destaque às índias farinheiras de Santarém, aos mestres e oficiais carpinteiros que tinham experiências em fazer boas canoas, ou aos pescadores e caçadores indígenas, que conheciam habilmente os peixes da região, ou até mesmo ao mestre cavouqueiro José de Aguiar que indicou onde seria o local ideal para retirar as pedras⁴¹⁷.

Nesses espaços, onde a configuração urbana passou a tomar um escopo peculiar, além da circulação dos sujeitos envolvidos nas obras, havia também o fomento de uma abundante tecnologia. Uma tecnologia que foi além dos objetos comuns de um canteiro de obras ou de ferramentas utilizadas, mas uma enorme capacidade de procedimentos, técnicas, regras e organização, as quais foram capazes de transformar aquele espaço do forte e outros além dele. Uma conjuntura que reuniu diferentes concepções, símbolos e conhecimentos da terra.

⁴¹⁷ APEP, cód. 153, doc. 0027 (21 jul. 1765); doc. 0031 (27 jul. 1765) [Acervo Digitalizado].

Acerca disso, podemos exemplificar os utensílios e produtos feitos a partir de matérias-primas da própria natureza e sendo utilizados no cotidiano. Uma tecnologia surgindo, ou melhor, passando pelo processo de ressignificação a partir das trocas de conhecimento. Como a argamassa, que tinha em sua composição a banha de peixe boi; a cal, feita a partir das carapaças de moluscos; as canoas, feitas com madeiras específicas; as substâncias naturais que serviam como princípio ativo para curar doenças e as variedades de vasilhas e potes feitos de barro nas olarias⁴¹⁸. Então, todo esse aparato tecnológico foi fomentado e esteve intimamente relacionado com as dinâmicas da construção da fortificação.

Em vias de regra, tentamos não perder de vista as ações dos sujeitos, os quais estavam direta e indiretamente envolvidos nas diversas fases da construção do forte e na praça adjacente. Essa foi a proposta desse estudo: analisar e compreender a conjuntura política, a mobilidade e a sociabilidade de diferentes agentes históricos, entre os quais estão índios, negros, mestiços e portugueses; homens livres, tutelados e escravizados. Encontramos, assim, vários atores que surgiram e executaram tarefas distintas e modelaram cenários muito diversos.

No que tange à mobilidade, pudemos apreender parcialmente a trajetória de determinados grupos. Por exemplo, os Ariquena, dos quais uma parte saiu da região do Rio Negro, sendo, com muita probabilidade, transferida para a vila de Portel, ainda no tempo das missões. Posteriormente, os Ariquena passariam novamente por um processo migratório, mas dessa vez, um dos destinos seria a região litorânea do Cabo do Norte. Vimos também a mobilidade dos Aruãs entre a vila de Macapá, suas redondezas e a região do Marajó, além de tantas etnias, que ficam veladas nas fontes coloniais, mas que se deslocavam pelos rios amazônicos rumo à vila de Macapá e as diversas paragens em seus entornos.

Acerca disso, é importante lembrar que, em meio a esses processos migratórios, existem outros indivíduos que não foram mencionados. Ou seja, uma gama de eclesiásticos, autoridades militares de alta patente e governadores. Estamos cientes da importância desses sujeitos enquanto agentes históricos. Porém, não foi o nosso intento de nos debruçar sobre as vivências ou ações desses personagens “oficiais”. Na realidade, a nosso objetivo, desde o início, foi enfatizar a grande massa anônima – salvo poucas exceções – de sujeitos, ou seja, de homens e mulheres ditos comuns, que foram os principais atores desse gigantesco cenário em Macapá.

Nesse contexto, é pertinente sublinhar, mais uma vez, que o Cabo do Norte foi uma região geoestratégica para a Coroa portuguesa, com a implantação de políticas que visavam

⁴¹⁸ Para uma outra compreensão acerca de sistemas, cultura material e tecnologia indígena, vale a pena ver VIDAL, Lux; SILVA, Aracy Lopes da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 369-402.

proteger a região, entre as quais está a inserção de colonos que, forçados a deixar antigas povoações, fundaram novas, com a finalidade de desenvolver e assegurar o território amazônico. Nesse sentido, ao remanejar consideráveis contingentes populacionais, fez-se até o planejamento de um moderno espaço urbano. Isso aconteceu na vila de São José de Macapá, em meados de 1750, e posteriormente na Vila Vistosa da Madre de Deus e na de Nova Mazagão, surgindo assim uma zona modelada conforme a lógica de ordenamento urbanístico da Ilustração.

Ademais, convém lembrar que a construção do forte de Macapá está situada num determinado marco temporal. No princípio, existia um fortim, porém, sem grande potencial para salvaguardar um território muito amplo. Mas, a partir das transformações da segunda metade do século XVIII, as reformas políticas e as incursões de navios estrangeiros – resquícios colaterais da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), por sinal, a primeira de caráter mundial –, um empreendimento mais resistente foi estrategicamente pensado para a proteção da região e de suas fronteiras. Além disso, como foi argumentado no decorrer da reflexão, a construção da fortaleza foi concebida com a finalidade de consolidar e preservar a dinâmica da colonização portuguesa no vale amazônico.

Por conseguinte, é nesse quadro que a análise tomou escopo, de como a presença de indígenas, de africanos, de homens livres e escravos, todos de diversas origens, impactou nas mais distintas conjunturas – socioeconômica, sociopolítica e sociossimbólica. Nossa pretensão foi analisar o cotidiano e a presença desses agentes históricos nos diversos cenários nos quais eles estavam inseridos, como nas construções da praça central da vila de Macapá, na fortaleza, nas oficinas, no hospital, nos portos, nas canoas, nas roças e plantações, nas fazendas de gado e, enfim, nos mocambos.

Anexo

Quadro 7: Cópia da folha de pagamento aos Índios Trabalhadores da Obra da Fortificação da vila de São José do Macapá de primeiro ao 30 de junho de 1766.					
		Meses	Dias	Vencimento	Soma
Vila de Souzel	Jenuario Pinheiro	...	23	40	\$920
	Dionizio Da Costa Regi	...	15	40	\$600
	Francisco Xavier	mez	1\$200
Vila de Almeirim	Francisco de Payva	mez	1\$200
	Damiam Joze	mez	1\$200
	Anacleto da Sylva	mez	1\$200
	Francisco Xavier	mez	1\$200
	Narcizo Ignacio	mez	1\$200
	Caetano Ferreira	mez	1\$200
	Tomaz Pinto	mez	1\$200
	Mansel Ferreira Leonardo	mez	1\$200
	Gonçalo Paez	mez	1\$200
	Bernardo Furtado	mez	1\$200
	Joze Machado	mez	1\$200
	Aleixo de Rezende	mez	1\$200
	Pantalian da Sylva	mez	1\$200
	Caetano Joze	mez	1\$200
Julian Alvez	mez	1\$200	
Vila de Porto de Moz	Cosme Damiam	mez	1\$200
	Victoriano Pinheyro	mez	1\$200
	Domingos Roiz	mez	1\$200
	Severino Paes	mez	1\$200
	Acanamuri	mez	1\$200
	Joaquim de Albuquerque	mez	1\$200
	Felipe de Souza	mez	1\$200
	Joam de Ornellez	...	19	40	\$760
	Marçalo Peztana	mez	1\$200
	Joam Pereira	mez	1\$200
Vila de Portel	Salvador Correa	mez	1\$200
	Clemente da Sylva	mez	1\$200
	Domingos Joze	...	22	40	\$ 880
	Ignacio Gomez	mez	1\$200
	Joze Manau	mez	1\$200
	Paschoal da Costa	...	22	40	\$ 880
	Andre Alvez	mez	1\$200
	Feliciano de Souza	mez	1\$200
	Domingos Francisco	mez	1\$200
Vila de Melgaço	Joam Lobo	mez	1\$200
	Francisco Monteyro	mez	1\$200
	Manoel Correa de Souza	mez	1\$200
	Joam Ferreyra	mez	1\$200
	Joam Ferreira	mez	1\$200

	Alexandre Monteiro	mez	1\$200
	Xavier de Oliveira	...	29	40	1\$160
	Valentim Ribeiro	mez	1\$200
	Joam Pinto	mez	1\$200
	Bernardo Correa	mez	1\$200
	Joam Baptiste	...	29	40	1\$160
	Vital de Abreu	mez	1\$200
Vila de Oeyras	Miguel da Costa	mez	1\$200
	Manoel Cardozo	...	29	40	1\$160
	Hilario Caldeira	...	1	...	1\$140
	Antonio da Silva	mez	1\$200
	Hilario Francisco	mez	1\$200
	Lazaro Vaz	mez	1\$200
	Manoel da Paz	mez	1\$200
Vila de Veyros	Sebastiam Pinto	mez	1\$200
	Paschoal da Silva	mez	1\$200
	Leandro Valente	mez	1\$200
	Cipriano Pereira	mez	1\$200
	Andre Gomez	mez	1\$200
	Cosme Damiam	mez	1\$200
	Luiz dos Santos	...	9	40	\$360
	Luiz Caetano	mez	1\$200
	Rafael Vaz	mez	1\$200
	Gonçalo de Moraes	mez	1\$200
	Damiam Francisco	mez	1\$200
	Jose Machado	mez	1\$200
	Bernardo Pereira	mez	1\$200
	Leandro dos Santos	mez	1\$200
	Sylvestre de Andrade	mez	1\$200
Sebastiam Pinto Calceta	...	17	13	\$226	
Vila de Monte Alegre	Leandro Monteiro	mez	1\$200
	Joam Pedro	mez	1\$200
	Bernardo Pereyra	mez	1\$200
	Ludmilo Antonio	mez	1\$200
	Domingos Fernandez	mez	1\$200
	Alvaro Felipe	...	29	40	1\$160
	Antonio Duarte	mez	1\$200
	Ignacio Gomes	mez	1\$200
	Hilario da Silva	mez	1\$200
Vila de Santarém	Joam Vieira	mez	1\$200
	Custodio dos Santos	mez	1\$200
	Manoel Antonio	mez	1\$200
	Matheus Marques	mez	1\$200
	Xavier dos Santos	mez	1\$200
	Miguel de Bragança	...	16	40	\$640
	Lucas de Siqueira	mez	1\$200
	Felipe de Siqueira	mez	1\$200
	Narciso de Bragança	mez	1\$200

	Patrício da Fonseca	mez	1\$200
	Hilário de Mattos	mez	1\$200
	Victoriano Piam	mez	1\$200
	Bento Manoel	mez	1\$200
	Felipe Neri	mez	1\$200
	Jose Dias	mez	1\$200
	Francisco da Costa	...	28	40	1\$120
	Alvaro Monteiro	mez	1\$200
	Belchior Furtado	mez	1\$200
	Joam Dias	mez	1\$200
	Felicio de Carvalho	mez	1\$200
	Francisco Antonio	mez	1\$200
	Amaro de Souza	mez	1\$200
Vila Franca	Xavier de Mendonça	mez	1\$200
	Apolinário da Silva	mez	1\$200
	Belizario da Silva	...	22	40	\$880
	Bonifácio Machado	mez	1\$200
	Joze de Vasconcelos	mez	1\$200
	Belizario de Santiago	mez	1\$200
	Antonio de Carvalho	mez	1\$200
	Joze Antonio de Souza	mez	1\$200
	Lazaro Feliz Borges	mez	1\$200
	Euzebio de Jesus	mez	1\$200
Protazio Feliz	mez	1\$200	
Vila Boim	Valentim Ferreira	mez	1\$200
	Paulo Moreyra	mez	1\$200
	Damazio da Barra	mez	1\$200
	Anacleto da Cruz	mez	1\$200
	Sebastiam Gomes	...	1	...	\$040
	Raymundo de Figueiredo	mez	1\$200
	Anacleto da Assumpção	mez	1\$200
Vila de Pinhel	Patrício Joze	...	6	40	\$240
	Feliciano de Albuquerque	mez	1\$200
	Caetano Rodrigues	mez	1\$200
	Francisco Mendes	...	6	40	\$240
	Atanazio Rodrigues	mez	1\$200
	Bernardo Pereira	...	16	40	\$640
	Acenço Asiz	...	8	40	\$340
	Victoriano Muniz	...	15	40	\$600
	Romualdo de Souza	mez	1\$200
	Joam de Queiroz	mez	1\$200
	Bazilio Monteiro	mez	1\$200
	Cimplicio Alvez	mez	1\$200
	Aluizio Leal	mez	1\$200
	Joam Manoel	mez	1\$200
	Protazio de Siqueira	mez	1\$200
Alberto Alvez	mez	1\$200	
Ancelmo de Jesus	mez	1\$200	

	Andre Gomes	mez	1\$200
	Dionizio de Braga	mez	1\$200
	Domingos da Sylva	mez	1\$200
	Marçalo Asiz	mez	1\$200
	Adrian Pereira	...	28	40	1\$120
	Lourenço da Costa	mez	1\$200
	Luiz da Silva	mez	1\$200
	Thomaz de Azevedo	mez	1\$200
	Narcizo Chaves	mez	1\$200
	Pedro da Silva	mez	1\$200
	Victoriano Munis	mez	1\$200
	Duarte Antonio	...	15	40	\$600
	Alfonso Roiz	mez	1\$200
Vila de Óbidos	Simão Pereira	...	16	40	\$640
	Alexandre Miranda	...	5	40	\$200
	Adam da Costa	mez	1\$200
Vila de Faro	Felix Cardozo	...	9	40	\$360
	Thome Botelho	...	1	...	\$040
	Amaro Lopes	...	2	40	\$080
	Anacleto Gomez	...	2	40	\$080
	Manoel Ferreira	mez	1\$200
	Lino Lopes Calceta	...	8	13	\$104
	Barnabe Marinho	mez	1\$200
	Nazario da Cunha	mez	1\$200
	Xavier Marques	mez	1\$200
	Thomaz Martinz	...	2	40	\$080
	Thimote Joze	mez	1\$200
	Vital Coelho	mez	1\$200
	Matheus Raposo	mez	1\$200
	Cosme Damiam	mez	1\$200
	Atanazio Marinho	mez	1\$200
	Luiz Pereira	mez	1\$200
	Belchior Ferreira	mez	1\$200
Vila de Alter do Chão	Joam Maciel	mez	1\$200
	Antonio Siqueira	mez	1\$200
	Gregorio Mendes	mez	1\$200
	Bernardo de Oliveira	mez	1\$200
	Adam Pereira	...	22	40	\$880
	Luiz Alfonso	...	23	40	\$920
	Aluízio Leal	mez	1\$200
	Joam Baptista	...	15	40	\$600
	Antonio Francisco	mez	1\$200
	Francisco Borges	mez	1\$200
	Felipe Coelho	mez	1\$200
Vila de Alenquer	Joam da Cruz	mez	1\$200
	Jeronimo de Magalhaes	...	21	40	\$840
	Lino da Silva	mez	1\$200
	Maximo da Silva	...	5	40	\$240

	Domingos da Cruz	mez	1\$200
	Alfonço Dias	mez	1\$200
	Vitoriano Lopes	mez	1\$200
	Miguel de Siqueira	mez	1\$200
	Joam Baptista	mez	1\$200
	Joachim dos Santos	...	29	40	1\$160
	Narcizo da Silva	mez	1\$200
	Ambrozio da Silva	mez	1\$200
	Bernardo Furtado	mez	1\$200
	Lourenço da Silva	mez	1\$200
	Sebastiam de Braga	mez	1\$200
	Pedro Correa	mez	1\$200
	Adam	...	26	40	1\$040
	Thomas de Aquino	mez	1\$200
	Luiz da Costa	mez	1\$200
	Alberto Pereira	mez	1\$200

Fontes e referências

Fontes manuscritas

Archivum Romanum Societatis Iesu – ARSI: Códice Bras 28.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU | Projeto Resgate (Avulsos Pará):

Caixa 01, Documento 0023	Caixa 42, Documento 3872
Caixa 04, Documento 0358	Caixa 45, Documento 4182
Caixa 06, Documento 0554	Caixa 47, Documento 4298
Caixa 09, Documento 0768	Caixa 47, Documento 4298
Caixa 22, Documento 2077	Caixa 48, Documento 4436
Caixa 22, Documento 2065	Caixa 48, Documento 4433
Caixa 29, Documento 2754	Caixa 50, Documento 4607
Caixa 31, Documento 2908	Caixa 51, Documento 4625
Caixa 31, Documento 2976	Caixa 54, Documento 4910
Caixa 31, Documento 2977	Caixa 65, Documento 5588
Caixa 32, Documento 2988	Caixa 69, Documento 5913
Caixa 35, Documento 3273	Caixa 69, Documento 5938
Caixa 35, Documento 3279	Caixa 73, Documento 6182
Caixa 39, Documento 3633	Caixa 74, Documento 6209
Caixa 39, Documento 3674	Caixa 77, Documento 6407
Caixa 40, Documento 3708	Caixa 78, Documento 6508
Caixa 41, Documento 3798	Caixa 89, Documento 7244
Caixa 41, Documento 3822	Caixa 90, Documento 7323

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP:

Códice 95	Códice 150	Códice 164	Códice 182	Códice 344
Códice 98	Códice 151	Códice 168	Códice 195	Códice 480
Códice 103	Códice 153	Códice 173	Códice 219	
Códice 132	Códice 155	Códice 174	Códice 238	
Códice 144	Códice 157	Códice 176	Códice 313	

Fontes impressas

BETTENDORFF, João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXXII, parte I, 1910.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. Volumes. 1 & 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

“Detalhe dos índios determinados aos diferentes reais serviços de Macapá, Vila Vistosa, Mazagão e Pesqueiro Real (177?)”. *Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, CEBH nº 6.141. Cat. ARF n. 239. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456752/mss1456752.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

“Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario” (3 mai. 1757). In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 65-115.

FERREIRA, Luís Gomes. Erário mineral [1735]. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário mineral – Luís Gomes Ferreira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

FONSECA, José Gonçalves da. Primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749. In: ALMEIDA, Candido Mendes de (ed.). *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão, cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1860-74, p. 268-418.

Le Code Noir et autres textes de lois sur l’esclavage. Paris: Sépia, 2006, p. 11-37 (1685) e 39-66 (1724).

MEIRA, Márcio (org.). *O livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHII/USP/Fapesp, 1994.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*. 2ª ed. 3 vols. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005.

SILVEIRA, João de São José Queiroz da. Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo IX, p. 179-227, 1847.

Referências bibliográficas

AIGNER, Augusto. Um traficante a serviço do Estado: a aliança entre Francisco Portilho e Mendonça Furtado no contexto das reformas pombalinas. In: SLEMIAN, Andréa; RODRIGUES, Jaime; VILARDAGA, José Carlos; TUFOLO, Marina Passos (orgs.). *Dinâmicas imperais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano*. Guarulhos: UNIFESP/Departamento de História, 2020, p. 18-32.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 2 (América Latina Colonial), São Paulo: EDUSP, 1999, p. 527-592.

ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: UFPA (NAEA/FIPAM), 1974.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 127-133.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 611-626, jul./set. 2018.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 107-133.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. La “escravatura necessária para a cultura”: escravos africanos en la Amazonia tras la extinta Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. IV, n. 1, p. 11-30, 2009.

AMADO, Janaína. Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VI (suplemento), p. 813-832, set. 2000.

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. O Brasil no Império português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998.

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. 13ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENZ, Karl Heinz Arenz. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII E XVIII). *Revista História e Cultura*, Franca – SP, v. 3 n. 2. 2014, p. 63-88.

ARENZ, Karl Heinz Arenz. Casca de cravo, óleo de copaíba e raiz de salsaparrilha: especiarias amazônicas em tratados médico-botânicos da Europa (séc. XVII e XVIII). In: ALVES, Davison Hugo Rocha; MESQUITA, Thiago Broni de (orgs.). *Anais do X Simpósio de História ANPUH – Seção Pará. As crises da República e o ensino de história: a democracia brasileira em questão*. Belém: Paka-Tatu, 2017, p. 529-542.

ARENZ, Karl Heinz Arenz; PRUDENTE, Gabriel Pinheiro. A expulsão de um missionário “tapuitinga” da Amazônia pombalina. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 168, p. 1-32, 2019.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A produção econômica. In: JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (orgs.). *Nova história da expansão portuguesa*. Vol. 8 (O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 85-153.

ASSUNÇÃO, Paulo de. Mazagão: cidades em dois continentes. *Revista arq.urb*, São Paulo, n. 2, p. 22-55, jan./abr. 2010.

BADINELLI, Isaac Facchini. *Saúde e Doença no Brasil Colonial: práticas de cura e uso de plantas medicinais no Tratado Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira (1735)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *Em outras margens do atlântico: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia colonial. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 36-62.

BARBOSA, Gabriel Coutinho. Das trocas de bens. In: GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associações Editorial Humanitas/Fapesp, 2005, p. 59-111.

BASTOS, Carlos Augusto. *No limiar dos impérios: a fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província de Maynas; projetos, circulações e experiências (c. 1780-c. 1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. A madeira e seus oficiais: índios, negros e trabalhadores de origem europeia nas fábricas reais de madeira na segunda metade do século XVIII na Capitania do Grão-Pará. In: SOUZA JUNIOR, José Alves de; MAIA, Livia Lariça Silva Forte (orgs.). *O mundo do trabalho na Amazônia colonial*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 92-113.

BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *O Império Luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 261-300.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão Pará: (séculos XVII-XIX)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. Nas terras do Cabo Norte: fugas escravas e histórias de liberdade nas fronteiras da Amazônia setentrional (século XIX). In: RUIZ-PEINADO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan (orgs.). *T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açá, 2010, p. 163-181.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. Vol. 8. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (orgs.). *História Militar: Novos caminhos e novas abordagens*. Jundiaí, Paco Editorial: 2015, p. 19-42.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, p. 135-178.

BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFGPA, p. 115-137.

CALAINHO, Daniela Buono. Cruzando mares: drogas medicinais do Brasil no Império português. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 255-271.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. *Tempo*, Niterói, v. 10, n. 19, p. 61-75, 2005.

CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza do Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOZO, Alírio. Notícias do norte: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII). *Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, Paris, v. 8, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/43703>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CARNEIRO, Henrique Soares. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: Editora Nacional, 1988, p. 52.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A magia do novo: índios cristãos nas fronteiras da Amazônia colonial. *Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, Paris, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/62258>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Uti possidetis, ita possideatis: as fortificações como marcos da formação territorial do Brasil. *Revista DaCultura*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 34, p. 34-47, mai. 2020.

CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan, BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha de. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-1004 out./dez. 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-228, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Degredados, açorianos e migrantes: o povoamento português na região amazônica (século XVII). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 27-46.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, dez. 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O “cravo do Maranhão” e a Amazônia global (séculos XVII-XVIII). *Revista de Índias*, Madri, v. 82, n. 285, p. 329-361, 2022.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 53, p. 221-244, 2021.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre história e os historiadores*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese de doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. Índios, negócios e comércio no contexto do Diretório dos Índios – Vale Amazônico (1575-1798). In: FIGUEIREDO, Aldrin de Moura; ALVES, Moema de Barcelar (orgs.). *Tesouros da Memória: história e patrimônio*. Belém: Ministério da Fazenda – Gerência Regional de Administração no Pará/Museu de Arte de Belém, 2009, p. 45-58.

- COELHO, Mauro Cezar.; MELO, Vinícius Zúniga. A lei do Diretório dos Índios (1757-1798). In: ARENZ, Karl Heinz.; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua, PA: Editora Cabana, 2021, p. 130-144.
- COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. Trabalho final (Pós-doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. “De mãos dadas pela foz do rio Amazonas”: vilas e povoamentos na costa setentrional do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. *Escritas do Tempo*, Marabá, v. 1, n. 1, p. 117-139, jun. 2019.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CRUZ, Roberto Borges da. A farinha de cada dia: apropriações e trocas alimentares na Amazônia colonial. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de (orgs.). *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 221-238.
- CRUZ, Roberto Borges da. A farinha de mandioca e suas “inconveniências” na obra de João Daniel. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História*, São Luís, v. 10, n. 15, p. 37-55, 2013.
- DINIZ, Karolliny; LOBATO Sidney. Faces da fronteira: a atuação indígena na criação de missões no vale do rio Oiapoque (1729-1765). *Caravelle*, Toulouse (França), v. 116, p. 169-186, 2021.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- DONET-VINCENT, Danielle. De l’esclavage et du bagne en Guyane française. *Revue d’Histoire du XIX^e siècle*, v. 18, n. 1, p. 83-93, 1999.
- EDLER, Flavio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- ESPELT-BOMBIN, Silvia. Frontier Politics: French, Portuguese and Amerindian Alliances between the Amazon and Cayenne, 1680-1697. In: WOOD, Sarah, MACLEOD, Catriona. *Locating Guyane*. Liverpool: Liverpool University Press, 2018, p. 69-90.
- FALCON, Francisco José Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2^a ed. São Paulo: Edusp/Unesp, 2001, p. 227-244.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e Administração colonial: a vila de Mazagão. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 93-114.
- FERREIRA, Elias Abner Coelho. *O mundo dos rios na Amazônia Colonial: um estudo sobre os índios remeiros e os pilotos Jacumaúbas na obra do padre João Daniel (1741-1776)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. *Organicom*, São Paulo. v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008.

FIGUEIREDO, Arthur Napoleão; VERGOLINO-HENRY, Anaíza. A presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. *Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 1, 1990.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CASTRO, Evandro Carlos Guilhon de. Os cuidados com a saúde dos escravos no Império Português: a aguardente para fins medicinais. In: BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (orgs.). *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011, p. 103-127.

FORTES, Mírcia Ribeiro. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). *Somanlu*, Manaus, v.1, n. 1, p. 159-168, 2000.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FUNES, Eurípedes Antonio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo amazonas*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário mineral – Luís Gomes Ferreira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 66-83, jul./dez. 2011.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesqueiros reais e pontos de pesca: traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Série Antropologia*, Belém, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 23-38.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Alexandre de Gusmão (1695-1753): O estadista que desenhou o mapa do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2021, p. 132.

GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999, p. 225-318.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Outras paisagens coloniais: notas sobre deserções militares na Amazônia setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora da UFPA, 1999, p. 195-224.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Entre fronteiras e limites: identidades e espaços transnacionais na Guiana Brasileira – séculos XVIII e XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 21-50, 2002.

GOMES, Robeilton de Souza. *Nem vadios, nem vassalos: uma análise da Lei de Liberdade dos Índios de 1755*. Manaus: Editora Valer, 2021.

GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. *Frontera selvática: españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, 2014.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Edusp, 2014.

GRUZINSKI, Serge. Local, global e colonial nos mundos da Monarquia Católica. Aportes sobre o caso amazônico. In: NUNES, Francivaldo Alves; BEZERRA NETO, José Maia (orgs.). *Estudos Amazônicos em Revista*. Vol. 1. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 15-35.

GRUZINSKI, Serge. O historiador e a mundialização. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2021, p. 106-123.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII). In: GARCIA, Clara; MEDINA, Manuel R. (coords.). *Ciudades mestizas: Intercambios y continuidades en la expansión occidental, siglos XVI-XIX*. México: Centro de Estudios de Historia de México – CONDUMEX, 2001, p. 89-99.

GUZMÁN, Décio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brasil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HEMMING, John. *Árvore de rios: a história da Amazônia*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

HEMMING, John. *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2009.

HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira, nem Pombal: Índios na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2015.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOWARD, Catherine Vaughan. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce (org.). *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 25-60.

HULSMAN, Lodewijk. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves (orgs.) *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Belém: Paka-Tatu, 2016, p. 39-59.

IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. Aruás en los primeros tiempos del directorio: frontera, trabajo y poder en la desembocadura del Amazonas (1757-1767). *Revista de História*, São Paulo, n. 178, p. 1-33, 2019.

IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo; ARENZ, Karl Heinz. Uma correspondência transfronteiriça na Amazônia colonial: a carta do jesuíta Louis de Villette de Caiena a seu confrade José Lopes em Belém (1733). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 1, p. 117-123, jan./abr. 2019.

JESUS, Nauk Maria de. *As doenças e as artes de curar na Capitania de Mato Grosso (1727-1816)*. São Leopoldo: Karywa, 2022.

JULIO, Suelen Siqueira. *Damiana da Cunha: uma índia entre a "sombra da cruz" e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

KANTOR, Íris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 463-482.

KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia cem anos antes da abolição. *Cadernos do CFCH*, Belém, v. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988.

KETTLE, Wesley Oliveira. Para o “adiantamento das ciências”: Antonio Landi e a História Natural na Amazônia colonial. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 189-208, jan./abr. 2018.

KLEIN, Herbert Sanford. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: FUNPEC Ed., 2004.

LANGFUR, Hal. Áreas proibidas e hierarquias contestadas: resistência indígena à incorporação colonial na mata atlântica setecentista. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge (orgs.). *Raízes do privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 589-615.

LEBRUN, François. Os cirurgiões-barbeiros. In: LEGOFF, Jacques (org.). *A doença tem história*. Lisboa, Terramar. 1985, p. 299-304.

LEITE, Bruno Martins Boto. Boticas, boticários e cultura farmacêutica nos estabelecimentos da Companhia de Jesus no “Estado do Brasil”, 1670-1759. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 17, n. 1, p. 1-31, 2022.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 235-252.

LEITE, Serafim. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1937.

LIMA, Alam José da Silva. Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). In: FIGUEIREDO, Aldrin de Moura; ALVES, Moema Bacelar (orgs.). *Tesouros da memória: história e patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda – Gerência Regional de Administração no Pará, Museu de Arte de Belém, 2009, p. 29-44.

LISS, Peggy Karr Korn. *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution, 1713-1826*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MACHADO, Marina Monteiro. *Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2012.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 3, p. 33-59, set./dez. 2006.

MAIA, Lívia Lariça Silva Forte. “De Costas Para o Mar”: o descaminho e a transgressão no comércio de cativos indígenas na Amazônia Colonial (1720-1750). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MARCHAND-THÉBAULT, Marie-Louise. L’esclavage en Guyane sous l’Ancien Régime. In: MAM-LAM-FOUCK, Serge; BRULEAUX, Anne-Marie; CALMONT, Régine. (coords.). *Deux siècles d’esclavage en Guyane Française (1652-1848)*. Paris/Caiena: Harmattan/CEGER, 1986, p. 11-62.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas: açorianos no Cabo Norte, século XVII. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 42-66.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, jun. 2005.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Agricultura no delta no rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-91.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA/NAEA, 1993, p. 28-36.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 149, p. 69-107, 2003.

MARTINS, Roberta Sauaia. “Do sarampão as perniciosíssimas bexigas”: epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MATOS, Frederik Luiz Andrade de. Os conflitos internos da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: concessões, privilégios e exclusivos (1755-1777). In: LIMA, João; NEVES, Raimundo Moreira das (orgs.). *Colonização e ultramar a Amazônia colonial e o mundo atlântico português, séculos XVII e XVIII*. Belém: Cabana, 2021, p. 62-77.

MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Medicinas populares e “pajelança cabocla”. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.) *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 73-81.

MAXWELL, Kenneth Robert. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. Belo Horizonte: Caravana, 2022.

MINTZ, Sidney Wilfred. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 223-237, 2010.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 3ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. Escravidão Indígena e o Problema da Identidade Étnica em São Paulo Colonial. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, s/v, p. 237-252, 1990.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-156.

MONTERO, Paula. Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, Índios e Mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-65.

MORAES, Mayara Aparecida de. Curandeiros na Amazônia portuguesa: Os casos de cura da Visitação do Grão-Pará (1763-1773). *Religare – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB*, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 431-453, dez. 2020.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. As participações indígenas nas guerras no Cabo do Norte. *Revista Tempos Históricos*, Marchal Cândido Rondon, v. 25, n. 1, p. 286–322, 2021.

NOBRE, Marina Hungria. “O remédio de todo aquele povo do Pará”: trabalho indígena e os contratos do sal e do peixe no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1681-1730). In: SOUZA JÚNIOR, José Alves de.; MAIA, Livia Lariça Silva Forte (orgs.). *O mundo do trabalho na Amazônia colonial*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 75-92.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Mais histórias de desertores: fuga de militares no Xingu e Tapajós (1773-1823). In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 75-95.

NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 4, n. 7, p. 105-117, mar. 1994.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

OEXLE, Otto Gerhard. Guildas. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário analítico do ocidente medieval*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 546-560.

OLIVEIRA, Alfredo Ricardo Marques de; SZCZERBOWSKI, Daiane. Quinina: 470 anos de história, controvérsias e desenvolvimento. *Química Nova*, São Paulo, v. 32, n. 7, p. 1971-1974, 2009.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; MESQUITA, Ilka Miglio de. O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar decolonial. *Roteiro*, Joaçaba, v. 44, n. 1, p. 1-18, 19 fev. 2019.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 93-100.

PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750-c. 1850)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PAULA, Eurípedes Simões de. As origens das corporações de ofício: as corporações em Roma. *Revista de História*, São Paulo, v. 32, n. 65, p. 3-68, mar. 1966.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria

de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 381-418.

PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. *Boletim Geográfico — IBGE*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 509-515, 1949.

PEREIRA, Nunes. *Panorama da alimentação indígena: comidas, bebidas & tóxicos na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1974.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, p. 115-131.

PIMENTA, Tânia Salgado. Doenças. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 195-200.

PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). *Ágora – Estudos Clássicos em debate*, Aveiro (Portugal), v. 14, n. 1, p. 227-268, 2012.

POLDERMAN, Marie. L'esclavage en Guyane française sous l'Ancien Régime: sources, repères et éléments d'analyse. Quelques aspects du champ de la question. In: COTTIAS, Myriam ; CUNIN, Elisabeth ; MENDES António de Almeida (coords.). *Les traites et les esclavages: perspectives historiques et contemporaines*. Paris: Éd. Karthala. 2010, p. 53-66.

POMPEU, André José Santos. *Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

POMPEU, André José Santos. O trabalho indígena no âmbito da economia das drogas do sertão na segunda metade do século XVIII. *Americanía – Revista de Estudios Latinoamericanos*, Sevilha, n. 16, p. 39–62 jul./dez. 2022.

POULIQUEN, Monique. L'esclavage subi, aboli, rétabli en Guyane de 1789 à 1809. In : HRODEJ, Philippe (coord.). *L'esclave et les plantations: de l'établissement de la servitude à son abolition. Hommage à Pierre Pluchon*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009, p. 241-263.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO, Rosa Elizabeth Marin (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

RAVENA, Nírvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 50, p. 395-420, mai./ago. 2013.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no período colonial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, n. 344, jul./set., 1984, p. 217-227.

- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris (orgs.). *História geral da civilização brasileira*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 396-412.
- RIBEIRO, Berta. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 29-35.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2013.
- ROLLER, Heather Flynn. Migrações indígenas na Amazônia do século XVIII. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010, p. 27-39.
- ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. As pragmáticas portuguesas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 22, p. 117-135, jan./jun. 2010.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John. A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime. In: GONÇALVES, Andréia Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 13-44.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John. Fronteiras do Brasil Colonial. In: RUSSELL-WOOD, Anthony John; DOMINGUES, Ângela; MOURA, Denise Soares de (orgs.) *Histórias do Atlântico Português*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2021, p. 279-302.
- SÁ, Magali Romero. A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíola na Amazônia colonial e os primeiros esforços de imunização. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 818-826, dez. 2008.
- SALGADO, Graça, coord. *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1985, p. 83-95.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 3ª ed. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 31-58.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Economia, moeda e comércio: uma análise preliminar do banco de dados. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 276.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Amazônia: fronteiras, identidades e história. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 26-29, 2009.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*, Campinas, n. 10, p. 73-100, 2003.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravos e escravidão africana na Amazônia. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: presença africana negra na Amazônia*. Belém: Editora Açai/CNPq, 2011, p. 13-42.

SANJAD, Nelson. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (org.). *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras (Departamento de Ciências e Técnicas do Património), 2007, p. 431-437.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Medicina Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. 2. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 163-180.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; BRACHT, Fabiano. Lagostas, baiacus e sernambis: a fauna marinha da América portuguesa e o cotidiano colonizador no século XVI. *Portuguese Studies Review*, Peterborough (Ontario), v. 21, n. 1, p. 172-192, 2013.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Política e administração na Amazônia colonial: regimentos e instruções para o governo das capitanias do Pará e do Maranhão (séculos XVII e XVIII). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 11 n. 2, p. 42-69, ago./dez. 2018.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, 2010.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. Indígenas e africanos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 260-267.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial I*. Vol. 1, 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 477-518.

SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil*. Vol. 1 (Colônia e Império). Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988.

SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

SOMMER, Barbara A. *Negotiated settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. Tese (Doutorado em História) – University of New Mexico, Albuquerque, 2000.

SOUSA, Claudia Rocha de. “*Enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos*”: os efeitos epidêmicos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. As reformas pombalinas e a lei de liberdade dos índios de 1755. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). *Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)*. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 116-129.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Jesuítas e Índios: legislação, negócios, trabalho e resistência na Amazônia colonial. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (org.). *A Companhia de Jesus e os índios*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 139-170.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EdUFPA, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. 2ª ed. Londres/New York: Longman, 2012.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. “Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 445-479.

TORRES, Simeia Maria de Souza. *O cárcere dos indesejáveis: Degredados na Amazônia Portuguesa (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TORRES, Simeia Maria de Souza. *Onde os impérios se encontram: demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

VALE, Stephanie Lopes do. A ocupação urbana na capitania do Pará: planejamento dos territórios portugueses no período pombalino. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva & MACIEL, Elisângela (orgs.). *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021, p. 309-337.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VIANA, Wania Alexandrino. A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Curitiba: CRV, 2016.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

VIANA, Wania Alexandrino; CHAMBOULEYRON, Rafael. “Engenheiros militares portugueses na Amazônia colonial”. In: SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de.; AMORIN, Maria Adelina. (orgs.). *O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos*. Belém: UFPA, Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019. p. 43-63.

VIANNA, Arthur. As fortificações da Amazônia. *Anais da Biblioteca & Arquivo Público*, Belém, tomo IV, 1905.

VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. São Paulo: Martins, 2008.

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy Lopes da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 369-402.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Dona Maria Gil e família: possibilidades e imigração entre Açores e o Grão-Pará do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 87-104, jan./jun. 2017.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre epidemia e imigração: um viés de investigação da história da população no Grão-Pará (1748-1778)*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Imigração compulsória africana para a Capitania do Grão-Pará, 1756-1778. In: CANCELA, Cristina Donza; CASTRO, Lara de (orgs.). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2023, p. 15-43.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração Açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, 2017.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Uma epidemia na Amazônia e o esforço de contagem dos mortos, Grão-Pará (1748-1750). *Revista de Demografia Histórica/Journal of Iberoamerican Population Studies*, Barcelona, v. 39, n. 3, 2021, p. 225-242.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Um estudo sobre as boticas e os remédios dos jesuítas no Império Português (séculos XVII - XVIII). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 3, p. 464-474, 2019.

WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese *Estado da Índia*. In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Networks in the First Global Age (1400-1800)*. Nova Delhi: Primus Press, 2011, p. 141-170.

XIMENES, Tereza. A navegação fluvial no desenvolvimento da Amazônia. In: XIMENES, Tereza (org.). *Embarcações, homens e rios na Amazônia*. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 1992, p. 3-19.